

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM  
PATRIMÔNIO CULTURAL**

**O INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO  
ARQUITETÔNICO DAS ZONAS DE ENTORNO DOS  
BENS TOMBADOS DE CRUZ ALTA - RS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Pedro Couto Moreira**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2014**

**O INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DAS  
ZONAS DE ENTORNO DOS BENS TOMBADOS DE CRUZ  
ALTA - RS**

**Pedro Couto Moreira**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de  
Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural, Área de Concentração em  
Arquitetura e Patrimônio Material, da  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),  
como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Patrimônio Cultural**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Denise de Souza Saad**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2014**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Couto Moreira, Pedro

O INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DAS ZONAS DE ENTORNO DOS BENS TOMBADOS DE CRUZ ALTA - RS / Pedro Couto Moreira.-2014.

166 p.; 30cm

Orientadora: Denise de Souza Saad

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, RS, 2014

1. Patrimônio Cultural 2. Inventário 3. Arquitetura 4. Preservação 5. Patrimônio Arquitetônico I. de Souza Saad, Denise II. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM  
PATRIMÔNIO CULTURAL**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
Aprova a Dissertação de Mestrado

**O INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO  
ARQUITETÔNICO DAS ZONAS DE ENTORNO DOS  
BENS TOMBADOS DE CRUZ ALTA - RS**

Elaborada por  
**Pedro Couto Moreira**

Como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Patrimônio Cultural**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Denise de Souza Saad, Dr<sup>a</sup>**  
(Presidente/Orientadora – UFSM)

**Caryl Eduardo Jovanovich Lopes, Dr. (UFSM)**

**Giane de Campos Grigoletti, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**

**Santa Maria, 18 de Julho de 2014.**

## AGRADECIMENTOS

Á Deus e a espiritualidade superior por terem me auxiliado com muita inspiração e paz de espírito.

Á minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Denise de Souza Saad por ter me aceito como orientando e por ter me dado todo o suporte para a conclusão do Mestrado.

Ao Prof. Claudio Renato de Camargo Mello, meu colega, ex-orientador e amigo, que me auxiliou na pesquisa e sempre me incentivou muito com sábias palavras e conselhos para o meu crescimento profissional.

Aos professores do quadro docente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural da UFSM, que através dos seus ensinamentos mostraram uma dimensão diferente do conhecimento, auxiliando positivamente na minha formação.

Ao quadro docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Cruz Alta. Principalmente aos professores Marco Edler, Igor Soares, Émille Gaklik e Angélica Kohls, pela abertura de poder trabalhar em suas salas de aula e em conjunto com a universidade.

Á arquiteta e professora Josiane Pillar pelo auxílio na coleta dos dados e por me proporcionar a participação nas reuniões da Comissão do Patrimônio Histórico de Cruz Alta.

Aos meus pais Otávio e Sônia Moreira, pelo apoio e amor incondicional.

Ao meu irmão Rodrigo Moreira, pela grande ajuda que prestou em todas as etapas, desde me acompanhar na coleta dos dados até na formatação final do trabalho.

Ao meu irmão Octávio, cunhada Liziane e sobrinha Luiza, por me recepcionarem em sua casa com muito amor, tornando o meu lar em Santa Maria.

Aos meus avós Paulo e Eunice Couto pela amorosa receptividade em Cruz Alta, em todos os momentos que necessitei fazer a pesquisa.

Aos meus queridos colegas de Mestrado, dos quais compartilhamos cafezinhos, conversas e anseios do futuro.

E a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que a minha vida fosse mais feliz nesses momentos.

“Uma cidade não é um ambiente de negócios, um simples mercado onde até a sua paisagem é objeto de interesses econômicos lucrativos, mas é, sobretudo, um ambiente de vida humana, no qual se projetam valores espirituais perenes, que revelam às gerações porvindouras a sua memória.”

José Afonso Silva, do livro *Direito Urbanístico Brasileiro*, 1997.

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural  
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

# O INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DAS ZONAS DE ENTORNO DOS BENS TOMBADOS DE CRUZ ALTA - RS

AUTOR: PEDRO COUTO MOREIRA  
ORIENTADORA: Dr<sup>a</sup>. DENISE DE SOUZA SAAD  
Santa Maria, 18 de Julho de 2014.

A história e a cultura de um povo podem ser conhecidas através do seu patrimônio arquitetônico, visto que a paisagem urbana é uma das representações físicas da identidade da cidade e de seus habitantes. No decorrer do tempo esses componentes formadores de uma cidade vão sendo pouco valorizados ou até mesmo esquecidos, ficando assim sujeitos a degradação, devido à população desconhecer a sua importância. A preservação das edificações que fazem parte da formação do local pode garantir a conservação da sua história, auxiliando para que elementos culturais não se percam com o passar dos anos, além de ser instrumento para que o governo determine suas políticas urbanas. O estudo acerca do conjunto edificado de um lugar pode se tornar ferramenta de análise e compreensão do seu desenvolvimento cronológico. Baseado nisso, a pesquisa tem como objetivo principal destacar o valor histórico, a importância da preservação e divulgar para a sociedade o patrimônio arquitetônico da cidade de Cruz Alta, entre os anos de 1821 na sua fundação até meados dos anos de 1960, data esta que comporta edificações singulares da arquitetura modernista, inseridos nas zonas de entorno dos bens tombados, através da realização de um inventário arquitetônico. Cruz Alta faz parte do início do povoamento e desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul, comportando em seu patrimônio físico, significados e representações simbólicas intangíveis, que remetem a importantes momentos pretéritos e ligados a personalidades que marcaram a história e cultura, tanto da região como da nação. Para a catalogação das edificações foram utilizadas as fichas de inventário do IPHAE e o critério de seleção foi além do recorte temporal, a delimitação das zonas de entorno dos bens tombados, previstas pela legislação municipal, realizando a escolha através das suas relevâncias Histórico-Culturais e Morfológico-Arquitetônicas. Assim foram selecionados 25 prédios, registrando as suas particularidades, fotografias, informações gerais e análise técnica que contabilizou influências dos estilos Neoclássico, Eclético, Neocolonial, Art Déco e Modernista. A partir desses dados, foi confeccionado como produto o Guia Visual da Arquitetura Histórica de Cruz Alta, visando à divulgação e valorização do patrimônio. No seu fechamento a investigação faz ponderações sobre o tema e delinea ações necessárias para as questões concernentes aos bens patrimoniais.

**Palavras-chave:** Arquitetura. Patrimônio. Inventário. Preservação.

## **ABSTRACT**

Master's Degree Dissertation  
Professional Post Graduation Program in Cultural Patrimony  
Federal University of Santa Maria, RS State, Brazil

# **THE INVENTORY OF ARCHITECTURAL HERITAGE IN SURROUNDING AREAS OF LISTED BUILDINGS OF CRUZ ALTA - RS**

**AUTHOR: PEDRO COUTO MOREIRA**  
**ADVISOR: Dr<sup>a</sup>. DENISE DE SOUZA SAAD**  
Santa Maria, July, 18<sup>th</sup> 2014.

The history and culture of a people can be known through its architectural heritage, since the urban landscape is a physical representation of the identity of the city and its inhabitants. Over time these forming components of a city are being undervalued or even overlooked, thus subject to degradation due to population unaware of its importance. The preservation of the buildings that make up part of forming the place can ensure the preservation of its history, helping to cultural elements are not lost over the years in addition to being an instrument for the government to determine their urban policies. The study about the built set of a place can become a tool for analysis and understanding of its chronological development. Based on this, the research aims to highlight the historic value, the importance of preserving and disseminating to society the architectural heritage of the city of Cruz Alta, between its founding in 1821 until the mid-1960s, being the date behaves singular buildings of modernist architecture inserted in surrounding areas of listed buildings, by performing an architectural inventory. Cruz Alta was part of the begin of colonization and development of the state of Rio Grande do Sul, having on your physical heritage, intangible meanings and symbolic representations, which refer to important moments and past tenses linked to personalities that have marked the history and culture of both the region as the nation. Chips from inventory of IPHAE were used to cataloging of buildings and the criterion for selection was beyond the time frame, the demarcation of surrounding zones of listed buildings, provided by municipal legislation, making the choice through its relevance Historical-Cultural and Morphological-Architectural. So 25 buildings were selected, recording their particulars, photographs, general information and technical analysis that accounted for the influences of Neoclassical, Eclectic, Neo Colonial, Art Deco and Modernist styles. From these information, it was made the Visual Guide to Historic Architecture of Cruz Alta, aimed at the dissemination and appreciation of heritage. In his closing, the research is pondering on the topic and outlines actions necessary for issues pertaining to heritage assets.

**Key-words:** Architecture. Heritage. Inventory. Preservation.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01 – Panteão de Paris - França. Neoclássico.....</b>	<b>17</b>
<b>Figura 02 – Edifício Ely – Porto Alegre Brasil. Eclético.....</b>	<b>18</b>
<b>Figura 03 – Casa Lusa, Ricardo Severo, 1917-24 - Neocolonial.....</b>	<b>19</b>
<b>Figura 04 – Palácio do Comércio – 1936 - Josef Lutzenberger – Porto Alegre-Brasil....</b>	<b>21</b>
<b>Figura 05 – Primeira Casa Modernista – Rua Santa Cruz.....</b>	<b>22</b>
<b>Figura 06 – Prédio Ministério da Educação e Cultura. ....</b>	<b>23</b>
<b>Figura 07 - Croqui, a partir da fotografia, das casas construídas por Vidal. ....</b>	<b>26</b>
<b>Figura 08 - O sobrado da família Pilar e as demais casas construídas por Vidal. ....</b>	<b>27</b>
<b>Figura 09 – Área do Município de Cruz Alta na época da Revolução Farroupilha.....</b>	<b>29</b>
<b>Figura 10 - A cidade de Cruz Alta por volta de 1900 .....</b>	<b>30</b>
<b>Figura 11 - Planta da Cidade da Cruz Alta em 1881. Sem Escala. ....</b>	<b>32</b>
<b>Figura 12 - Planta da Cidade da Cruz Alta em 1900. Sem Escala .....</b>	<b>34</b>
<b>Figura 13 - Planta de Saneamento da Cidade da Cruz Alta levantada em 1901. Idealizada pelo Eng. Saturnino de Brito, em 1919. ....</b>	<b>35</b>
<b>Figura 14 - Mapa da Cidade da Cruz Alta em 1944. Sem Escala. ....</b>	<b>37</b>
<b>Figura 15 - Mapa da Cidade da Cruz Alta em 1960. Sem Escala. ....</b>	<b>38</b>
<b>Figura 16 - Mapa da Cidade da Cruz Alta em 2000. Sem Escala. ....</b>	<b>40</b>
<b>Figura 17 – Áreas de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural (APPHC) Plano Diretor de Cruz Alta - RS (Sem Escala).....</b>	<b>58</b>
<b>Figura 18 – Mapa de delimitação da área de estudo da pesquisa com a localização dos edifícios inventariados.....</b>	<b>59</b>
<b>Figura 19 – Vista aérea de parte do entorno dos bens tombados, na década de 1940. ....</b>	<b>64</b>
<b>Figura 20 – Localização geral dos Bens Inventariados .....</b>	<b>65</b>
<b>Figura 21 – Áreas que necessitam de estudo para proteção do patrimônio.....</b>	<b>142</b>
<b>Figura 22 – Página 07 do Guia Visual da Arquitetura Histórica de Cruz Alta.....</b>	<b>146</b>

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Prédio da União Operária .....	66
Quadro 2 – Colégio Rio Branco.....	69
Quadro 3 – Casa Cemin .....	72
Quadro 4 – Casa Abel Spellet.....	75
Quadro 5 – Solar Brandão.....	78
Quadro 6 – Prédio dos Correios.....	81
Quadro 7 – Prefeitura Municipal de Cruz Alta.....	84
Quadro 8 – Antiga Sede do Banco Nacional do Comércio .....	87
Quadro 9 – Casa Lupinacci .....	90
Quadro 10 – Casa e Museu Érico Veríssimo.....	93
Quadro 11 – Casa Firmino de Paula Filho.....	96
Quadro 12 – Casa Maria Zenkner .....	99
Quadro 13 – Casa Ferreira.....	102
Quadro 14 – Casa Veríssimo de Azambuja.....	105
Quadro 15 – Casa Abreu e Silva .....	108
Quadro 16 – Casa Veríssimo Lopes .....	111
Quadro 17 – Loja Maçônica Harmonia Cruz-altense.....	114
Quadro 18 – Estação Ferroviária de Cruz Alta.....	117
Quadro 19 – Casa Frutuoso Brenner.....	120
Quadro 20 – Casa Schmitt .....	123
Quadro 21 – Prédio Carlan.....	126
Quadro 22 – Casa Bueno.....	129
Quadro 23 – Casa Dumoncel .....	132
Quadro 24 – Casa Rocha Montenegro.....	135
Quadro 25 – Casa Vidal Pilar.....	138

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CIAM	Congresso Internacional da Arquitetura Moderna
COMPAHC	Comissão de Patrimônio Histórico Cultural
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
GAC	Grupo de Artilharia de Campanha
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana
MES	Ministério da Educação e Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
RS	Rio Grande do Sul
SPAN	Serviço do Patrimônio Artístico Nacional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICRUZ	Universidade de Cruz Alta

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>Os estilos arquitetônicos no Brasil entre o século XIX e metade do século XX....</b>	<b>15</b>
<b>2.2</b>	<b>O processo histórico de formação de Cruz Alta .....</b>	<b>24</b>
<b>2.3</b>	<b>O desenvolvimento do traçado urbano de Cruz Alta.....</b>	<b>31</b>
<b>2.4</b>	<b>Histórico da Preservação do Patrimônio Cultural .....</b>	<b>41</b>
<b>2.5</b>	<b>O inventário como instrumento de preservação.....</b>	<b>47</b>
<b>2.6</b>	<b>Definições de valores das edificações inventariadas.....</b>	<b>51</b>
<b>3</b>	<b>MATERIAIS E MÉTODOS .....</b>	<b>53</b>
<b>3.1</b>	<b>Modelo de Ficha a ser preenchida para o inventário do Patrimônio Arquitetônico de Cruz Alta .....</b>	<b>54</b>
<b>3.2</b>	<b>Critério de seleção das edificações a serem inventariadas.....</b>	<b>56</b>
<b>4</b>	<b>INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO DE CRUZ ALTA .....</b>	<b>63</b>
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES DA INVESTIGAÇÃO .....</b>	<b>141</b>
<b>5.1</b>	<b>Guia Visual da Arquitetura Histórica de Cruz Alta .....</b>	<b>144</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>147</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>150</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>157</b>
	<b>ANEXO A - Ficha de inventário do Sistema de Rastreamento Cultural – IPHAE.....</b>	<b>158</b>
	<b>ANEXO B – Ficha complementar de antiga ficha do IPHAE.....</b>	<b>159</b>
	<b>ANEXO C – Anexo 8D – Tabela de Prédios de Interesse Histórico Cultural – Plano Diretor de Cruz Alta.....</b>	<b>160</b>

# 1 INTRODUÇÃO

A história e a cultura de um povo podem ser conhecidas através do seu patrimônio arquitetônico, visto que a paisagem urbana é uma das representações físicas da identidade da cidade e de seus habitantes. Nesse sentido, a pesquisa centra-se em investigar o patrimônio edificado presente na cidade de Cruz Alta, localizada na mesorregião noroeste do estado do Rio Grande do Sul, que teve a sua fundação no ano de 1821 e que com todo contexto de sua formação e desenvolvimento agregou em seu meio urbano inúmeras obras arquitetônicas que demonstram estilos peculiares.

Os componentes culturais formadores de uma cidade, tanto materiais como imateriais, podem ser pouco valorizados ou até mesmo esquecidos com decorrer do tempo, ficando assim sujeitos a degradação, devido à população desconhecer o seu real valor e importância. O vasto acervo de obras do patrimônio cruz-altense necessita de estudo e análise que lhe evidencie, a fim de evitar a sua gradativa desvalorização. Ao verificar as edificações presentes na cidade, fez-se um recorte entre os anos de 1821 e 1960, período esse que conta com exemplares edificados por arquitetos e construtores nacionais e estrangeiros, demonstrando a gradativa introdução de estilos consagrados da arquitetura mundial.

A preservação das edificações que fazem parte da formação de determinado local pode garantir a conservação da sua história, auxiliando para que elementos culturais, como tradições, costumes e até mesmo conhecimento técnico não se percam com o passar dos anos, além de ser instrumento para que o governo público determine suas políticas urbanas. O registro da arquitetura de Cruz Alta auxilia para que as informações inerentes aos prédios sejam salvaguardadas e a memória de seu passado valorizada.

O conjunto de construções que compõem a paisagem urbana de uma cidade é o que lhe confere singularidade frente às outras, visto que no mesmo espaço convivem prédios erigidos nos mais diferentes períodos. Assim, o estudo dos bens patrimoniais edificados atuará provendo subsídios para que a administração pública possa pensar a cidade como um conjunto de manifestações atemporais, organizando o seu desenvolvimento de maneira harmônica e equilibrada.

A formação do município faz parte do início do povoamento e desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul, atrelando ao seu patrimônio histórico-cultural significados e representações simbólicas intangíveis que remetem a importantes acontecimentos e

personalidades que marcaram de alguma forma a história, tanto da região como da nação brasileira. Contata-se que o patrimônio arquitetônico presente na cidade representa fisicamente as mudanças espaciais que aconteciam em decorrência do pensamento social da época à sua construção.

Entende-se que o estudo acerca do conjunto edificado de um determinado local pode se tornar ferramenta de análise e compreensão do seu desenvolvimento cronológico, visto que há uma nítida ligação entre a arquitetura e os acontecimentos pretéritos. Assim torna-se necessário a realização de um inventário arquitetônico que norteie as ações vinculadas à preservação do patrimônio, atuando para que sejam coletadas informações que identifiquem e caracterizem as diferentes manifestações artísticas e culturais que estão atreladas aos prédios, a fim de que o reconhecimento e a preservação do patrimônio sejam fundamentados em estudo sistemático prévio.

Analisando o meio urbano, são nítidas as relações que a sociedade, nas suas mais diferentes camadas sociais, cria com o seu entorno, estabelecendo imagens de sua percepção frente ao mundo em que vive, por meio de suas lembranças particulares e por significados que permeiam os seus pensamentos. Sendo a arquitetura uma das expressões materiais da cultura de um povo, o sentimento de identificação e pertencimento dos cidadãos se torna evidente pela relação social e emocional estabelecida entre as pessoas e o patrimônio.

A confecção de um estudo com a temática do registro, identificação e análise de estilos da arquitetura histórica presente no patrimônio cruz-altense bem como a sua importância como obra para o município, atua para que sejam salvaguardadas as edificações que fazem parte da memória coletiva da sociedade. Torna-se de suma importância o levantamento pontual das edificações de caráter patrimonial da cidade, buscando conhecer e analisar as informações relacionadas, atuando de forma articulada com o planejamento do espaço urbano.

Desse modo, a pesquisa realiza um inventário das edificações inseridas nas zonas de entorno dos bens tombados de Cruz Alta, abarcando um recorte temporal que vai desde o ano de 1821, data de sua fundação, até meados dos anos de 1960, período que comporta construções singulares do modernismo, ampliando os conhecimentos da arquitetura gaúcha e garantindo o arquivamento da memória do meio urbano e de sua coletividade.

O **OBJETIVO GERAL** da investigação é destacar o valor histórico, a importância da preservação e divulgar para a sociedade o patrimônio arquitetônico da cidade de Cruz Alta através de um inventário de sua arquitetura urbana.

Os **OBJETIVOS ESPECÍFICOS** propostos pela pesquisa são:

- contextualizar historicamente o município de Cruz Alta de maneira sucinta;
- ampliar os conhecimentos da produção arquitetônica gaúcha;
- indicar orientações para preservação do patrimônio;
- promover a valorização do conjunto do Patrimônio Arquitetônico cruz-altense;

Para que a pesquisa seja explanada de maneira sistemática, propiciando uma evolução teórica do conhecimento adquirido através do presente estudo, foram divididos em seis capítulos que estão descritos, de forma que:

O primeiro capítulo, **INTRODUÇÃO**, será explanado sobre a delimitação do tema, o assunto da pesquisa, os objetivos geral e específicos, a justificativa, o referencial teórico, e uma explicação abreviada das partes que compõem o trabalho.

No sentido de proporcionar o embasamento teórico de toda à conjunção em que o tema se insere na história e na sua evolução cronológica, o segundo capítulo abordará sobre a **REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**, a qual, a partir da bibliografia, contextualiza e fundamenta a pesquisa sobre a cidade de Cruz Alta e o desenvolvimento do seu traçado urbano durante o período estudado, aborda a preservação do patrimônio cultural, explana sobre a inserção dos estilos arquitetônicos no Brasil, descreve histórico a respeito do processo de inventário como instrumento de preservação e ainda explica os valores adotados para a seleção dos bens que foram inventariados.

O terceiro capítulo, **MATERIAIS E MÉTODOS**, elucida a maneira como foram realizados o levantamento dos dados, os parâmetros de escolha dos bens arquitetônicos estudados, as etapas, a coleta de dados, a planificação e descrição da análise desses dados, bem como os fundamentos de sua abordagem. E ainda contém a descrição das relevâncias das edificações analisadas, a metodologia utilizada bem como os procedimentos seguidos para a confecção do inventário arquitetônico.

Assim, essa fase da pesquisa torna-se essencial para compreensão do inventário, pois a partir dela são determinados os parâmetros de seleção dos prédios de cunho patrimonial a comporem o inventário e a metodologia utilizada para a elaboração de fichas de cadastro dessas edificações.

O **INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO DE CRUZ ALTA** está no quarto capítulo, catalogando as edificações de acordo com os critérios escolhidos, caracterizando de forma detalhada os seus aspectos históricos, arquitetônicos, construtivos e culturais.

O quinto capítulo, **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**, compreende a interpretação e análise crítica dos dados classificados e organizados, proporcionados pelo inventário das edificações, baseadas em fatos e métodos provindos de conhecimento

científico, seguindo as delimitações da pesquisa. Ainda nesse capítulo, foram propostas sugestões que auxiliem na proteção do patrimônio e foi elucidada a forma como está organizado o produto confeccionado a partir da dissertação, o qual levou a denominação de Guia Visual da Arquitetura Histórica de Cruz Alta.

No capítulo que encerra a dissertação, estão as **CONCLUSÕES**, que procuram explanar sobre as discussões geradas durante a composição do trabalho partindo dos seus objetivos propostos. Compreende-se que a preservação dos bens culturais considerados como patrimônio arquitetônico de um local, opera na intenção de conservar a memória de seu povo, como coletividade social, sendo que as edificações são as expressões materiais da sua cultura e história.

## **2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

A investigação está centrada na busca do conhecimento acerca do Patrimônio Arquitetônico urbano cruz-altense e na sua valorização, dadas as suas características históricas e culturais. Desse modo, antes de qualquer ação, a pesquisa trouxe informações sobre os estilos arquitetônicos pesquisados, mostrando as suas peculiaridades e os contextos nos quais foram desenvolvidos. Sequencialmente também elucidou sobre o processo da formação de Cruz Alta, a evolução do seu traçado urbano e, devido a sua grande relação com a cultura, foi explanado sobre a preservação do patrimônio cultural ao longo dos anos, tanto em nível regional como mundial, além de um aprofundamento no histórico de inventário, o qual é instrumento de pesquisa deste trabalho.

### **2.1 Os estilos arquitetônicos no Brasil entre o século XIX e metade do século XX**

O início da produção arquitetônica do Brasil remete a chegada dos primeiros colonizadores, os quais, pela necessidade de formar suas primeiras cidades e núcleos populacionais, edificaram os locais necessários para sua ocupação. Dentre esses, se enquadram as residências para as famílias que se estabeleciam, além de edificações de caráter institucional, para atender as demandas da administração da colônia bem como serviços e indústrias, que com o passar dos anos foram sendo inseridas na realidade local.

As construções que compreendem essa época são denominadas como pertencentes à arquitetura colonial da qual não há uma grande complexidade no método de projetar e de construir, sendo que esse período se estende da chegada dos colonizadores, em 1500 até a chegada da família real ao Brasil em 1808. Com a família real na colônia, foram abertos os portos e assim a influência externa da cultura mundial adentrou no Brasil, possibilitando a introdução de estilos arquitetônicos até então não presenciados no meio urbano, sendo que esses sofreram algumas adaptações próprias da cultura e da disponibilidade do local onde se desenvolveram (CARVALHO; NÓBREGA; SÁ, 2000).

Dessa forma configura-se o século XIX como um importante período de inserção de novos estilos arquitetônicos e de desenvolvimento global do Brasil. A arquitetura se caracteriza por ser elemento da cultura, que demonstra em suas formas físicas os sinais de

desenvolvimento e modernização de um país, estabelecendo uma relação da sua forma e tendência com a realidade da época em que se está inserida (DE GUIMARAENS, 2004).

No Brasil, essa produção de arquitetura sempre esteve ligada, através dos arquitetos nacionais e estrangeiros, ao rompimento de formas e estilos estabelecidos, demarcando as mudanças ocorridas nos períodos compreendidos como Colonial, Imperial e Republicano. Essa modificação de pensamento acerca da cultura se desenvolveu com o apoio dos governantes do país, desde o rei de Portugal Dom João VI no Brasil ainda colônia, passando pelos seus sucessores, os imperadores Dom Pedro I e D. Pedro II, alcançando com o passar de gerações governantes do período Republicano como os presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Essas transformações ocorriam também devido ao apoio de um contexto cultural, formado por intelectuais e artistas que atuavam em prol de uma nova posição de pensamento, como na Semana de Arte Moderna em 1922, Salão de 31, resistência à ditadura militar entre outros tantos fatos que permeiam a história brasileira (DE GUIMARAENS, 2004).

A ocupação de holandeses na formação das cidades de Recife e São Luís, no século XVIII, propiciou condições que deram origem a modernidade na configuração do espaço físico e político no Brasil, sendo consolidada essa modernização de pensamento através da Missão Francesa, na cidade do Rio de Janeiro no século XIX. Com a criação da Academia Imperial de Belas Artes e o ensino sistêmico de arquitetura, no século XIX, houve mudanças nos estilos de projeto e construção da época, sendo implantado um formalismo oficial, com a utilização do Neoclassicismo (DE GUIMARAENS, 2004).

Com a chegada da Missão Francesa em terras brasileiras, no ano de 1816, foram introduzidos elementos na arquitetura, próprios do estilo Neoclássico, tanto em edificações de utilização pública como privada, pois significava plenamente a modernidade e a inserção do Brasil na tendência estilística mundial, além de denotar características que remetem ao poder através de toda a ideologia que o Neoclassicismo apresentava (PETER, 2007).

Apesar da inserção desse novo estilo nas construções da época, no final do século XIX, desenvolveu-se de maneira muito intensa a corrente de pensamento eclético, misturando diferentes estilos no mesmo conjunto. No Brasil não ocorreu a existência de um predomínio do estilo Neoclássico verdadeiro, pois a arquitetura mostrou-se repleta de elementos provenientes de um ecletismo estilístico. Mesmo que o estilo oficial na época do Império fosse o Neoclássico, não foi impedido que edificações seguissem a corrente eclética que se desenvolvia em nível mundial, principalmente nos prédios particulares (WEIMER, 2004).

O Ecletismo se desenvolveu no final do século XIX em contraposição ao Neoclassicismo, que estava apoiado em raízes historicistas, pois se baseava em arquiteturas

clássicas para determinar a sua corrente contemporânea, enquanto esse novo estilo trabalhou com mescla de diferentes elementos para conceber uma nova arquitetura. A ação do Eclétismo, durante o século XIX, foi de buscar, em todas as doutrinas e correntes de pensamento passados, as parcelas de verdade que cada uma possuía em relação às necessidades da sociedade da época, e através disso conceber seus projetos (PEDONE, 2004). O filósofo francês Victor Cousin (1792-1867) denominou o Eclétismo como um método histórico do qual fosse capaz de caracterizar o que havia de verdadeiro e falso nas mais diversas doutrinas, depurando esse conhecimento a fim de criar um sistema único (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001).

Uma das diferenças entre o estilo Neoclássico e o Eclético está na referência histórica que foi utilizada para ser concebida as suas formas. O Neoclássico (figura 01) utilizou-se de elementos provenientes da arquitetura clássica da antiguidade greco-romana enquanto o Eclétismo (figura 02) buscou em diferentes tempos da história referências para a concepção de arquitetura que fosse inovadora, misturando elementos a fim de formar uma nova maneira de projetar. Cada um dos dois possuía características de sua representação para a sociedade da época, sendo que a arquitetura neoclássica é expressão de ordem, disciplina, contenção, equilíbrio, razão e nobreza, enquanto a arquitetura eclética correspondia à dramaticidade, conforto, expressividade, luxo, emoção e exuberância. Apesar de demarcarem época da história, coexistiram por muitos anos, tanto na Europa quanto no Brasil (ROCHA-PEIXOTO, 2000).



Figura 01 – Panteão de Paris - França. Neoclássico.  
Fonte: Hautefuille, 2014.



Figura 02 – Edifício Ely – Porto Alegre Brasil. Eclético.  
Fonte: Boniatti, 2014.

No decorrer dos anos, os estilos arquitetônicos foram sendo modificados de acordo com as necessidades da sociedade e com a inserção de novas tecnologias que adentravam no contexto do Brasil em cada época. O período de transição entre um e outro não está ligado somente às datas, mas a todo um contexto, sendo que muitas edificações foram construídas no mesmo período e possuem características totalmente diferentes. Segundo Mello (2007) a sociedade brasileira no período Republicano, entre os anos de 1889 e 1930, posicionou-se de forma a buscar a sua identidade com a raiz nacionalista, tanto no comportamento social como na forma da sua manifestação arquitetônica. Havia uma necessidade de se libertar da influência exercida pelo Ecletismo e pelas tendências internacionais que decorriam no final do século XIX. No intuito de romper com o pensamento e com modelos vigentes, surgiu um movimento que definiu uma nova forma de produzir da arquitetura no Brasil, sendo ele o estilo Neocolonial, que se baseava na arquitetura colonial brasileira, identificando-se com a busca dos modos tradicionais da construção nacionalista.

Na arquitetura neocolonial a intenção de seus autores era de encontrar no estilo as raízes históricas baseadas na produção do passado, sendo que era muito presente na sociedade o sentimento de nacionalismo. Esse estilo deveria ser caracterizado por elementos que marcaram a formação do país como nação, na tentativa de representar através do meio físico a identidade nacional do seu povo (MELLO, 2007).

O início do ciclo neocolonial, no Brasil, foi influenciado pelo arquiteto português Ricardo Severo (figura 03) a partir de meados do ano de 1912, sendo que Victor Dubugras, renomado arquiteto conhecido também por projetar edificações em estilos diferentes, foi colaborador efetivo que através de suas obras e textos auxiliou na difusão do estilo. Essa

corrente tradicionalista não se adaptava plenamente ao contexto social e econômico da sociedade brasileira pré-industrial das décadas de 1920 e 1930, porém foi de fundamental importância para que fossem estudados aspectos relativos à cultura nacional, a raça, costumes, política, economia e vida social do povo, colaborando de forma positiva para a transição estilística na época (MELLO, 2007).



Figura 03 – Casa Lusa, Ricardo Severo, 1917-24 - Neocolonial.  
Fonte: Amaral (1992 apud FICHER, 2012).

Nesse contexto, conviveram no Brasil estilos arquitetônicos distintos que de certa forma contribuíram para a modificação do pensamento e dos ideais da sociedade da época, dentre os quais estavam um tardio Ecletismo, o Neocolonialismo e precedendo uma conjuntura compatível com a industrialização do país, o Art Déco.

Segundo Conde e Almada (2000), o fenômeno Art Déco foi um conjunto de manifestações artísticas de estilo coeso, que teve origem na Europa, mas que se expandiu para as Américas, incluindo o Brasil na década de 1920. Foi na *Exposition Internationale des Arts Décoratives et Industrielles Modernes*, em Paris, no ano de 1925, que o estilo foi lançado de maneira formal ao público, mesmo sabendo-se que já haviam manifestações isoladas do estilo antes desse evento. A consolidação e apogeu do estilo foram na década entre os anos de 1930-1940, sendo que, nos anos anteriores, e posteriores, também houve manifestações de Art Déco, porém com menor frequência.

Muitos foram os acontecimentos históricos durante a inserção do estilo Art Déco no Brasil, sendo eles carregados do sentimento de nacionalismo e do rompimento do pensamento internacional que abarcava no país. Dentre esses acontecimentos Conde e Almada (2000)

citam o período do pós-primeira guerra mundial; a invenção de três elementos difusores da cultura: o disco, o rádio e o cinema falado; o fim da República Velha no governo de Washington Luís (1926-30); Revolução de 1930; Governo de Getúlio Vargas; Fundação do Partido Comunista; inserção do país na segunda guerra mundial, entre muitos outros fatos históricos que modificaram profundamente o pensamento e a postura da sociedade frente a sua cultura.

O estilo arquitetônico presente na Art Déco foi influenciado por movimentos como cubismo, futurismo, expressionismo entre outros, assimilando também em suas estruturas compositivas, elementos de estilos progressistas e contemporâneos. A simplificação geométrica dos elementos decorativos nas edificações foi um dos aspectos marcantes da modernização estilística. A arquitetura utilizou-se muito dos princípios de hierarquização das suas formas, da composição através de elementos geométricos, dos quais se podem citar prismas retangulares, cilindros, volumes arredondados ou planos, verticais ou horizontais, entre tantos outros quanto fosse possível. Entre os elementos formais que compunham a arquitetura destacam-se: marquises; balcões em balanço; colunas, frontões, capitéis, pilastras, platibandas e volutas; gradis e caixilhos de metal; ornatos em alto ou baixo relevo, representando formas geométricas, temas florais simplificados, linhas retas, em ziguezague, ou linhas em espirais (CORREIA, 2008).

Conde e Almada (2000) destacam que a maioria das obras catalogadas no estilo Art Déco encontra-se no estado do Rio de Janeiro, porém há grande incidência de edificações em outros estados brasileiros, incluindo o Rio Grande do Sul, que teve grande expressão devido ao amplo número de arquitetos imigrantes, provenientes em sua maioria da Alemanha, trabalhando no estado na época do desenvolvimento desse estilo. Dentre tantas edificações pode-se notar que foi influenciado pelo estilo, o Moinho Chaves (1922), do arquiteto Theo Wiedersphan, considerado um prédio utilitário, porém com aspectos modernos; o edifício da Associação Comercial (1936) de Josef Lutzenberger (Figura 04); a Igreja de São Geraldo (1938) de Vitorino Zani e a Prefeitura Municipal de São Leopoldo (1940) de Julius Schmidt, sendo que todas as edificações foram projetadas por arquitetos europeus que migraram para o Brasil.



Figura 04 – Palácio do Comércio – 1936 - Josef Lutzenberger – Porto Alegre-Brasil.  
Fonte: PRÉDIO..., 2001.

A sociedade, no intuito de quebrar paradigmas e preceitos que norteavam as suas ações, instituiu um novo modo de pensar, baseado nas novas necessidades industriais que se apresentavam no século XX. Diversos fatos marcaram essa modificação de estilos, dos quais se podem citar as guerras mundiais e o apogeu industrial, e seu consequente enriquecimento de parte da sociedade, além da inserção definitiva do mundo num sistema globalizado do capitalismo. Nesse contexto, o Brasil mostra-se como espaço fértil para a disseminação de novas ideias devido ao aquecimento da economia nacional pela produção de café além do início das indústrias que adentraram em consequência da imigração de europeus, provenientes principalmente da Itália e da Alemanha, para o país (BRITO, 2003).

Em 1922, ano esse que completava cem anos da proclamação da sua independência, ocorreu um evento impregnado de manifestações culturais, que se convencionou como o início da era moderna no país, o qual se denominou como Semana de Arte Moderna, em São Paulo. A intenção dessas manifestações era de causar escândalo defrontando o estilo vigente, a fim de chamar a atenção do público para a nova manifestação de pensamento moderno (AQUINO, 2003).

Como forma de expressão material de uma corrente de pensamento, a arquitetura assimilou os seus preceitos de maneira efetiva, percebendo-se que há diversos exemplares modernistas no país. Após o acontecimento da Semana de Arte Moderna, o legado modernista perdurou na consciência de seus idealistas, mesmo na convivência com outros estilos vigentes no país. Na década de 1920, Gregori Warchavchik, arquiteto de formação europeia, projeta e constrói a primeira Casa Modernista (figura 05), na Rua Santa Cruz em São Paulo, se

tornando o ícone da inserção da arquitetura modernista no Brasil. Essa casa não teve influência do pensamento de Le Corbusier, mas por experiências desenvolvidas por outros arquitetos europeus, como Loos, em Viena, e Rietveld em Utrecht (BITTAR, 2005).



Figura 05 – Primeira Casa Modernista – Rua Santa Cruz.  
Fonte: Claro, 2008.

No ano de 1929, o arquiteto Le Corbusier visita o Brasil e fortalece o pensamento modernista entre os arquitetos que atuavam nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, através da difusão de ideias dos precursores do modernismo: Walter Gropius, Mies Van der Rohe e Frank Lloyd Wright (DE GUIMARAENS, 2004).

De Guimaraens (2004) elucida que a industrialização e a concentração de poder político no eixo Rio-São Paulo auxiliou para o desenvolvimento da arquitetura moderna nos anos de 1950-1970, consolidando-se estas duas cidades como escolas estilísticas. O arquiteto Lúcio Costa foi o teórico do movimento modernista, enquanto firmaram-se como ícones através de suas obras os arquitetos: Oscar Niemeyer, Jorge Machado Moreira, Milton e Marcelo Roberto e Affonso Eduardo Reydi, entre outros, nacionais e estrangeiros, que atuaram no país durante esse período.

No ano de 1936, o arquiteto Le Corbusier esteve novamente no país por ocasião do concurso que definiu o projeto do Ministério da Educação e Saúde (figura 06) na cidade do Rio de Janeiro, sendo que essa visita contribuiu definitivamente para que a tipologia da arquitetura modernista fosse inserida na produção do local até meados do ano de 1960, fato que também culminou na idealização da origem dos prédios de Brasília. As edificações seguiam as predições corbusianas, porém, com a singularidade brasileira, de acordo com o

clima e com os condicionantes sociais. Alguns elementos marcaram o estilo dos projetos da arquitetura modernista: a utilização de estrutura modular de concreto armado com pilotis no térreo, planta livre, fachadas com *brise-soleil*, terraço-jardim, varandas, marquises, cobogós (que eram elementos vazados), além da utilização de curvas e vidros nos projetos, sempre seguindo uma decoração com o mínimo de adornos (SEGRE, 2000).



Figura 06 – Prédio Ministério da Educação e Cultura.

Fonte: Gautherot (1950 apud MINISTÉRIO..., 2012).

O pensamento modernista adentrou no estado do Rio Grande do Sul através da sua capital, Porto Alegre, sendo que a cidade apresenta muitas obras ícones que compõe cenário do patrimônio cultural moderno. De modo distinto, os arquitetos gaúchos começaram nos anos de 1940, a compartilhar os ideais do Movimento Modernista, através de forte influência não somente das escolas carioca e paulista, mas também da cultura e da arquitetura platina, pelo contato que o estado possui, principalmente com o Uruguai, considerando os fatores históricos, climáticos e culturais serem muito semelhantes. O movimento recebeu apoio de lideranças do poder público, sendo considerada a arquitetura uma bandeira de um pensamento socialmente inovador, permeada de valores sociais e éticos (MARQUES, 2012).

A cidade de Cruz Alta passou através dos anos por todos os períodos elucidados, desde a sua fundação no ano de 1821 até os tempos da produção modernista. Pretende-se interpretar uma análise de composição arquitetônica do patrimônio edificado da cidade, nos anos propostos pelo recorte da pesquisa, inventariando as características funcionais, estéticas e estilísticas com os seus determinados períodos de construção. No município há exemplares de diferentes estilos, sendo que se destacam obras de tendências neoclássicas, ecléticas,

influências de Art Déco, neocoloniais e modernas. A análise da composição estilística das obras presentes no meio urbano da cidade de Cruz Alta poderá nortear medidas protetivas do patrimônio cultural do município, bem como auxiliar para o conhecimento de uma parte da história do estado do Rio Grande do Sul.

Através da paisagem edificada, podem ser realizadas leituras para o entendimento da história e desenvolvimento de uma cidade, visto que a arquitetura pode ser considerada como a materialização da cultura, pois a mesma é elemento presencial dos acontecimentos do passado. Desse modo, o trabalho descreve brevemente o processo histórico de formação de Cruz Alta, a fim de que possam ser compreendidos os contextos do momento de construção das edificações analisadas pela pesquisa e as raízes da constituição da cidade e consequentemente da sociedade que a habita.

## **2.2 O processo histórico de formação de Cruz Alta**

A colonização da região que compreende atualmente o município de Cruz Alta tem seu início no século XVII a partir da fundação da redução de Santa Tereza pelos jesuítas espanhóis no ano de 1634, em terras guaranis, próxima a nascente do rio Jacuí. Porém através de ataques dos bandeirantes paulistas comandados por Francisco Bueno, em busca de mão de obra escrava nativa, três anos mais tarde é destruída essa redução que estava localizada em torno de duas léguas do atual núcleo urbano de Cruz Alta (MELLO, 2006).

Segundo Rhoden (1999), os jesuítas espanhóis estavam estabelecidos na região platina, com as suas reduções de índios guaranis, desde o ano de 1626, sendo que foram fundadas 18 missões no centro do estado do Rio Grande do Sul, porém os constantes ataques dos bandeirantes acarretaram no abandono da região pelos jesuítas, deixando apenas o gado que havia sido introduzido por eles e que seria uma importante fonte de economia em épocas futuras.

De acordo com Castro (2003), a região que atualmente constitui o município de Cruz Alta fez parte do governo de São João Batista, durante o domínio dos jesuítas, sendo que os primeiros habitantes do local eram os índios guaranis. Entretanto o autor afirma que os primeiros civilizados que adentraram no local foram os bandeirantes paulistas, desconsiderando a presença intensa dos índios que conviviam com os missionários jesuítas. Ainda elucida que o nome dado à cidade, Cruz Alta, teria origem numa alta cruz de madeira

construída pelos jesuítas a aproximadamente duas léguas ao sul do núcleo urbano.

A região aos poucos foi sendo despovoada pelos jesuítas espanhóis, cedendo lugar a ocupação de colonizadores de origem lusitana, já estabelecidos na colônia portuguesa. Mello (2006) explica que, no período entre os anos de 1700 e 1760, a descoberta de jazidas na região de Minas Gerais, aqueceu a economia de forma que, para o abastecimento dos centros urbanos da época, criou-se um sistema de interligação entre áreas longínquas de produção e consumo através dos tropeiros, o qual foi de fundamental importância para as relações econômicas da colônia.

A região das minas sofria com a carência de produtos básicos para o trabalho e alimentação bem como artigos de luxo, exigido por parte das pessoas, das famílias mais abastadas da sociedade da época. Nesse contexto, a economia do Brasil Colônia organizou-se de forma que algumas regiões se especializaram na produção de determinado produto, sendo que o Sul era zona de criação de animais de carga, tração e montaria, enquanto a cidade de Sorocaba, no estado de São Paulo, notabilizou-se por ser local de comercialização de animais (MELLO, 2006). Assim, Furtado (1998) aponta que a economia mineira contribuiu para a articulação das diversas regiões brasileiras, afetando de maneira direta ou indireta. O Rio Grande do Sul destacou-se na produção de mulas, que eram conduzidas até os centros de comercialização, sendo esse produto de fundamental importância para a região mineira, pois se apresentava como sistema ideal de transporte de cargas.

Rocha (1964) expõe que João José de Barros, em suas tropeadas pela fronteira com a Argentina, em vez de tomar o caminho que tradicionalmente percorria pela volta do Viamão, resolveu atalhar pela região despovoada de Cruz Alta, atravessando Passo Fundo e saindo nos campos de Vacaria, local esse que estava em ligação com estrada rumo ao centro do país. Era um caminho singular, pois diminuía o tempo e a distância da tropeada, estimulando assim comércio intenso de animais. A região de Cruz Alta, pelas suas características climáticas e naturais, se tornou lugar propício para a parada dos tropeiros, sendo que nesse período foram edificados os primeiros ranchos, organizados de maneiras rudimentares.

Nos documentos dos jesuítas, Cruz Alta aparecia como sendo Pouso de Cruz Alta, localizado entre os matos castelhanos e portugueses, sendo no ano de aproximadamente 1687, o caminho que ligava as Missões às vacarias, caracterizado por fazer parte de uma rota de passagem de viajantes, além de haver, em torno de 15 km ao sul da atual cidade, a presença de um pequeno povoado provido de um local para a realização dos seus cultos religiosos (CRUZ, 2000).

A fundação da cidade de Cruz Alta se fez por meio de documento expedido pelo

Comandante de Fronteira em resposta a solicitação de 28 militares pela concessão das sesmarias, o qual oficializado no dia 18 de agosto de 1821, sendo considerada a data convencional da fundação da cidade. Esse documento regulamentava os parâmetros básicos que o núcleo urbano deveria ter para formalizar a sua fundação, especificando a primeira noção de código urbanístico para a vila de Cruz Alta (MELLO, 2006).

Entre os autores que descrevem a história do município há uma controvérsia em torno do nome do fundador da cidade, pois Rocha (1964) cita que o senhor João José Barros figura-se como fundador, enquanto a escritora Isaltina Vidal do Pilar Rosa (1981) afirma que foi o senhor Vidal José do Pilar, porém para o presente estudo não serão considerados as figuras dessas duas pessoas individualmente, visto que tiveram importante colaboração para a fundação do município, estando ambos, entre os 28 integrantes do Regimento que solicitaram a concessão das sesmarias.

O primeiro traçado urbano do local (figura 07) foi idealizado e executado por Vidal José do Pilar, fundando as primeiras olarias para a produção de material de obra, que serviram para a construção do sobrado e casas destinadas para a sua moradia bem como de sua família (figura 08). Essas casas fizeram parte da primeira rua da cidade, denominada na época como Rua do Comércio, também chamada de Rua das Carretas, atualmente Rua Pinheiro Machado (ROSA, 1981).

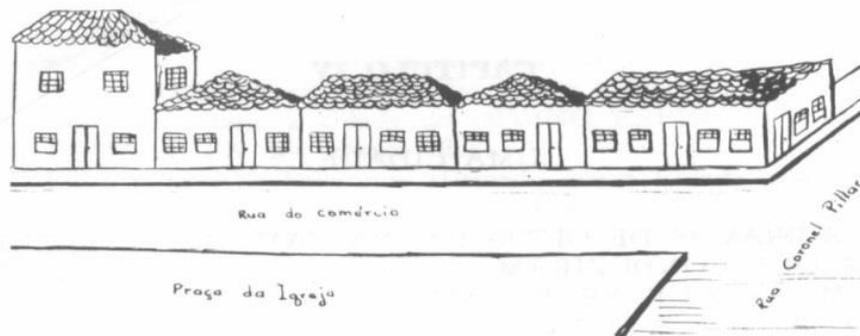


Figura 07 - Croqui, a partir da fotografia, das casas construídas por Vidal.  
Fonte: Rosa, 1981. p. 98



Figura 08 - O sobrado da família Pilar e as demais casas construídas por Vidal.  
Fonte: Rosa, 1981,p.98

Rocha (1964) elucida que o fazendeiro Vidal José do Pilar chegou a Cruz Alta em meio a mataria, trazendo tropas de gados, uma quantidade superior a 100 escravos e iniciou a construção das casas que faziam parte dessa primeira rua do local, destacando que essas ações de progresso foram interrompidas com o advento da Revolução Farroupilha, a qual dispersou muitas pessoas que compunham a sociedade cruz-altense da época.

A Rua do Comércio caracterizou-se por ser o primeiro eixo estruturante da cidade, sentido Norte-Sul, ligando, anos mais tarde, as duas principais praças da cidade, a da Matriz e a da Prefeitura, destacando a ligação entre dois polos de poder, um de caráter administrativo e outro religioso (MELLO, 2006). Rocha (1964) destaca a importância da provisão eclesiástica, na criação da Paróquia, designação do padre Pompeu Paes Campos como vigário, instalação dos serviços religiosos e no conseqüente desenvolvimento da sociedade do local.

Com a solicitação das sesmarias, em 18 de agosto de 1821, Cruz (2000) esclarece que também foi requerida a fundação de uma Capela, sendo que a mesma foi conferida pelo governo da província. A capela de Cruz Alta aumentou sua densidade populacional rapidamente, devido à invasão das missões pelo caudilho uruguaio Frutuoso Rivera, o que gerou despovoamento dos povos jesuíticos que migraram para outras regiões, sendo elevada a categoria de Vila por meio da Lei Provincial de 28 de maio de 1834 e à cidade, no ano de 1879 (CASTRO, 2003). As elevações de categorias eclesiásticas estavam inteiramente ligadas às dimensões e funções que esses núcleos urbanos possuíam, começando na categoria de Capela até vir a ser considerada como cidade.

De acordo com Durigon, Schettert e Sebastião (1986), a cidade de Cruz Alta foi

fundada nas terras pertencentes a Gabriel Rodrigues de Carvalho, conhecido como Bulcão, um grande proprietário de sesmaria que estava instalado na região desde 1810 e que, a pedido de João José de Barros, cedeu parte de suas terras para a edificação da Capela e do núcleo urbano. Citam que foi convocada uma comissão para que houvesse a demarcação da área da cidade, sendo que, a partir da Igreja da Matriz foram realizadas as medições nas direções norte, leste e sul, ficando a parte oeste como área pública por fazer parte da rota de tropeiros.

A alteração da legislação vigente, com a aprovação do Código do Processo Criminal, através da Lei Regencial de 29 de novembro de 1832, favoreceu na autonomia e fortalecimento das províncias e dos seus poderes locais. Com isso, no dia 11 de março de 1833, a Província foi dividida em cinco comarcas: Piratini, Porto Alegre, Missões, Rio Grande e Rio Pardo, sendo que Cruz Alta, na época Espírito Santo da Cruz Alta, estava inserida nas Missões, bem como as cidades de Alegrete e São Borja (MELLO, 2006). Ainda a comarca das Missões foi dividida em seis distritos, sendo que, segundo Durigon, Schettert e Sebastião (1986), Cruz Alta era o 6º distrito e seu primeiro comandante foi o Tenente Guerrilhas Antônio Pinto da Silva, em torno do ano de 1819.

Após a criação da Vila de Cruz Alta, João José de Barros, em abril de 1834, foi eleito seu tesoureiro, sendo que não assumiu o cargo devido a sua idade avançada, deixando a função para seus sucessores administrativos. Nesse mesmo ano, foi instalada a Comarca de Cruz Alta, constituindo-se dos territórios que atualmente fazem parte dos municípios de Passo Fundo, Palmeira das Missões, Santo Ângelo, São Martinho e Soledade. No dia 4 de agosto de 1834 foi instalada a Câmara Municipal, sendo que seu primeiro presidente foi o Coronel Vidal José do Pilar e composta de importantes nomes que figuram na formação do município (CASTRO, 2003).

Na segunda sessão da Câmara Municipal, no dia 5 de agosto de 1834, foram delimitados os seis distritos que compunham o município de Cruz Alta. A delimitação dos distritos era a seguinte: 1º distrito – com as seguintes confrontações: Norte – Arroio dos Porongos (hoje Caxambu) de suas cabeceiras às portas do Jacuí até o sertão; Leste – pelo Jacuí Grande; Sul – de uma vertente que nasce na Coxilha Grande até o Durasnal, denominado São Bernardo; 2º distrito – São Martinho; 3º distrito – Botucará; 4º distrito – Passo Fundo; 5º distrito – Erval da Palmeira; 6º distrito – São Miguel. Através da figura 09, representando o período da Guerra Farroupilha pode-se perceber que era o mais extenso da província, compreendendo de 22% da área do estado (DURIGON; SCHETTERT; SEBASTIÃO, 1986):



Figura 09 – Área do Município de Cruz Alta na época da Revolução Farroupilha.  
Fonte: Durigon, Schettert e Sebastião, 1986, Não paginado.

O núcleo urbano de Cruz Alta se desenvolveu no eixo norte sul, a Rua do Comércio, citada anteriormente, que fica muito clara segundo a figura 10, a qual através de um croqui representa as memórias do cruz-altense Lucídio Ramos em relação à organização do norte da cidade em meados do ano de 1900, informando as estruturas necessárias para a vida da sociedade da época (DURIGON; SCHETTERT; SEBASTIÃO, 1986).

Os locais estão numerados na figura 10, correspondendo aos seguintes itens: 1. Chácara dos Antunes; 2. Pouso de Tropeiros; 3. Casa de Germany; 4. Chácara de Moraes; 5. Cemitério; 6. Lagoa do Cemitério (esgotada); 7. Ferraria do Pedrinho da Lagoa; 8. Ferraria de Pedro Dall Castagni; 9. Igreja da Matriz e 10. Nascedouro da Panelinha (DURIGON; SCHETTERT; SEBASTIÃO, 1986).



Figura 10 - A cidade de Cruz Alta por volta de 1900<sup>1</sup>  
 Fonte: Durigon; Schettert; Sebastião, 1986, Não paginado.

A cidade de Cruz Alta se fez presente nas guerras e revoluções que ocorreram em meio ao Brasil e ao Rio Grande do Sul, desde o começo de sua povoação. Durante o período de duas guerras marcantes, o final da Revolução Farroupilha e o início da Guerra do Paraguai, a base da economia do local era a erva-mate, os muares e a criação de gado (ROCHA, 1964).

Maestri (2001) explica que, no ano de 1862, o Código de Posturas da Vila de Cruz Alta determinava medidas de regulamentação e organização do espaço público, bem como as ações que os moradores deveriam ter para com as suas edificações, como por exemplo, o reboco e a caiação das casas, a pintura das aberturas além do tipo de passeio público e suas dimensões, entre outras.

Castro (2003) destaca a participação dos habitantes de Cruz alta na Guerra do Paraguai (1864-1870), sendo que ano de 1865, o coronel João Batista Vidal do Pilar auxiliou na defesa do país, quando tropas paraguaias adentraram na província do sul. Anos mais tarde, durante a Revolução Federalista (1893-1895). O movimento se iniciou com o assassinato do Coronel

<sup>1</sup> Mapa baseado nas informações e na memória de Lucídio Ramos. Desenho: Arq. Marco Antônio Ribeiro Edler.

Evaristo Teixeira do Amaral, e que os combates na cidade foram muito violentos (ROSA, 1981). A autora ainda cita que o município participou ativamente da revolução de 1923, durante o governo de Antônio Borges de Medeiros, lutando com tropas lideradas por Felipe Portinho e composta por cidadãos provenientes de Cruz Alta.

Os fragmentos históricos apresentados anteriormente fazem parte, de maneira sucinta, da formação de Cruz Alta, sendo que os acontecimentos ocorridos em seu meio têm importância fundamental no desenvolvimento da arquitetura presente e na identidade cultural que a sociedade cruz-altense criou. Sabe-se que a história não se faz somente de ícones do poder, mas tem o engajamento de toda uma população que possui seus próprios ideais de patrimônio, e que auxiliou para o desenvolvimento da cidade.

A formação histórica da cidade foi elucidada conforme a exposição dos fatos ocorridos no seu meio urbano, mostrando a ligação entre a constituição da cidade com os diferentes acontecimentos presenciados pelo estado gaúcho e pelo Brasil. Em vista de complementar a visualização cronológica do passado de Cruz Alta, a pesquisa descreve o desenvolvimento do traçado urbano da cidade, mostrando as suas diferentes configurações ao longo dos anos e a quais, momentos históricos estão relacionados, desde a sua fundação até o período atual.

### **2.3 O desenvolvimento do traçado urbano de Cruz Alta**

O desenvolvimento urbano de Cruz Alta mostra-se constante ao longo dos anos, caracterizando-se por um crescimento gradual, porém, essa evolução urbana é notável, nos diferentes períodos, que o meio urbano sofreu com uma ocupação desordenada. A formação inicial do núcleo urbano possui características do urbanismo português, sendo que dois elementos, o traçado e as praças da cidade, se assemelham aos preceitos lusitanos, os quais Teixeira e Valla (1999, p.315) destacam que “A mutação das morfologias urbanas portuguesas verifica-se fundamentalmente na crescente adoção e consolidação de traçados urbanos regulares, e na crescente afirmação das praças como elementos fulcrais e geradores das estruturas urbanas”. Apesar de receber a forte influência portuguesa, Cruz Alta sofreu mudanças em sua morfologia, consequência da sua própria história e da diversidade cultural de sua população.

O primeiro período delimitado pela presente investigação remonta o século XIX, no ano de 1881, data que possui um dos primeiros mapas do traçado urbano da então Vila do

Divino Espírito Santo da Cruz Alta. Nota-se a disposição ortogonal do traçado da cidade, organizando-se em dois eixos, um vertical no sentido norte-sul, na então Rua do Comércio, a qual era o principal local de comércio e de desenvolvimento social, e outro eixo que cortava a vila no sentido Leste-Oeste, na região sul, ligando as suas extremidades de acesso. Ainda analisando o mapa (figura 11) é possível verificar que havia grande quantidade de cursos de água em meio à cidade, com mais intensidade na região oeste, sendo assim um dos impeditivos de crescimento para esse local e possibilitando a expansão mais fluente para o leste.

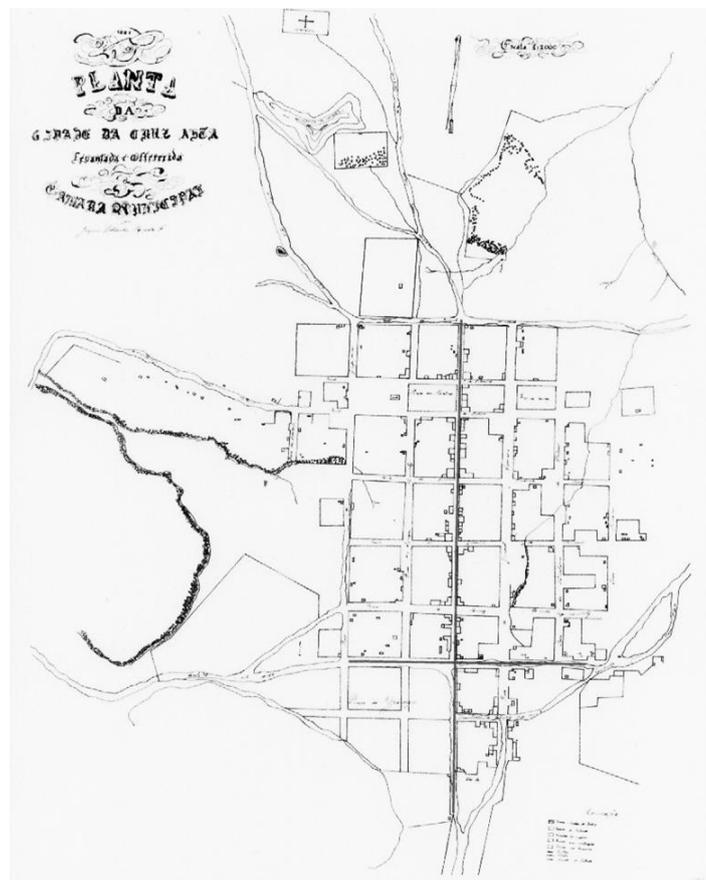


Figura 11 - Planta da Cidade da Cruz Alta em 1881. Sem Escala.

Fonte: Prefeitura Municipal, [200-], Não paginado.

Nesse período do século XIX, alguns fatores auxiliaram para que o desenvolvimento urbano de Cruz Alta se intensificasse, dentre os quais se destaca a declaração da cidade como Comarca Eclesiástica e a construção da paróquia no ano de 1832, sendo em que ato do Bispo

do Rio de Janeiro denominou sob o orago de Divino Espírito Santo (ROCHA, 1964). Em meados do ano de 1830, a cidade possuía cerca de 2.500 habitantes, um contingente militar e um expressivo número de casas de comércio, dentre as quais havia farmácias, sapatarias, relojarias, alfaiatarias, hotéis, padarias, açougues entre outras. No período havia uma fábrica de cerveja e uma de sabão, além de serviços profissionais de médicos, advogados, solicitadores, tabeliães e escrivães de órfãos (CASTRO, 2003).

Outro fator que auxiliou no desenvolvimento do traçado urbano foi a instalação da linha férrea na cidade, executada pela *Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens*, a qual construiria um trecho de 355 quilômetros ligando as cidade de Passo Fundo e Santa Maria, passando assim por Cruz Alta. O tráfego ferroviário entre Cruz Alta e Santa Maria e a construção da estação férrea na cidade foi inaugurado no ano de 1894, enquanto o tráfego entre Cruz Alta e Passo Fundo foi no ano de 1898 (PRESERVE, 1985).

Havia em Cruz Alta, até o final do século XIX, três praças, a Coronel Mello, atualmente do Ginásio Municipal, a Ipiranga, hoje Praça General Firmino de Paula, e a Independência, atualmente Érico Veríssimo. O traçado contava com dezesseis ruas, das quais sete principais longitudinais e nove transversais. Dentre algumas obras públicas que a cidade possuía, estavam um chafariz de abastecimento de água, um cemitério com capela, casa de Câmara, quartel policial e pontilhões sobre os rios. Ainda no final do século XIX, chegaram ao município os imigrantes italianos, auxiliando na formação cultural da sociedade cruz-altense a partir de então (MELLO, 2006).

A implantação cidades de origem lusitana, segundo Teixeira e Valla (1999), em suas primeiras fases, não se utilizava de recursos técnicos especializados no planejamento do núcleo urbano e valia-se dos recursos da topografia e das características do local somente. Nota-se que o mapa datado de 1900 (figura 12) demonstra um crescimento baseado nos preceitos elucidados pelo mapa de 1881 (figura 11) seguindo o eixo estruturante da Rua do Comércio.

Num período de aproximadamente dezenove anos, a cidade dobrou o crescimento do seu núcleo urbano, configurando uma organização quadricular da sua malha urbana, evidenciada na regularidade de seus quarteirões. Schettert (1993) explana que, no período compreendido entre 1900 e 1920, houve um alto nível de crescimento populacional, de 4.809 para 11.253 habitantes, não acompanhando o desenvolvimento de outros setores, de acordo com um relatório apresentado a administração pública na época.

O eixo estruturante formado pela Rua do Comércio, no sentido Norte-Sul, aparece no mapa (figura 12) como trajeto de ligação entre as praças Ipiranga, atual General Firmino de

Paula, e Matriz, atualmente Érico Veríssimo, mostrando semelhança com a configuração urbana de Lisboa, em Portugal, após o grande terremoto de 1755, o qual a malha ortogonal de ruas em sentidos longitudinais e transversais fazem a ligação entre as praças, caracterizando uma hierarquia das vias pela maneira como elas se articulam (MELLO, 2006). Outra peculiaridade que é notável neste mapa é o traçado da linha férrea que circunda a cidade pelo lado leste, cortando alguns quarteirões e assim demonstrando que não havia uma real preocupação com a expansão urbana.

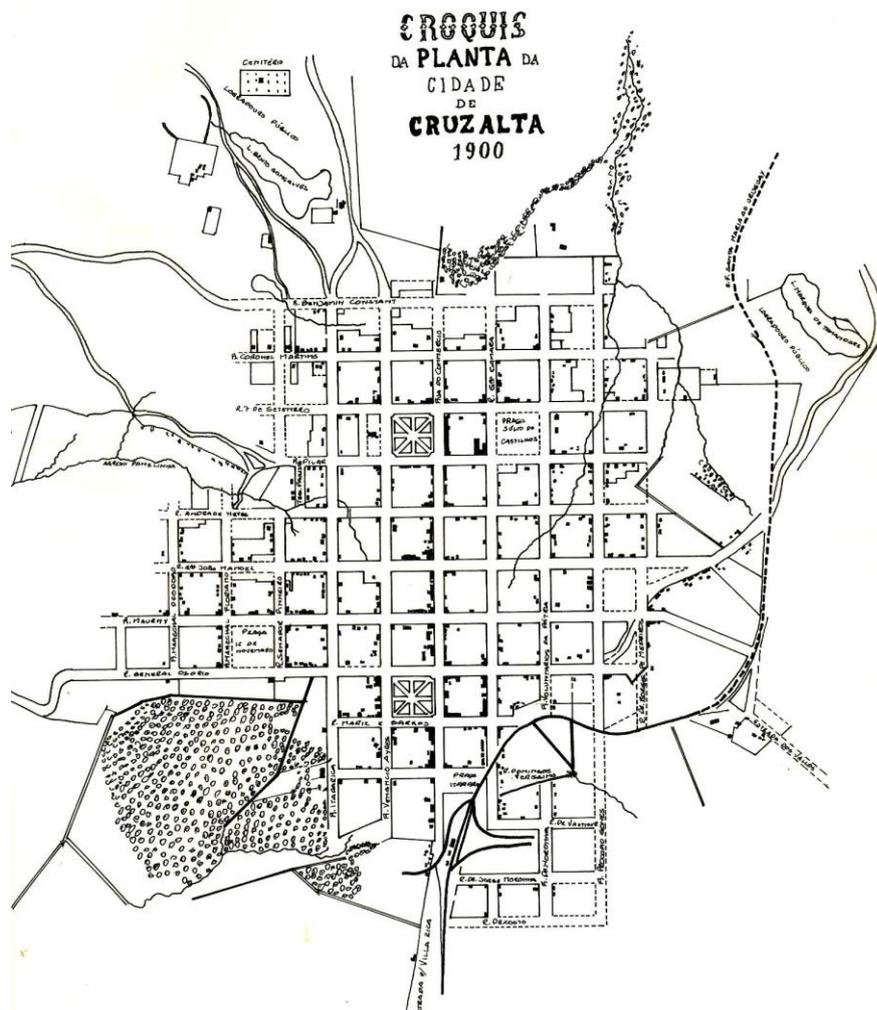


Figura 12 - Planta da Cidade da Cruz Alta em 1900. Sem Escala  
 Fonte: Durigon, Schettert e Sebastião, 1986, Não paginado.

N o final do século XIX, o Brasil tornou-se uma República, sendo marcado por avanços no urbanismo e no modo como o governo estabelecia seu planejamento. O

engenheiro civil Saturnino de Brito, importante sanitarista do país, com vasta experiência, contribuiu para que Brasil se adaptasse as ideologias internacionais de planejamento urbano, organizando e instituindo preceitos que solucionassem os problemas das cidades (MEYER, 1992).

No ano de 1901, o engenheiro civil Saturnino de Brito produziu um mapa (figura 13) que traçava um plano de saneamento para Cruz Alta, considerando elementos que até então não eram analisados, dentre os quais estão a topografia do local, a densidade das áreas verdes, a delimitação das praças e parques e a projeção de forma orgânica, de como a cidade deveria expandir-se.

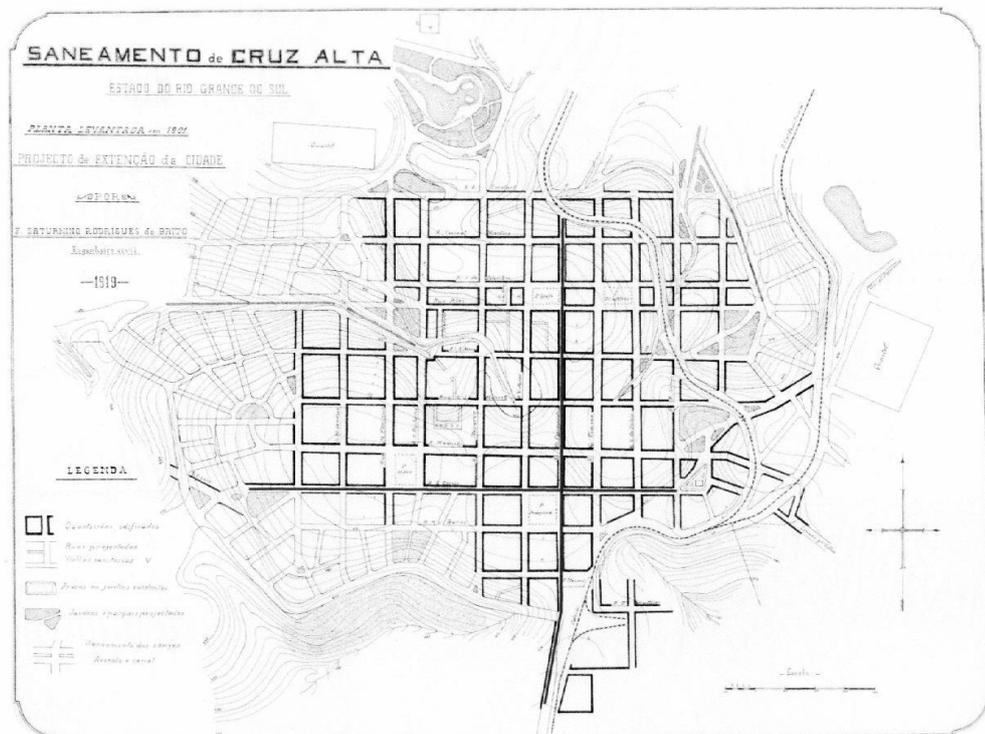


Figura 13 - Planta de Saneamento da Cidade da Cruz Alta levantada em 1901. Idealizada pelo Eng. Saturnino de Brito, em 1919.

Fonte: Prefeitura Municipal, [200-], Não paginado.

A implantação do Quartel Militar, o 29º Grupo de Artilharia de Campanha (29º GAC), no lado leste do meio urbano, também aparece nesse mapa (figura 13). A criação desse grupo militar foi no ano 1831, na cidade de São Gabriel, e transferido para Cruz Alta no ano de 1909, o qual está em pleno funcionamento até os dias atuais. No começo do século XX, a

cidade de Cruz Alta recebeu avanços da tecnologia, como a luz elétrica e a instalação de serviços como instituições de educação, hospital público e enfermarias, a construção da sede do Poder Público Municipal entre outros (MELLO, 2006).

Num contexto de pós-segunda guerra mundial, a responsabilidade pelo planejamento das cidades torna-se uma função exclusivamente do governo, integrando as ações e atividades das administrações municipais, durante a década de 1940 esse conceito vai sendo adotado paulatinamente e o termo urbanismo é substituído por planejamento (FELDMANN, 2014).

O centro administrativo do estado do Rio Grande do Sul, na década de 1940 firma-se em Porto Alegre, bem como são centralizados todos os outros setores na capital, tais como a indústria e o comércio. Nesse período é introduzida no estado a utilização de automóveis para transporte e a infraestrutura urbana das cidades sofre uma transformação. Através do mapa produzido no ano de 1944 (figura 14), é notável o processo de expansão da cidade de Cruz Alta no sentido noroeste e consequente aumento de sua malha viária. Contrapondo o plano de saneamento de Saturnino de Brito, o mapa de 1944 não seguiu um planejamento, mostrando que não houve preocupação prévia da expansão do meio urbano, as linhas orgânicas do traçado não foram seguidas e a topografia não foi considerada (MELLO, 2006).

Entre as décadas de 1940 e 1950, Cruz Alta recebeu diversos serviços, necessários para uma vida moderna que até o momento ainda não presenciara, como uma rede de energia elétrica, instituição de ensino superior, hospitais formalmente instituídos e em pleno funcionamento, Cooperativa Tríticola, Corpo de Bombeiros, aeroporto, monumento em homenagem a Nossa Senhora de Fátima, entre outros (MELLO, 2006).

Schettert (1993) registra que o primeiro voo para Cruz Alta aconteceu no ano de 1932, dentro do percurso que fazia Porto Alegre-Cruz Alta-Palmeira das Missões, e que, no ano de 1946, o aeroporto, que funcionava primeiramente em conjunto com o aeroclube, foi transferido de um local próximo da cidade para uma região chamada de Benjamin Nott a aproximadamente 12 quilômetros ao sul do núcleo urbano. A instalação da Estação Rodoviária, no ano de 1947, também contribuiu para que a cidade estivesse apta a receber a inovação que abrangia toda a sociedade, mesmo que nos primeiros anos esses serviços fossem limitados em relação a suas estruturas e funcionamento.

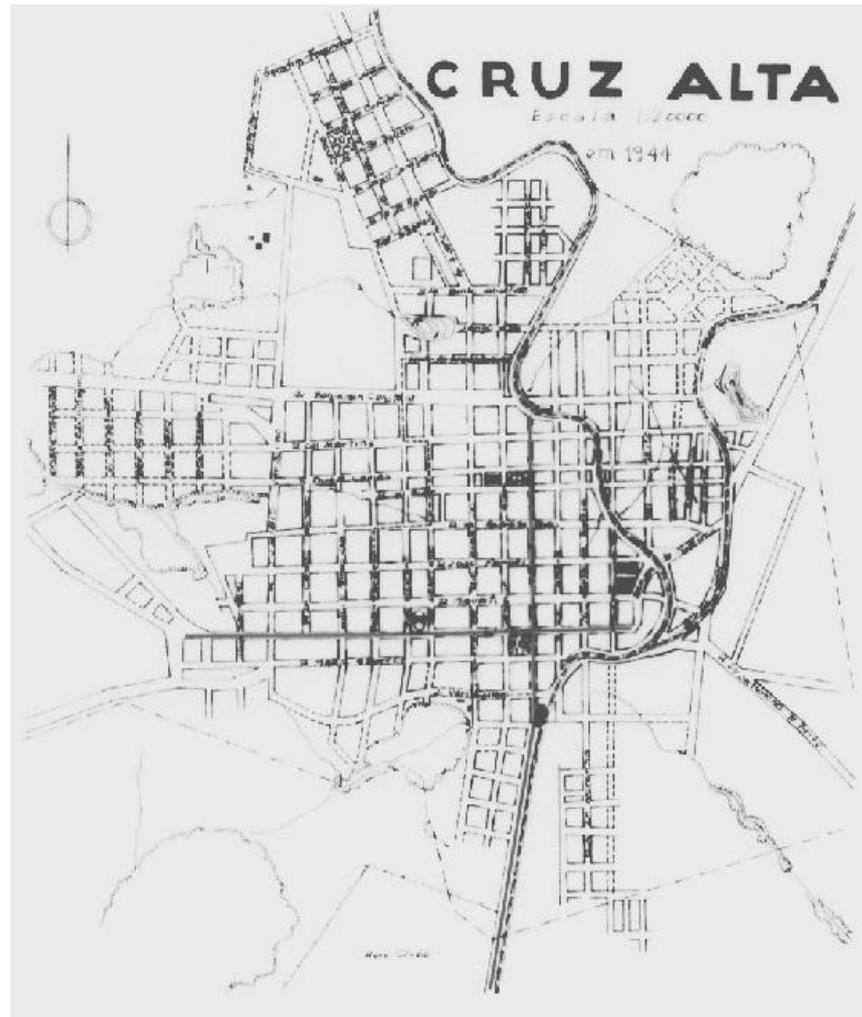


Figura 14 - Mapa da Cidade da Cruz Alta em 1944. Sem Escala.  
Fonte: Prefeitura Municipal, [200-], Não paginado.

A década de 1960 foi marcada por eventos que modificaram o sistema governamental do Brasil, influenciando assim as políticas públicas de uma forma geral. A renúncia do presidente Jânio Quadros, no ano de 1961, acarretou em uma crise do sistema político no país, iniciando uma forte tensão entre os poderes militar e civil. No Rio Grande do Sul, o então governador Leonel Brizola resistiu ao golpe dos militares ao mesmo tempo em que o poder municipal de Cruz Alta, prefeito e vereadores, se mobilizaram a favor do sistema democrático, sendo que, apesar disso, foi aprovado no Brasil o sistema parlamentar de governo por ato do Congresso Nacional (ROCHA, 1964).

A visão de planejamento técnico estava muito associada ao período em que os militares governaram o país, porém a construção técnica é muito anterior, formada através de um longo processo, incluindo-se num plano de reforma de estado. No momento histórico da

ditadura militar, as políticas públicas não incluíam o planejamento das cidades, ficando assim desvinculada do poder público, mostrando uma setorização das ações governamentais. Desse modo, os órgãos de planejamento não coordenavam suas ações, apenas seguiam normas expedidas pelos comandos de governo (FELDEMANN, 2014).

O mapa de Cruz Alta do ano de 1960 (figura 15) mostra uma expansão desordenada do seu meio urbano, sem um direcionamento, não seguindo os sentidos de suas ruas e do traçado existente. Mello (2006) elucida que a ortogonalidade da cidade vai se perdendo com a alteração dos eixos estruturantes. Há a construção de um viaduto para realizar o cruzamento da Avenida Saturnino de Brito por cima de parte da linha férrea. A hidrografia continua sendo um limitador de expansão, surgindo assim loteamentos distantes do centro da cidade, ocasionando vazios urbanos.

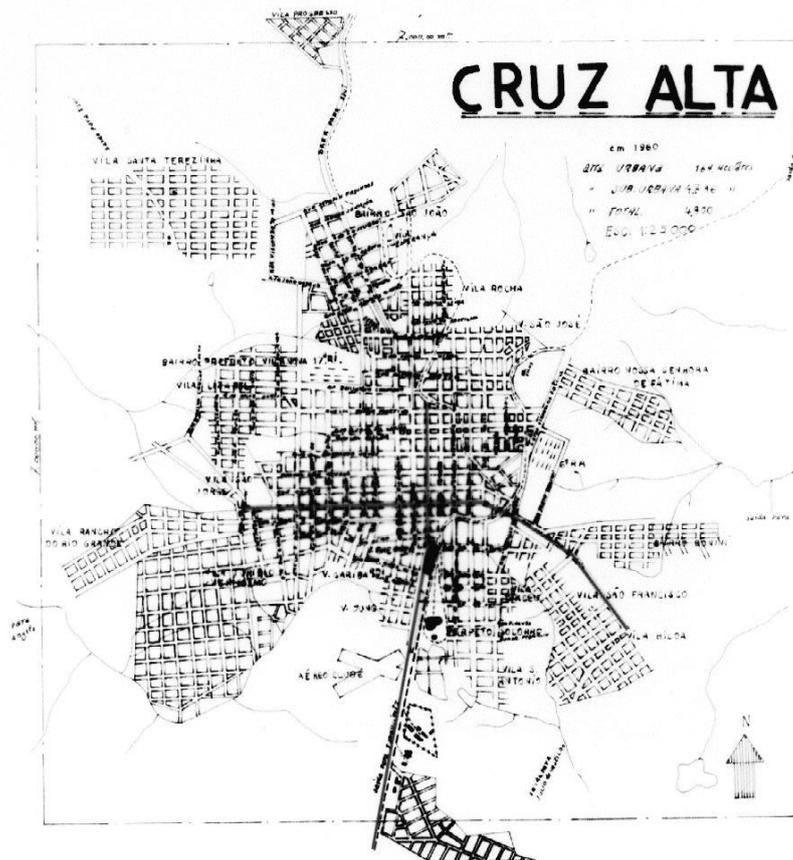


Figura 15 - Mapa da Cidade da Cruz Alta em 1960. Sem Escala.  
Fonte: Prefeitura Municipal, [200-], Não paginado.

Nessa década de 1960, foi construído o Ginásio Municipal (1968), e casa do escritor Érico Veríssimo foi transformada em Museu (1969). O crescimento da cidade foi constante, porém é nítido que o planejamento não foi pensado de uma forma global, abrangendo a cidade como um todo, mas foram organizados planos pontuais sem um estudo científico da consequência que as intervenções urbanas poderiam acarretar na cidade ao longo do tempo, visto que o meio urbano é composto de elementos mutáveis (MELLO, 2006).

Passados, aproximadamente quarenta anos, em 2000, o poder executivo de Cruz Alta e a Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ) organizaram a primeira Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano para a cidade. Essa lei foi um marco na história do município, que, em 179 anos, não possuía um plano para o seu desenvolvimento (MELLO, 2006).

A necessidade da elaboração de um Plano Diretor para Cruz Alta no ano de 2000 vem através da confirmação das tendências de crescimento desordenadas do meio urbano, já nítidas pelo mapa do ano de 1960, porém intensificadas com o aumento populacional. Segundo o mapa do ano de 2000 (figura 16), a regularidade da malha urbana foi quebrada devido ao crescimento da cidade no sentido transversal, ligando o perímetro urbano com as rodovias de acesso ao município. Concomitante a esses problemas de desordem do crescimento, a falta de habitação, deficiência no transporte público e saneamento básico além do aumento de loteamentos clandestinos mostram-se como impeditivos para o desenvolvimento integral da cidade (MELLO, 2006).

O plano foi apresentado ao poder legislativo em dezembro do ano de 2000, porém foram sugeridas algumas modificações, sendo que em junho de 2002 a Câmara dos Vereadores aprovou-o conforme a Lei Complementar nº 0020/02 de 02 de julho de 2002. Logo após foi sancionada pelo então prefeito José Westphalen Corrêa e aprovada pelo legislativo como Projeto de Lei Nº 033/02. Ao longo do tempo, estão sendo feitas constantes modificações para que o plano não se torne obsoleto, adequando-se as realidades contemporâneas, visto que foram organizadas ações para organizar o espaço urbano, dentre elas o patrimônio histórico do município se destaca pela prévia proteção que o plano incentiva e pela criação e implantação de uma Comissão do Patrimônio Histórico (MELLO, 2006).

PLANTA DE CRUZ ALTA  
2000



Figura 16 - Mapa da Cidade da Cruz Alta em 2000. Sem Escala.  
Fonte: Prefeitura Municipal, [200-], Não paginado.

O desenvolvimento do traçado urbano de Cruz Alta está atrelado a um crescimento desordenado que seguiu as tendências dos diversos períodos citados, sejam eles na fase inicial, implantada com a regularidade da malha ortogonal, ou nas fases posteriores, as quais a expansão do núcleo urbano não seguiu um planejamento prévio que considerasse todas as variáveis urbanísticas. Entretanto, a partir do plano de saneamento idealizado pelo engenheiro Saturnino de Brito, os conceitos do tratamento do meio urbano começam a se modificar,

mesmo que nos anos que sucederam esse plano a expansão urbana não tenha considerado um planejamento prévio. Somente no ano de 2000 a confecção de um Plano Diretor guiou o crescimento da cidade, direcionando ações para que o desenvolvimento acompanhasse de forma harmônica a vida da sociedade cruz-altense.

O conhecimento da história da cidade de Cruz Alta e a cronologia do desenvolvimento do seu traçado, bem como dos estilos arquitetônicos que foram produzidos em seu meio urbano ao longo dos anos, torna-se de suma importância, visto que a compreensão desses elementos traz a possibilidade de contextualizar e entender plenamente as edificações estudadas. Além disso, a investigação vai de encontro às questões concernentes à preservação do patrimônio cultural, sendo necessário o conhecimento do processo histórico das políticas que lhe regem e sobre os inventários, instrumento central dessa pesquisa.

## **2.4 Histórico da Preservação do Patrimônio Cultural**

Para que seja possível a preservação do Patrimônio Arquitetônico de um determinado local, é imprescindível que seja conhecido o contexto do qual as políticas públicas de proteção aos bens histórico-culturais estão inseridas, com a plena noção das raízes históricas dos instrumentos de preservação, dos conceitos dos quais o patrimônio cultural está permeado e quais legislações garantem a documentação e salvaguarda de tais elementos que expressam a cultura de uma sociedade. Além disso, será explanado sobre o histórico da utilização dos inventários nos níveis nacionais e regionais, visto que este instrumento de documentação é a proposta central do presente trabalho.

O espaço físico que compõe uma cidade é formado por pelo menos dois elementos marcantes, os quais são a materialidade e as suas relações sociais, demonstrando assim a característica própria de cada espaço, formando um conjunto atemporal. O presente e o passado fundem-se na materialidade, constituindo-se na adição desses dois tempos, visto que a paisagem é toda ela passado, pois o presente em poucos instantes torna-se passado também. Então é através dessa materialidade que é possível compreender a composição do espaço que forma as cidades, alcançando assim a interpretação histórica desses locais de maneira integral (SANTOS, 2002). Desse modo a documentação da arquitetura é um elemento primordial para a plena compreensão da história das cidades e das relações sociais que ocorriam e ocorrem no seu meio físico, podendo assim embasar planejamentos para o seu futuro.

O Patrimônio Cultural pode ser dividido em três grandes categorias ou grupos de elementos, segundo o professor francês Hugues de Varine-Boham (1975), assessor internacional da Unesco e pesquisador do assunto. A primeira categoria é composta pelos elementos pertencentes a natureza e ao meio ambiente, abarcando assim os recursos naturais que propiciam a habitabilidade de um local. O segundo grupo de elementos são os conhecimentos, técnicas e todas as formas de saber fazer que homem adquirisse ao longo do tempo para poder sobreviver no seu meio ambiente. O terceiro grupo de elementos engloba os bens culturais, composto por objetos, artefatos e construções criadas através da combinação entre o meio ambiente e o saber fazer, reunindo a soma entre os dois primeiros grupos. Assim como os diferentes artefatos que compõe a vida humana, a arquitetura mostra-se como a manifestação física desse terceiro grupo de elementos e a sua autenticidade documental se dá pela preservação integral das edificações e das características que remetam aos seus elementos históricos e culturais intrínsecos e formadores (LEMOS, 2010).

A proteção aos bens constituintes do patrimônio histórico e cultural está presente nas legislações de diferentes países ao longo dos tempos, pois há a constatação que, no século III, o Império Romano, através do seu Imperador Alexandre, aplicava restrições, até mesmo com multas, nas modificações físicas que ocorressem no meio urbano, a fim de preservar as imagens das cidades. Sabe-se que, posteriormente a esse período, o Império Bizantino, no final do século IV, tinha uma posição contrária na desfiguração das fachadas e de seus ornamentos. Durante o Renascimento Italiano, também é notável a proteção do patrimônio, conservando documentos e prédios, por meio da Igreja. No período Barroco, na Alemanha e na Itália, houve medidas protetivas em antigos castelos e catedrais. Ainda na Alemanha no início dos séculos XIX e XX, as legislações trataram da proteção do patrimônio (LEMOS, 2004).

O conceito moderno do que é patrimônio foi desenvolvido na França a partir da Revolução Francesa em 1789 quando foi criado um estado nacional, sistema esse ainda não aplicado em nenhuma outra nação, e que contribuiu para que as legislações se modificassem e influenciassem outros países na salvaguarda dos monumentos nacionais (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

O início do século XX é marcado por uma sequência de conferências internacionais visando a discussão e tomada de diretrizes para o futuro das cidades. Têm-se como o primeiro marco acerca do patrimônio e do direito a propriedade, as conclusões do IV Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (CIAM), em outubro de 1931, que gerou a Carta de Atenas. Esse documento deixa claro que o interesse coletivo é prioridade frente ao interesse

particular, mudando assim o panorama de pensamento internacional vigente até o momento (CIAM, 1931).

Dentre os diferentes congressos realizados ao longo dos anos, outro que se destaca pela sua importância na preservação do patrimônio cultural foi o Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, em maio de 1964 na cidade de Veneza, Itália. Esse evento procurou regularizar os procedimentos de preservação em todas as partes do mundo, sendo que participaram setecentos profissionais ligados à restauração de monumentos (LEMOS, 2010). Nesse congresso foi formulado um documento que serviu de embasamento para as ações futuras com o patrimônio cultural de cada país, ficando conhecido como Carta de Veneza, sendo o seu tema central:

[...] a conservação do Patrimônio monumental e ambiental no mundo, num momento em que sente-se, também nos países de nova formação, a necessidade de conservar os valores artísticos e os elementos representativos das civilizações do passado fundindo seu espírito com a vida moderna. (LEMOS, 2010, p.78)

A partir da Segunda Guerra Mundial, entre os anos de 1940 e 1945, o patrimônio nacional dos países é tratado com maior ênfase, sendo que o nacionalismo começava a se fortalecer no panorama mundial. Com o final da guerra, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), as abordagens sobre o patrimônio cultural começam a ser mais abrangentes e menos restritivas. No ano de 1972, é realizada a primeira conferência geral da UNESCO, na qual é adotada a primeira convenção do que se compõe o patrimônio cultural, reconhecendo a diversidade cultural e considerando que o patrimônio da humanidade pertence a todos os povos do mundo. Nos anos posteriores, a UNESCO lançou diversas campanhas em favor da proteção do patrimônio mundial e da importância de sua salvaguarda (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Em nível nacional, a preocupação do governo brasileiro pela preservação do seu patrimônio cultural é relativamente nova, mesmo sabendo-se que, em meados do século XVIII, o Conde das Galveias, no dia 5 de abril de 1742, escreveu ao governador de Pernambuco, Luís Pereira Freire de Andrade, uma carta em que lamentava a desfiguração da ocupação do Palácio das Duas Torres, obra essa construída pelo Conde de Nassau, no período da colonização holandesa e que, em sua opinião era um marco de memória da história

nacional, considerado um verdadeiro troféu de guerra (LEMOS, 2010).

Nos anos seguintes a esse primeiro marco da preservação no Brasil, houve preocupações pontuais com o patrimônio cultural. Porém foi no início do século XX que uma sequência de ações por partes dos governos estaduais foram dando forma ao sistema de proteção dos bens históricos do Brasil. Na década de 1920, muitos intelectuais se engajaram na salvaguarda do patrimônio e auxiliaram para que as legislações agregassem o patrimônio cultural, que até então não possuía preocupação por parte do governo. A primeira iniciativa dos estados se deu em Minas Gerais, com a organização de uma comissão para estudar e sugerir medidas protetivas para o seu patrimônio, em julho de 1925. Após, outros dois estados criaram as suas Inspetorias Estaduais de Monumentos Nacionais, sendo a Bahia, em 1927, e Pernambuco em 1928. Entretanto, foi somente anos mais tarde que o governo do Brasil, com o Decreto nº 22.928 de 12 de julho de 1933, elevou a cidade de Ouro Preto-MG a patrimônio Nacional, ação esta considerada a primeira iniciativa de proteção do patrimônio em nível federal (BRASIL, 1980).

Lemos (2010) diz que somente no ano de 1936 é confeccionado um projeto de lei para a proteção do patrimônio nacional digno de elogios. Este projeto foi elaborado pelo escritor paulista Mário de Andrade, a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, o qual descrevia a diversidade de categorias do patrimônio cultural que deveriam ser salvaguardadas, incluindo toda forma de expressão histórica e cultural presente no país e que serviria de base para a futura legislação do patrimônio nacional. Assim, em 1937, através dos esforços do Ministro Capanema e de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, seu assessor, foi promulgado pelo Presidente Getúlio Vargas, através do Decreto-lei nº25 de 30 de novembro, a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN), organizando assim a preservação do patrimônio histórico e artístico brasileiro.

No decorrer do tempo, ocorreram diversas modificações na estrutura e na nomenclatura desse órgão de preservação do patrimônio. No ano de 1946 passou a se chamar de Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Durante os trinta primeiros anos de existência da instituição, o período ficou conhecido como a fase heroica, dada as dificuldades de proceder a preservação, estando Rodrigo de Melo Franco de Andrade a frente da organização (BRASIL, 1980).

No artigo 14 do Decreto-lei nº 66.976, de 27 de julho de 1970 a Diretoria foi transformada em Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Com isso, a Portaria nº 230 de 26 de março de 1976 aprovou um regimento interno do Instituto que modificou a sua estrutura organizacional, descentralizando o poder e dividindo a

responsabilidade pela preservação, proteção e tombamento dos bens em organizações regionais (BRASIL, 1980).

Na mesma década, 1970, houve outra modificação na nomenclatura do órgão, se tornando a Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sob a estrutura do Ministério da Educação e Cultura, pelo Decreto-lei nº84.198 de 13 de novembro de 1979, e assinada pelo então Presidente João Figueiredo. Esse sistema organizacional perdura até os dias atuais, entretanto houve diversas mudanças durante os anos, até que em 1994 voltou a se chamar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (BRASIL, 1980). Através do Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000, promulgado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, após sessenta e três anos da criação de um órgão de preservação, surgiu um modo legal de proceder o registro e proteção dos bens intangíveis, ampliando ainda mais a visão sobre o Patrimônio Histórico e Cultural do Brasil (LEMOS, 2010).

Na década de 1980, a abertura democrática no Brasil fez com que revisões das teorias de preservação do patrimônio cultural fossem sendo realizadas e ampliadas. Na constituição de 1988, a qual é utilizada até os dias atuais, retoma alguns pressupostos idealizados por Mario de Andrade e Aloísio de Magalhães, demonstrando que um bem cultural deve ser preservado pela sociedade independente do seu tombamento. O artigo 215 dispõe sobre a proteção a todo tipo de manifestação cultural, englobando também as manifestações populares e a grande diversidade cultural do país, antes desconsideradas pela legislação. No seu artigo 216, o conceito de patrimônio é ampliado, sendo constituído de bens tangíveis e intangíveis, considerados referenciais da memória e da formação cultural das diferentes regiões brasileiras (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

No estado do Rio Grande do Sul, a preocupação com o seu patrimônio cultural remonta o ano de 1954 quando foi criada a Divisão de Cultura do Estado, ligada à secretaria de educação, com a proposta de proteger e estudar o patrimônio arquitetônico e a cultura. Em 1964 foi criada, junto a esse órgão, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado até que, em 1979, passou a se chamar Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (CPHAE). Nos anos posteriores, na década de 1980, foram realizados diversos processos de tombamentos no estado, mostrando que havia grande preocupação em proteger legalmente o patrimônio gaúcho. Foi nessa mesma década em que houve o tombamento de duas obras na cidade de Cruz Alta, a Prefeitura Municipal e a Casa e Museu Érico Veríssimo (IPHAE, 2013).

Atualmente o órgão que atua no processo de tombamento do patrimônio histórico e cultural bem como na orientação de como a sociedade deve proceder para a sua preservação

no Rio Grande do Sul é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE). Essa organização foi nomeada de instituto a partir da criação da Secretaria de Estado da Cultura no ano de 1990, através da publicação da portaria nº11/90, sendo que, até o mês de outubro de 2013, contabiliza um número de 145 bens tombados, incluindo tombamentos ambientais e de bens móveis (IPHAE, 2013).

As políticas de preservação do Patrimônio Histórico-Cultural na cidade de Cruz Alta ainda são muito recentes e sofrem com desconhecimento da sua importância por grande parte da população local. No decorrer de sua história, muitas obras arquitetônicas foram edificadas em meio ao núcleo urbano, entretanto as medidas de proteção a essas obras não estiveram como prioridade nas administrações públicas. Podem-se citar as duas primeiras ações de preservação do patrimônio na cidade com o tombamento do Prédio da Prefeitura Municipal, pela portaria 08/84 de 01/08/1984 e da Casa e Museu Érico Veríssimo através da portaria nº 07/84 de 01/08/184 (IPHAE, 2013).

A necessidade da produção de um Plano Diretor para o município de Cruz Alta trouxe a tona as questões intrínsecas na preservação o patrimônio em consonância com as diretrizes de desenvolvimento urbano. O primeiro Plano Diretor da cidade foi realizado no ano de 2002, sendo que foram sugeridas algumas alterações, as quais foram aprovadas conforme a Lei Complementar nº0020/02. Dentre essas alterações estava presente a atualização dos dados físico-territoriais, cadastrais, socioeconômicos e do patrimônio histórico, cultural e ambiental do município. Ainda foram considerados os prédios históricos para determinar a Taxa de Ocupação (TO) e o Índice de Aproveitamento (IA), no intuito de preservar a paisagem urbana e valorizar as edificações históricas (MELLO, 2006).

Como a legislação deve atender às necessidades da sociedade em diferentes períodos da sua história, os planos diretores vão se modificando e se adaptando. No ano de 2005, houve a necessidade de reestruturar pontos da legislação, sendo que nesse momento foi implantada uma Comissão do Patrimônio Histórico, a qual tem atuação constante e efetiva no município, além de outras medidas do planejamento urbano (MELLO, 2006). Através da Lei Complementar nº0040 de 03 de setembro de 2007 foi disposto o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Cruz Alta dedicando capítulo exclusivo para abordar sobre as diretrizes e normativas da valorização do patrimônio ambiental, englobando todas as manifestações histórico-culturais, sejam elas naturais ou criadas pela ação do homem (CRUZ ALTA, 2007).

Por possuir uma riqueza de produção arquitetônica ao longo do tempo, Cruz Alta assemelha-se ao caso de Bagé, que na sua reformulação do Plano Diretor, traçou metas em

conjunto com a sua população, buscando a realização de fóruns de debates entre os grupos da sociedade e um congresso da cidade, com oficinas de planejamento. Nesse congresso foram apontados também pontos concernentes ao interesse ambiental, porém, a abordagem principal foi as questões relativas ao patrimônio, as quais mostraram a necessidade da identificação das áreas de interesse histórico e cultural por meio de inventário, tanto do meio urbano quanto do meio rural e do patrimônio imaterial; previsão de instrumentos legais, urbanísticos e tributários para a proteção dos bens; criação de instrumentos de gestão participativa das políticas preservacionistas; consolidação de um Conselho Municipal específico; o enfoque na educação ambiental e patrimonial inclusas nos currículos escolares e a expansão cultural nas áreas rurais (BRASIL,2014).

## **2.5 O inventário como instrumento de preservação**

Os procedimentos de preservação do patrimônio histórico-cultural são diversos, utilizando-se de instrumentos muito peculiares para a salvaguarda dos bens, sejam eles tangíveis ou intangíveis. A legislação brasileira vigente prevê instrumentos de proteção do patrimônio cultural, dos quais se pode citar o inventário, o registro, o tombamento e até mesmo a desapropriação de um bem. Ainda outras formas de acautelamento e preservação podem ser incluídas para a proteção de um determinado patrimônio, tais quais ações de educação patrimonial, itinerários de visitação, rotas turísticas bem como todas as atividades concernentes, podendo assim esses instrumentos servir de auxílio na valorização da cultura e da história de uma sociedade (VALE, 2012).

O tema central do presente trabalho é a confecção de um inventário do patrimônio arquitetônico da cidade de Cruz Alta, entretanto para que ele seja efetivamente aplicado, se faz necessário a utilização de ações educativas amplas para a divulgação e conscientização da população. Para que se tenha o pleno entendimento da função protetiva dos inventários e de sua cronologia de uso, o trabalho destaca os momentos históricos da adoção desse instrumento bem como as legislações que lhe abarcam. O autor Marcos Paulo de Souza Miranda (2008) explica sobre o que é, e como é formado esse instrumento de preservação:

Sob o ponto de vista prático o inventário consiste na identificação e registro por

meio de pesquisa e levantamento das características e particularidades de determinado bem, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos objetivos e fundamentados de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros.

Os resultados dos trabalhos de pesquisa para fins de inventário são registrados normalmente em fichas onde há a descrição sucinta do bem cultural, constando informações básicas quanto a sua importância, histórico, características físicas, delimitação, estado de conservação, proprietário etc.(MIRANDA,2008, Não paginado).

A utilização de inventários para o registro do patrimônio em nível mundial é uma prática que remonta o início do século XX. Cury (2000) mostra que na Conferência de Atenas, no ano de 1931, ficou estabelecido que cada país, com seus órgãos competentes, deveriam publicar um inventário dos monumentos históricos nacionais, constando fotografias e as suas respectivas informações.

No Brasil, esta prática vem sendo utilizada desde a década de 1930, no momento da criação do SPHAN. Durante o período modernista, os intelectuais preocupavam-se com a importância da catalogação dos bens culturais do país, sendo que, em 1938, Lucio Costa escreveu o texto Documentação Necessária, no qual defende um estudo aprofundado acerca do patrimônio arquitetônico brasileiro, não somente as construções religiosas e de poder, mas a arquitetura civil de um modo geral, inventariando uma diversidade de edificações, sejam elas urbanas ou rurais, fazendo a análise completa de cada obra (CASTRIOTA, 2009).

No ano de 1939, em uma entrevista sobre a atuação do SPHAN, o seu primeiro presidente Rodrigo Melo Franco de Andrade mostra um inventário realizado na Bélgica como modelo a ser seguido pelo Brasil, embora soubesse a dificuldade de tal procedimento no país. Principiando pelos monumentos arquitetônicos, o SPHAN conseguiu, em pouco tempo, catalogar as principais obras da arquitetura nacional. A posição do inventário nesse período era acessória ao sistema de preservação, pois como instrumento jurídico era considerado somente o tombamento, criando-se assim uma política de que o patrimônio somente seria assegurado pela legislação se tombado (CASTRIOTA, 2009).

Essa ideia de que somente o tombamento era necessário para garantir a preservação começou a sofrer mudança de postura no final da década de 1960, por influência de evento internacional que produziu a Carta de Veneza em 1964 e que introduziu um novo conceito de sítio urbano, substituindo a visão da cidade monumento. Nos anos de 1970, com a descentralização das políticas concernentes ao patrimônio, foram realizados importantes inventários em nível estadual, como o do Estado da Bahia e o Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Minas Gerais (IPAC-MG) (CASTRIOTA, 2009).

Atualmente a Constituição Federal Brasileira de 1988, prevê a proteção de seu patrimônio cultural através da seção II, nos artigos 215 e 216. Dentro dessa mesma legislação é citado o inventário como instrumento de proteção ao patrimônio, o seu Artigo 216 § 1º elucida que “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988).

A legislação do Rio Grande do Sul estabeleceu o inventário como instrumento legal de preservação desde o Decreto nº 31.049, de 12 de janeiro de 1983, o qual organizava o sistema de atividades de preservação do patrimônio cultural do estado. Esse decreto, no seu artigo 2º, atribuía a esse sistema o dever de realizar o inventário dos bens do patrimônio cultural gaúcho, aperfeiçoando e atualizando constantemente os seus serviços de preservação e divulgação (RIO GRANDE DO SUL, 1983).

Na década seguinte a esse decreto, a Lei Estadual nº 10.116 de 1994 foi instituída como Lei do Desenvolvimento Urbano e suas normas de ocupação e uso do solo das cidades, sendo que no seu Artigo 40 apresenta o inventário como instrumento de auxílio para a preservação do patrimônio cultural:

Art. 40 - Prédios, monumentos, conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico, arqueológico, antropológico, paleontológico e científico, de proteção ou preservação permanente, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, não poderão, no todo ou em parte, ser demolidos, desfigurados ou modificados sem autorização.

§ 1º - Para identificação dos elementos a que se refere este artigo, os municípios, com o apoio e a orientação do Estado e da União, realizarão o inventário de seus bens culturais.

§ 2º - O plano diretor ou as diretrizes gerais de ocupação do território fixarão a volumetria das edificações localizadas na área de vizinhança ou ambiência dos elementos de proteção ou de preservação permanente, visando a sua integração com o entorno.

§ 3º - O Estado realizará o inventário dos bens culturais de interesse regional ou estadual. (RIO GRANDE DO SUL, 1994).

Em nível municipal, com a implantação da Lei Complementar nº0040 de 03 de setembro de 2007 (CRUZ ALTA, 2007), que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Cruz Alta, foram elaboradas diretrizes de estratégia para a valorização do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade, as quais são: a ratificação das zonas de entorno dos bens tombados, a necessidade da confecção de um inventário do

patrimônio arquitetônico, a restauração dessas obras e as ações de educação patrimonial. O artigo 10 do Plano Diretor elucida essas determinações de inventariar os bens históricos, o restauro e as medidas educativas:

Art. 10. São diretrizes para a estratégia de valorização do patrimônio histórico cultural:

III – demolição, reforma ou restauro em edificações construídas no ano de 1960 ou inferior a esta época, bem como daquelas listadas no anexo 8 D – Tabela de Prédios de Interesse Histórico Cultural, condicionada a análise técnica pela Comissão de Patrimônio Histórico Cultural. Esta condição:

a) permanecerá até o prazo de execução do Inventário do Patrimônio Histórico Cultural, o qual definirá quais construções são de interesse histórico dentre as do ano de 1960 ou inferior a esta época, e dentre todas as demais;

b) permanecerá condicionada à análise técnica pela Comissão de Patrimônio Histórico Cultural, mesmo depois do inventário, salvo mudanças quando da execução do plano de preservação histórico-cultural;

IV - promover políticas públicas para o restauro das edificações de interesse histórico cultural, a começar por aquelas de titularidade do Poder Municipal;

V - educação para a Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural. (CRUZ ALTA, 2007).

O conjunto arquitetônico da cidade de Cruz Alta será analisado através de manifestações da arquitetura histórica, o qual possui uma diversidade de estilos em suas morfologias e contextos formadores da cultura cruz-altense e gaúcha. Nesse sentido são nítidas as ligações que as edificações possuem para com a sociedade que a circunda, visto que, no meio urbano de Cruz Alta, desenvolveram-se eventos históricos que delinearam a formação cultural da cidade, dentre os quais, se podem citar o nascimento e a vivência do autor literário Érico Veríssimo em meio à sociedade cruz-altense e a sua ligação com o município até os dias atuais, pela existência da casa em que viveu e até mesmo de elementos que o inspiraram a escrever seus livros.

Como a cidade presenciou o nascimento do estado do Rio Grande do Sul e até mesmo da República Brasileira, muitos fatos históricos aconteceram em seu meio urbano. Um conjunto de edificações que permeiam o imaginário social são as construções relacionadas com o período em que a cidade foi governada pelo Coronel Firmino de Paula Filho. O mesmo foi importante figura política, considerado um dos braços fortes do governador Borges de Medeiros na Região do Planalto, no início do século XX, e por sua maneira de governar era bastante temido pela população local (SILVA, 2000).

Esses dois contextos da formação da história e da cultura de Cruz Alta mostram a quantidade de significados imateriais intrínsecos no seu patrimônio arquitetônico. A cidade

possui uma grande quantidade de obras históricas, cada uma delas agregando valores peculiares, tanto para a coletividade quanto para um grupo restrito de pessoas. Somente através do seu conhecimento e investigação é possível a sua divulgação e valorização frente à sociedade, atingindo assim as questões concernentes à preservação desse patrimônio.

## 2.6 Definições de valores das edificações inventariadas

As edificações fazem parte da memória da cidade, tanto por estarem ligados aos fatos que aconteceram, como por serem fontes vivas da representação de estilos e pensamentos pretéritos. Riegl (1987) explica sobre o valor da manutenção e recordação da memória através dos monumentos, sejam eles de qualquer magnitude ou importância para a sociedade que os acolhe:

Por monumento, no sentido mais antigo e verdadeiramente original do termo, entende-se uma obra criada pela mão do homem e edificada dentro do fim preciso de conservar sempre presente e vivo na consciência das gerações futuras a lembrança de tal ação ou tal vida (ou as combinações de uma e de outra). (RIEGL, 1987, p.35)

Os valores de determinado monumento são observados através dos seus detalhes, para que assim possam ser pensadas as ações possíveis para preservação desse patrimônio. No que concerne aos valores ligados ao passado ou valores de rememoração, Riegl (1987) define como valor rememorativo intencional, quando um monumento foi concebido com a finalidade memorialística; o valor histórico, conectado à história e seus diferentes ramos; e o valor de antiguidade, os que representam simplesmente o gosto por tudo aquilo que seja antigo (RIEGL, 1987).

Para que possam ser explicados os elementos que caracterizam a escolha dos prédios pelas suas características arquitetônicas, torna-se necessário o entendimento do termo morfologia, que é o “estudo das formas que a matéria pode tomar” (PRIBERAM, 2013), sendo que essa palavra vem do grego *morfe*=forma e *logia*=estudo. O termo é utilizado para o estudo da língua portuguesa, entretanto na arquitetura é empregado, tanto para as formas urbanas quanto para as partes formadoras de uma edificação, mesmo que com uma alteração

de nomenclatura e com uma definição própria:

A morfologia urbana é o estudo das formas da cidade. A tipologia construtiva é o estudo dos tipos de construção. Ambas as disciplinas estudam duas ordens de fatos homogêneos; além disso, os tipos construtivos que se concretizam nos edifícios são o que constitui fisicamente a cidade. (ROSSI, 1977 apud PEREIRA, 2012)

Desse modo, a pesquisa seguiu dois padrões de valores atrelados ao patrimônio, para que pudessem ser escolhidas as edificações em estudo. A seleção considerou as relevâncias histórico-culturais e ou morfológico-arquitetônicas para assim delimitar quais prédios poderiam compor um inventário de maneira positiva para o pleno entendimento da produção arquitetônica de Cruz Alta.

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

A investigação central do trabalho é o estudo acerca do patrimônio arquitetônico presente na cidade de Cruz Alta, buscando a sua valorização e divulgação frente à sociedade, a fim de que ações de preservação sejam realizadas. Assim, a pesquisa delimita um recorte temporal de 139 anos, abarcando o período que compreende entre 1821, ano da fundação da cidade, até o ano de 1960, no período áureo da produção modernista. A escolha dessa delimitação de recorte é justificada pelo fato de haver grande quantidade de edificações consideradas como patrimônio cultural nesse período, contemplando a produção dos estilos arquitetônicos apresentados, além de no Plano Diretor Municipal constar a necessidade de ser realizado inventário com as edificações construídas no ano de 1960 ou inferiores a essa época.

Através do conhecimento metodológico de investigação, optou-se por ser realizada uma pesquisa de caráter exploratório e de abordagem qualitativa. As pesquisas exploratórias objetivam a criação de um maior conhecimento sobre o problema tornando-o mais explícito. Seu objetivo principal é o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições, sendo bastante flexível, pois são analisados os diferentes aspectos do objeto estudado (GIL, 2002). Para a análise dos dados obtidos, a abordagem qualitativa mostra-se mais apropriada, dada às características da pesquisa, visto que, mesmo que dependa de diferentes fatores para ser realizado, Gil (2002, p.133) define esse processo como “uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório”.

Para a realização da pesquisa, foram utilizadas como fontes de conhecimento autores de referência na área do Patrimônio Arquitetônico Urbano, Patrimônio Cultural e História do Rio Grande do Sul. Além disso, a pesquisa busca informações dos dados que constam junto aos setores da Prefeitura Municipal de Cruz Alta, como Cadastro Imobiliário, Secretaria de Planejamento e Obras, Museu Municipal, Arquivo Público e Comissão de Patrimônio Histórico e Cultural bem como junto ao IPHAE. Outra fonte essencial para a realização da investigação são os documentos e relatos fornecidos por estudiosos e cidadãos cruz-altenses sobre a evolução urbana da cidade.

O estudo realizou um inventário das edificações das zonas de entorno de Patrimônio Histórico Cultural Urbano Tombado no município de Cruz Alta, consistindo na identificação, registro, pesquisa e levantamento das partes externas das edificações. Essa investigação

considera estudos acadêmicos realizados anteriormente sobre as construções selecionadas, adicionando informações e buscando as particularidades de cada uma. Para que a investigação pudesse se desenvolver, foram considerados dois procedimentos fundamentais: o método utilizado para catalogação dos bens, escolhendo assim o modelo de fichamento mais adequado e o critério de escolha dos imóveis a serem inventariados.

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa divide-se em etapas distintas, empregando como instrumentos para a coleta dos dados a revisão bibliográfica; a elaboração da listagem dos edifícios selecionados, com seus respectivos endereços, uso e ano de construção; o levantamento fotográfico (geral e detalhes) e o levantamento físico das edificações; o estudo dos dados teóricos e técnicos de cada construção, visando à composição dos fichamentos e análise dessas informações; a tomada de decisões, na inclusão ou exclusão de bens, e por fim, a confecção do inventário, provendo suporte para as conclusões da investigação e a sua utilização como instrumento de preservação da arquitetura histórica cruz-altense.

Para o inventário, adotou-se o modelo de ficha do Sistema de Rastreamento Cultural, utilizada atualmente pelo IPHAE (IPHAE, 2013), visto que a mesma contempla os anseios da pesquisa e fornece as bases para o pleno entendimento dos dados obtidos. A ficha citada está apresentada no ANEXO A, da presente dissertação.

O critério de escolha das edificações inventariadas seguiu os contextos dos quais cada uma foi concebida e na forma de como ela estão inseridas na sociedade de Cruz Alta. Foram consideradas as relevâncias dos bens, sejam elas histórico-culturais ou morfológico-arquitetônicas. A partir de um vasto acervo de obras presentes na cidade, a seleção contempla uma lista sucinta de edificações que representam a rica produção arquitetônica edificada ao longo dos anos.

### **3.1 Modelo de Ficha a ser preenchida para o inventário do Patrimônio Arquitetônico de Cruz Alta**

Como foi citado anteriormente, o modelo de ficha utilizado para o trabalho segue o Sistema de Rastreamento Cultural do IPHAE, abrangendo diferentes itens de preenchimento de dados que auxiliam na compreensão das edificações. Esses dados situam os prédios, mostram as condições atuais e detalham as suas características físicas, sejam através de fotos

ou através de descrição por análise.

Para a primeira etapa, foram coletadas e armazenadas as informações em fichas provisórias, buscando adquirir o máximo de conhecimento dos objetos de estudo, tanto *in loco* como através da literatura específica. Após essa etapa, os dados foram registrados em fichas definitivas, conforme o modelo padrão do IPHAE (ANEXO A), o qual possui os seguintes itens de preenchimento conforme o seu manual:

- a) Município: nome do município onde se encontra o bem;
- b) Localidade: nome da cidade ou localidade onde se encontra o bem;
- c) Ficha nº: o número da ficha é composto da sigla do estado (RS) seguida do ano de elaboração do inventário, mais cinco dígitos fixos referentes ao número do bem cultural. ex: ficha número RS/99 - 00003 (o número 99 refere-se ao ano de 1999);
- d) Denominação do bem: nome da edificação (ex.: Museu Municipal, Prefeitura Municipal, Casa da Família Dutra, etc.);
- e) Endereço/ Localização: endereço completo do bem;
- f) Proprietário: nome do proprietário no momento da elaboração do inventário;
- g) Uso original/ atual: descrição do uso original da edificação e seu uso atual;
- h) Latitude/Longitude/Erro horizontal: coordenadas geográficas do bem, obtidas a partir de um sistema de posicionamento global ou *global positioning system* (GPS);
- i) Proteção existente: descrever se o bem é tombado por alguma instância (Municipal, Estadual, Nacional) ou se é protegido por alguma legislação (Plano Diretor, por exemplo);
- j) Proteção proposta: sugestão de alguma forma de proteção;
- k) Bens móveis: descrever a existência de bens móveis e integrados no interior e no lote da edificação (mobiliário, obras de arte, etc.) que sejam passíveis de proteção, ou de alguma coleção significativa. É possível a confecção de uma ficha complementar para a inserção de fotografias referentes ao tema;
- l) Valores Estabelecidos ao Bem: descrever os valores existentes no bem que o tornam passível de integrar o inventário, conforme tabela em anexo;
- m) Observações: breve descrição histórica do bem e outras observações relevantes;
- n) Foto: foto da fachada principal do bem, contendo o máximo de detalhes representativos, tais como tipo de esquadrias, cobertura, ornamentos, etc.. No caso da necessidade de inserção de fotografias de detalhes específicos do bem inventariado, poderá ser criada uma folha complementar;

- o) Responsável: nome do responsável pelo levantamento de dados;
- p) Data: data do levantamento de dados;
- q) Imagens complementares: inserir imagens que caracterizem o entorno imediato da edificação, com referência às edificações vizinhas, passeio, leito da rua, vegetação, etc.;
- r) Ficha Complementar: breve análise arquitetônica do bem, descrevendo as características estilísticas e sua técnica construtiva assim como inserir uma planta de localização da edificação dentro da quadra.

Os itens apresentados nesta ficha são bastante amplos, entretanto foi necessária a adoção de mais alguns complementares para que as edificações pudessem ser mais bem visualizadas em relação aos seus estados de conservação e como são fisicamente constituídas. Dentro deste último componente, Ficha Complementar, a análise arquitetônica não se limitou somente ao estilo e planta de localização, mas buscou trazer informações das características físicas atuais e, quando possível, as plantas baixas e elementos dos projetos dessas edificações. Abaixo seguem os itens de análise das condições físicas dos prédios, de acordo com indicações de antigas fichas do IPHAE e que pode ser visualizada no ANEXO B.

- a) Cobertura: número de águas, telhamento, acabamento e coroamento;
- b) Tipo de Estrutura: independente ou portante;
- c) Materiais: estrutura, vedação da estrutura, esquadrias, revestimento das fachadas e pintura das fachadas;
- d) Esquadrias: tipo de vergas das portas e janelas;
- e) Estado de Conservação: modificação dos elementos originais;
- f) Estado Físico: estado de degradação dos elementos construtivos;
- g) Entorno da Edificação: edificação de referencial urbano, edificação como parte de um conjunto ou edificação conformadora do perfil urbano;
- h) Plantas Baixas: provenientes do levantamento de campo ou quando houver.

### **3.2 Critério de seleção das edificações a serem inventariadas**

O recorte temporal escolhido para a pesquisa está baseado no conhecimento prévio da história de Cruz Alta, que remonta quase 200 anos da constituição do seu núcleo urbano. Assim buscaram-se saber através da legislação municipal e da literatura específica quais as

edificações possuem prioridade para compor um inventário e quais são as suas particularidades históricas e culturais.

Na cidade, já houve anteriormente um levantamento dos prédios históricos, realizado através do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Cruz Alta, o qual foi produzido um livro intitulado “Um Século de Arquitetura Urbana em Cruz Alta 1826-1930, Guia de Arquitetura” de autoria da arquiteta Mara Regina Kramer Silva. Nesse livro são expostas detalhadamente 40 edificações de relevância para o Patrimônio Arquitetônico do município, tanto pelos seus contextos como pelas suas morfologias, e apresenta uma diversidade de estilos que marcaram a paisagem urbana da cidade.

Outra fonte consultada foi a legislação municipal, que por meio da Lei Complementar nº. 0040 de 03 de setembro de 2007 (CRUZ ALTA, 2007), a qual dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental, listou 47 prédios de interesse Histórico Cultural, e está presente no Anexo 8D dessa mesma Lei. Nessa listagem estão as edificações estudadas pelo livro anteriormente citado, sendo complementada por outras, construídas após a década de 1930 até meados dos anos de 1960.

Ainda no Plano Diretor de Cruz Alta, estão delimitadas duas áreas de preservação do Patrimônio Histórico Cultural (APPHC) no zoneamento da macrozona urbana: as zonas de Entorno do Patrimônio Histórico Cultural Tombado 1 e 2 (ZE 1 e ZE 2), conforme a figura 17. Essas áreas delimitadas pela legislação visam assegurar a integridade do entorno de duas obras tombadas pelo IPHAE, a Prefeitura Municipal e o Museu Érico Veríssimo, estabelecendo assim que o regime urbanístico municipal deve estar de acordo com as portarias e resoluções estaduais. Nota-se a presença marcante de diferentes estilos arquitetônicos nessas áreas, pois foi nessa região central que a cidade se desenvolveu desde a sua formação em concomitância com o eixo da Rua Pinheiro Machado, que não foi delimitada por essa legislação.

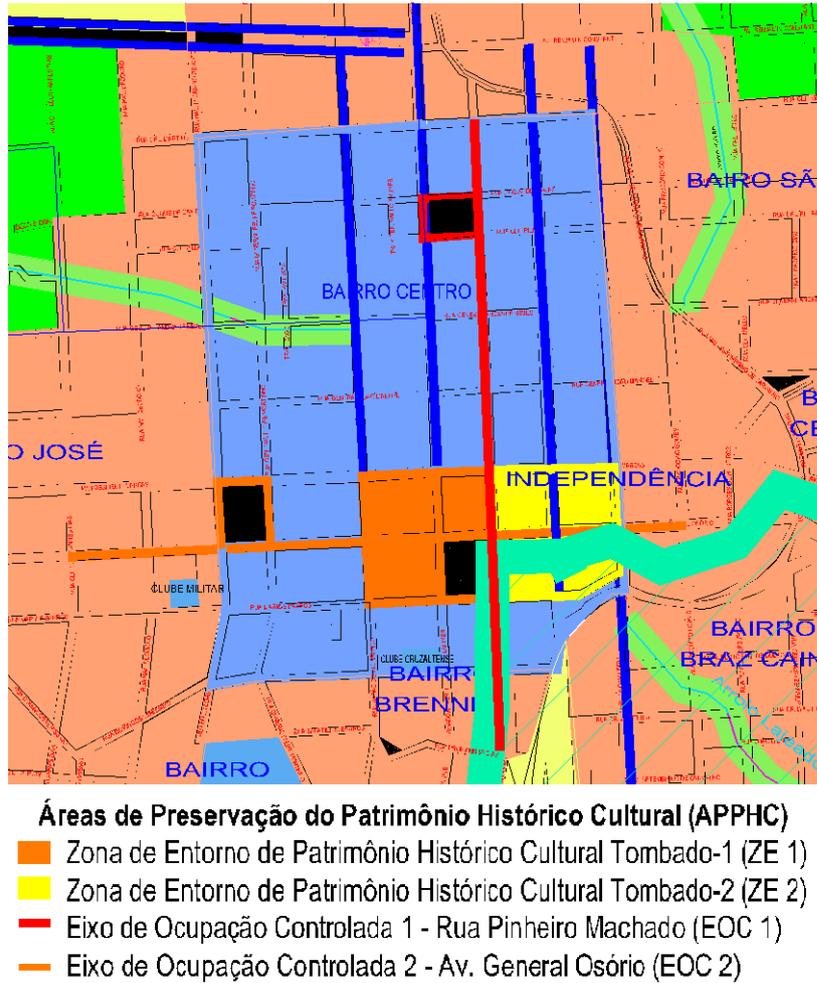


Figura 17 – Áreas de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural (APPHC) Plano Diretor de Cruz Alta - RS (Sem Escala).

Fonte: Adaptado do Plano Diretor (CRUZ ALTA, 2007).

A pesquisa considerou todos os levantamentos citados, tanto da bibliografia específica como da lista constante no Plano Diretor Municipal, utilizou-se do zoneamento prévio e ainda procurou na revisão de literatura as informações relacionadas à evolução do traçado urbano de Cruz Alta, para assim demarcar essas zonas de entorno dos bens tombados como a delimitação do espaço físico da pesquisa, aliado ao recorte temporal anteriormente estabelecido e a escolha de algumas edificações fora desse limite, mas que possuem relação importante com o patrimônio arquitetônico. Sabe-se, por meio da história da cidade, que essa área não contempla a totalidade de obras que poderão compor um inventário, entretanto essa região abriga uma diversidade de edificações de estilos variados, mostrando a rica produção da arquitetura histórica cruz-altense.

Nas figuras 18 e 19 é possível visualizar a localização dos bens trabalhados, sendo que as quadras em que estão localizados os prédios estão em destaque e há ainda uma delimitação tracejada em vermelho da zona de entorno dos bens tombados.

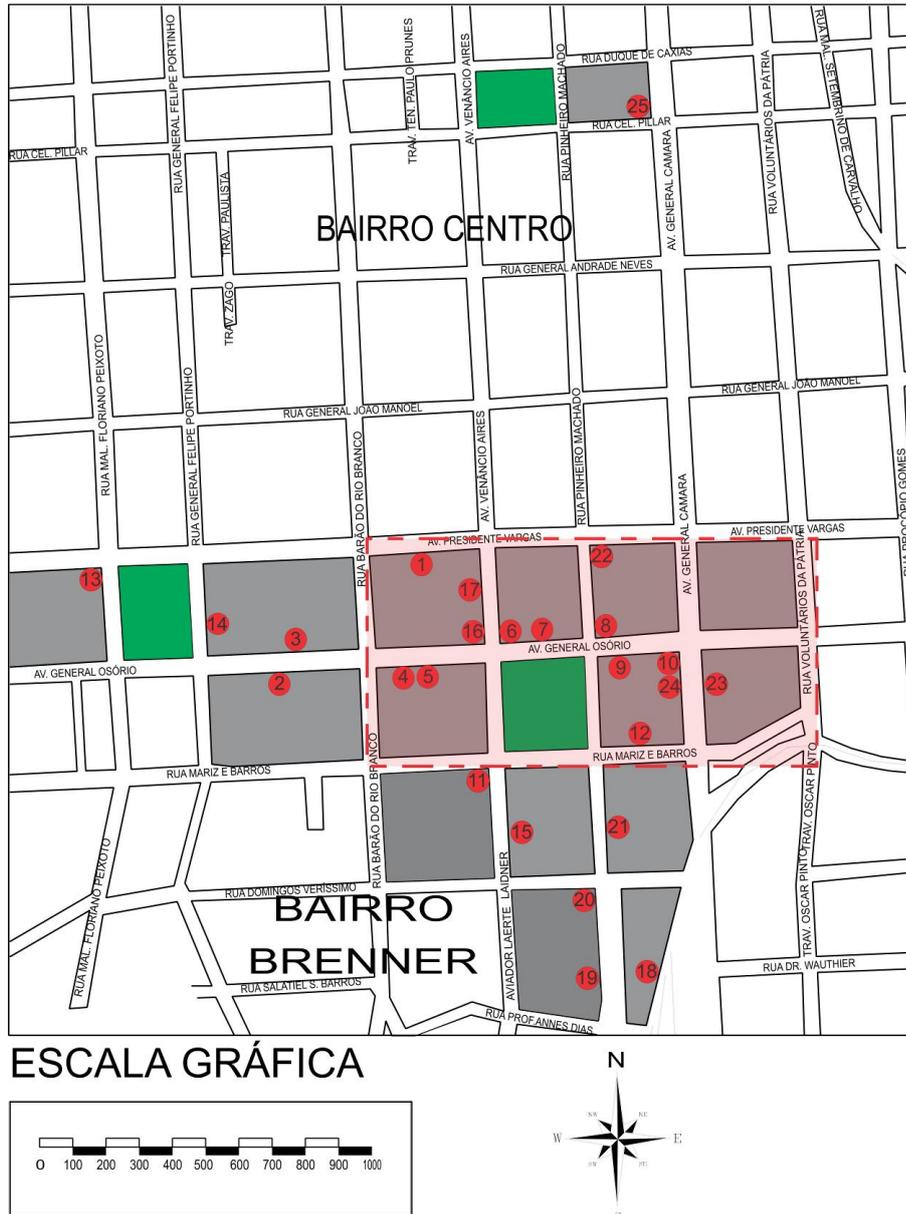


Figura 18 – Mapa de delimitação da área de estudo da pesquisa com a localização dos edifícios inventariados.

Fonte: Adaptado do Plano Diretor (CRUZ ALTA, 2007).

Dentro dessa área proposta pela pesquisa, foram escolhidas as edificações conforme os critérios estabelecidos, sendo que as mesmas estão apresentadas de acordo com as ruas.

**Avenida Presidente Vargas.**

1. União Operária (1906-1907) Relevância Morfológico-Arquitetônica.

**Avenida General Osório.**

2. Colégio Rio Branco (1915) Relevância Morfológico-Arquitetônica.
3. Casa Cemin (anterior a 1955) Relevância Histórico-Cultural e Morfológico-Arquitetônica.
4. Casa Abel Spellet (1930) Relevância Morfológico-Arquitetônica.
5. Solar Brandão (1925) Relevância Histórico-Cultural e Morfológico-Arquitetônica.
6. Prédio dos Correios (1951) Relevância Morfológico-Arquitetônica.
7. Prefeitura Municipal (1911-1914) Relevância Histórico-Cultural e Morfológico-Arquitetônica.
8. Antiga Sede do Banco Nacional do Comércio (1920) Relevância Morfológico-Arquitetônica.
9. Casa Lupinacci (anterior a 1948) - Relevância Morfológico-Arquitetônica.
10. Casa e Museu Érico Veríssimo (1883) Relevância Histórico-Cultural.

**Rua Mariz e Barros.**

11. Casa Firmino de Paula Filho (anterior a 1928) Relevância Histórico-Cultural e Morfológico-Arquitetônica.
12. Casa Maria Zenkner (1940) – Relevância Morfológico-Arquitetônica.

**Rua Marechal Floriano Peixoto.**

13. Casa Ferreira (anterior a 1912) Relevância Morfológico-Arquitetônica;

**Rua General Felipe Portinho**

14. Casa Veríssimo de Azambuja (anterior a 1934) Relevância Morfológico-Arquitetônica.

**Rua Venâncio Aires.**

15. Casa Abreu e Silva (1929) Relevância Morfológico-Arquitetônica.
16. Casa Veríssimo Lopes (1914) Relevância Morfológico-Arquitetônica.
17. Loja Maçônica Harmonia Cruz-altense (1903) Relevância Histórico-Cultural e Morfológico-Arquitetônica.

**Rua Pinheiro Machado.**

18. Estação Ferroviária de Cruz Alta (1892-1894) Relevância Histórico-Cultural.
19. Casa Frutuoso Brenner (1920) Relevância Morfológico-Arquitetônica.
20. Casa Schmitt (anterior a 1925) Relevância Morfológico-Arquitetônica.

21. Prédio Carlan (1947) – Relevância Morfológico-Arquitetônica.

22. Casa Bueno (1884) Relevância Histórico-Cultural.

**Avenida General Câmara.**

23. Casa Dumoncel (anterior a 1941) Relevância Morfológico-Arquitetônica.

24. Casa Rocha Montenegro (anterior a 1923) Relevância Morfológico-Arquitetônica.

**Rua Coronel Pilar**

25. Casa Vidal Pillar (1826) Relevância Histórico-Cultural.

A escolha dos bens analisou as suas relevâncias, sejam elas histórico-culturais e ou morfológico-arquitetônicas, visto que é notável que o patrimônio edificado da cidade se caracterize através dessas duas linhas de importância. São nítidas as presenças marcantes dessas edificações na história de Cruz Alta, registrando em suas estruturas toda a cronologia da formação da sua paisagem construída bem como da cultura de sua sociedade.

A relevância histórico-cultural levou em consideração o significado do contexto a que cada prédio está condicionado, visto que o patrimônio arquitetônico por ser fonte material da história, remete as memórias coletivas dos acontecimentos pretéritos ocorridos nas suas estruturas e permeia o imaginário social, formando assim uma conexão do presente com o passado. Esse critério de valoração fundamenta-se em fontes literárias e orais que descrevem a origem dessas edificações, mostrando a sua cronologia, evolução urbana, práticas sociais ali realizadas, eventos sociais que reforcem a identidade do cidadão cruz-altense, significado social atrelado e todas as informações que remetem aos fatos históricos e culturais da cidade, considerando as ações e vivências da coletividade bem como de personagens que fizeram parte da formação da sociedade local.

A relevância morfológica-arquitetônica buscou verificar os aspectos peculiares dos bens edificados, a fim de que as características de cada construção embasassem a sua escolha, demonstrando a rica produção estilística da arquitetura em Cruz Alta. Neste âmbito foram considerados os valores de peculiaridade do traçado urbano, singularidade do tecido urbano na relação morfológica com seu entorno, unidade tipológica, elemento referencial no contexto urbano a que está submetido, diversidade tipológica num mesmo entorno e a referência historiográfica quando as edificações apresentarem elementos com influência dos modelos consagrados na história da arquitetura e urbanismo mundial.



## 4 INVENTÁRIO ARQUITETÔNICO DE CRUZ ALTA

Dentro dos limites da zona de entorno, há uma grade diversidade de edificações pertencentes a diferentes estilos e contextos pretéritos, porém se fez necessária a escolha dos bens que demonstrassem singularmente a evolução histórica da arquitetura cruz-altense. Após adquirir-se o conhecimento específico do patrimônio local, ainda tornou-se necessária a inclusão de algumas edificações que não estão nestas zonas de entorno, mas que dadas as suas características físicas e particularidades relacionadas à cultura e a formação de Cruz Alta foram inventariadas, as quais são: Colégio Rio Branco, Casa Cemin, Casa Ferreira, Casa Veríssimo de Azambuja, Casa Abreu e Silva, Estação Ferroviária, Casa Frutuoso Brenner, Casa Schmitt, Prédio Carlan e Casa Vidal Pilar.

As diferentes literaturas que tratam sobre o patrimônio mostram a importância de o inventário arquitetônico estar em consonância com as políticas públicas de preservação e conservação do seu meio físico. Desse modo, o registro dos prédios e a sua divulgação auxiliará para que a cultura, tradições e a sua memória como sociedade sejam salvaguardados e mantidos. A partir dessa coleta de informações, o poder público juntamente com as representações da sociedade civil, poderá organizar-se para planejar o desenvolvimento da cidade como um espaço atemporal, conduzindo as suas ações de acordo com a plena harmonia entre as diferentes manifestações históricas e as necessidades da vida contemporânea, sem ser submetida unicamente aos interesses econômicos de determinadas pessoas ou grupos sociais.

Além de ser um instrumento jurídico de preservação, o inventário trará o suporte técnico necessário para nortear as ações do governo e instigará, por meio de seus dados imateriais, a sociedade a movimentar-se em favor da busca e da preservação da sua identidade. Além disso, as políticas de educação poderão fazer uso do estudo para que o patrimônio de Cruz Alta seja visto pelos cidadãos, como representante material do conhecimento e elemento de ligação entre o ser e o meio em que habita.

O Patrimônio Arquitetônico da cidade se encontra em uma situação de risco, visto que diversos fatores contribuem para que a sua preservação não seja assegurada. Recentemente foi presenciada a demolição do prédio histórico da escola estadual Margarida Pardelhas, um dos ícones da educação no município, que possuía ligações com os vultos históricos, pois estudaram neste local, como o autor Érico Veríssimo e o escultor Saint Clair Cemin, e ainda está no entorno da Casa Vidal Pilar, um dos espaços que compõe os primórdios da ocupação

urbana da cidade. Mesmo que a Comissão Municipal do Patrimônio esteja engajada em buscar soluções para a preservação e conservação dos bens, é necessário formalizar um plano de ação efetivo que privilegie exclusivamente estas questões.

O levantamento do patrimônio arquitetônico deverá atuar como suporte teórico para as ações do poder público, na sua proteção, preservação e conservação, elaborando um plano estratégico em consonância com o desenvolvimento sustentável, tanto econômico, como histórico, social e cultural do município.

Na figura 19 é possível visualizar parte do entorno dos bens tombados, nas proximidades da Prefeitura Municipal na década de 1940:

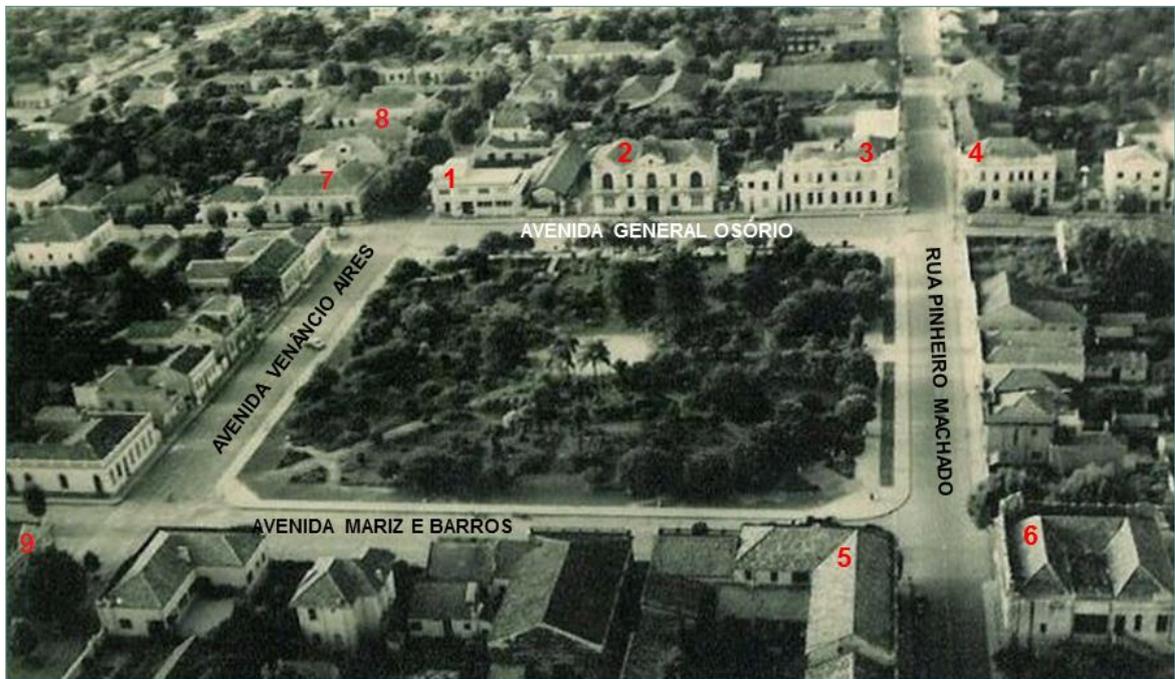


Figura 19 – Vista aérea de parte do entorno dos bens tombados, na década de 1940.

Legenda: 1 – Agência dos Correios; 2 – Prefeitura Municipal; 3 – Banco da Província; 4- Banco do Comércio; 5 – Hotel Spellet; 6 – Banco do Rio Grande; 7 – Casa Veríssimo Lopes; 8 – Loja Maçônica Harmonia Cruzaltense; 9 – Casa Cel. Firmino de Paula Filho.

Fonte: ROEBER,2014, Não paginado.

As edificações inventariadas estão situadas de acordo com a localização da figura 20:

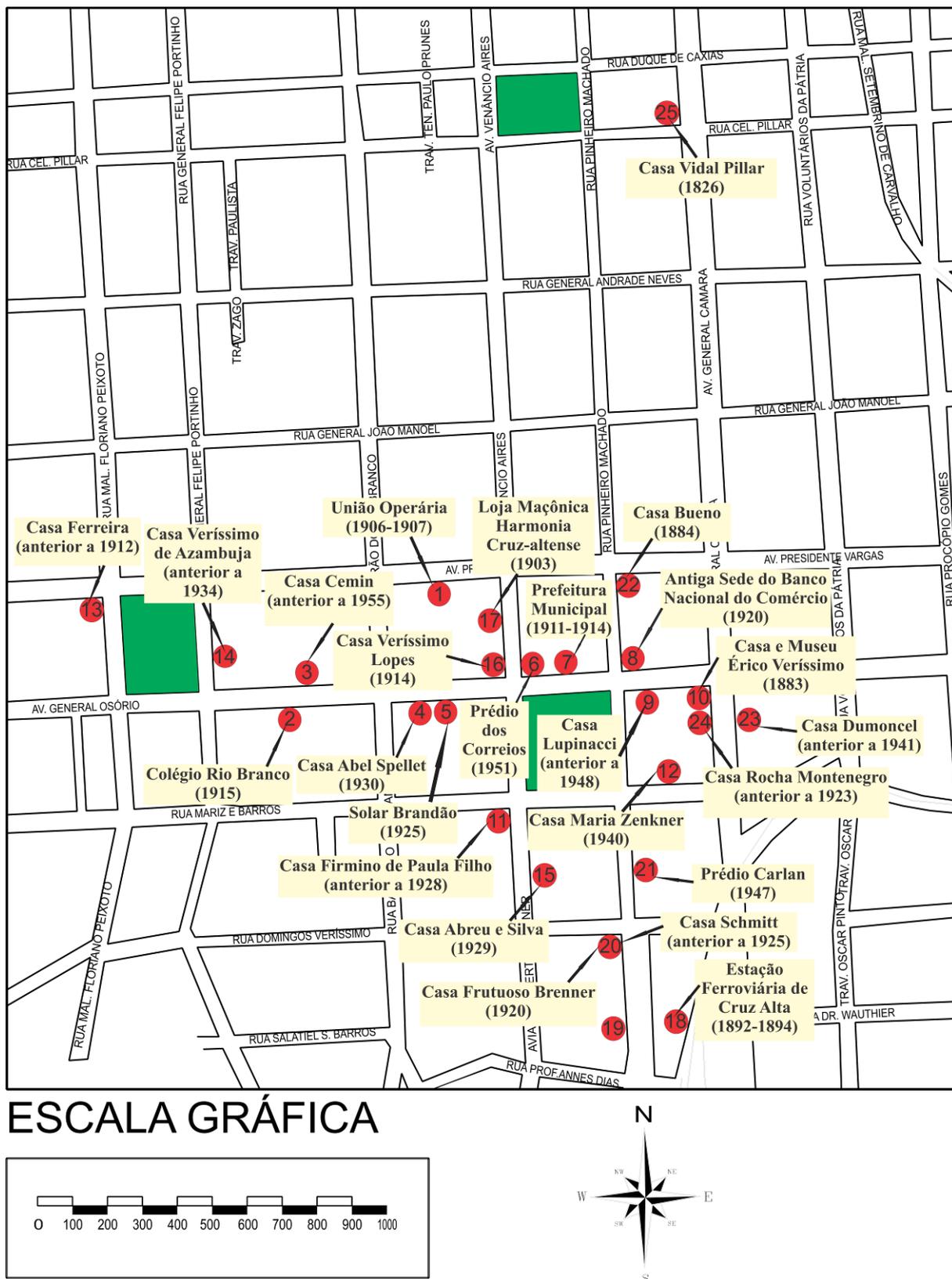


Figura 20 – Localização geral dos Bens Inventariados  
Fonte: Adaptado do Plano Diretor (CRUZ ALTA, 2007).

## Quadro 1 – Prédio da União Operária

Governo do Estado do Rio Grande do Sul  
Secretaria da Cultura

SISTEMA DE RASTREAMENTO  
CULTURAL



M

BENS EDIFICADOS

INVENTÁRIO

Município: CRUZ ALTA

Ficha Nº: RS/14: 00001

Localidade: CRUZ ALTA

Denominação do bem: **Prédio da União Operária de Cruz Alta.**Endereço/Localização: **Av. Presidente Vargas, 1034, Centro.**Proprietário: **Associação da União Operária de Cruz Alta**Uso Original e atual: **Sede da Associação da U.O.C.A.**Latitude: **28°38'38.8"**Longitude: **53°36'26.9"**

Erro Horizontal:

Proteção Existente: **Plano Diretor Municipal**Proteção Proposta: **Inventário**

Bens Móveis:

**Valores estabelecidos ao bem:**

Relevância Morfológico-Arquitetônica

**Observações:**

As linhas gerais do projeto arquitetônico que a sede da União Operária já estavam definidas em documento que registra a reunião dos associados em dezembro de 1897. No primeiro livro de Atas da União Operária consta o seguinte trecho que confirma as linhas arquitetônicas adotadas pela edificação: “O Templo terá oito metros de vão na frente por vinte metros de fundos, com quatro divisões por gradis a balaustres de madeira torneada ou de ferro, com duas colunatas de madeira ou ferro sobre a entrada (...). A frente será construída com sete metros de altura desde a base a ponta do meio losango formando o alto da fachada suspenso por quatro colunatas convenientemente decorada e mobilizada”. As funções que o prédio deveria abrigar seriam: secretaria, biblioteca, sala do conselho, salas de aulas e atividades recreativas e um salão das assembleias e festividades. Segundo a ata do dia 27 de março de 1907, é possível verificar que a construção do prédio havia sido concluída, sob a administração de Lourenço Morandini, ficando assim a data da edificação entre os anos de 1906-1907. (SILVA, 2000)

**Foto(s):**

Fachada União Operária



Detalhe do Frontão

**Responsável:**  
Arquiteto Pedro Couto Moreira

**Data:**  
Abril de 2014

**Imagens complementares (entorno, edificações)**



Detalhe Colunas de Ordens Duplas



Detalhe Capitel



Detalhe do entablamento



Perspectiva da lateral esquerda



Platibanda e telhado



Entorno do prédio



Símbolos ladeados por volutas



Coroamento curvo da esquadria

**FICHA COMPLEMENTAR.****Análise Arquitetônica**

A edificação possui características singulares nas suas formas, visto que a composição dos elementos arquitetônicos segue princípios bem traçados, como a simetria, proporção e imponência. Na fachada é nítida a simetria em sua composição, dispendo de pilares adornados, janelas com balcões, balaustradas escondendo o telhado, além de elementos decorativos dispostos de maneira equivalente em ambos os lados. A sua parte central é encimada por um frontão circular, apresentando duas volutas no seu volume superior. No espaço denominado como tímpano, ladeado pelas volutas, sobressai-se um elemento em relevo que exhibe o símbolo da associação, o qual é formado por um compasso, um esquadro, uma colher de pedreiro e um martelo, em alusão a todas as categorias profissionais que compõe a associação. Sua construção é contemporânea com a corrente eclética, e demonstra a utilização variada de elementos da arquitetura historicista com forte tendência do estilo neoclássico.

**Cobertura**

Telhamento de barro, telha francesa, revestido de material metálico – Prédio Original com duas águas  
Coroamento com Frontão e Platibanda – Acabamento na própria platibanda.

**Tipo de Estrutura**

Portante

**Materiais**

Estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Vedação da estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Esquadrias: Madeira

Revestimento da Fachada: Reboco de Cal e areia

Pintura da Fachada: Tinta Acrílica

**Esquadrias (Tipo de Verga)**

Vergas das Portas: Retas

Vergas das Janelas: Retas

**Estado de Conservação (Modificação dos Elementos originais)**

Heterogêneo – Apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos

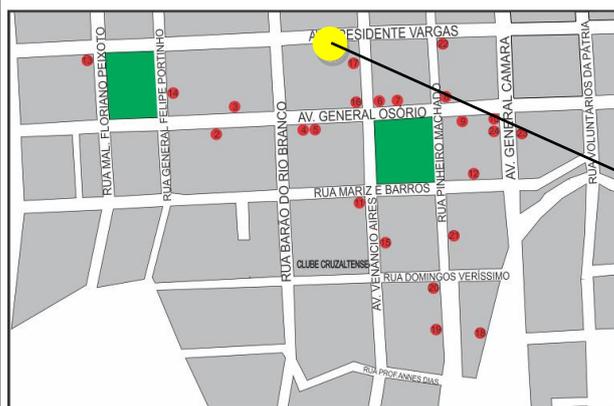
**Estado Físico (Estado de degradação dos elementos construtivos)**

Os elementos construtivos não apresentam degradação considerável

**Entorno Próximo ( A edificação em relação ao entorno)**

- Edificação de Referencial Urbano
- Parte de um conjunto
- Edificação conformadora do perfil urbano

Não foi possível ter acesso ao Projeto ou as Plantas-Baixas desta Edificação.

**Situação**

**Prédio da União  
Operária de Cruz Alta**

## Quadro 2 – Colégio Rio Branco

Governo do Estado do Rio Grande do Sul  
Secretaria da Cultura

SISTEMA DE RASTREAMENTO  
CULTURAL



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

M

BENS EDIFICADOS

## INVENTÁRIO

Município: CRUZ ALTA

Ficha Nº: RS/14: 00002

Localidade: CRUZ ALTA

Denominação do bem: Colégio Rio Branco

Endereço/Localização: Rua General Osório, 860, Centro.

Proprietário: Antônio Carlos Carpes Hochmuller Junior

Uso Original: Misto – Escola/Pensionato

Uso atual: Desocupado

Latitude: 28°38'43,3"

Longitude: 53°36'33,1"

Erro Horizontal:

Proteção Existente: Plano Diretor Municipal

Proteção Proposta: Inventário

Bens Móveis:

## Valores estabelecidos ao bem:

Relevância Morfológico-Arquitetônica

## Observações:

A edificação foi construída com a finalidade de abrigar uma escola e um pensionato para os seus estudantes, sendo idealizado pelo Sr. Henrique Frederico Hostyn, nascido no dia 30 de março de 1885 na cidade Menin na Bélgica e radicado no Rio Grande do Sul desde 1904, o qual foi fundador, diretor e professor do Colégio Rio Branco inaugurado em 1915. (SILVA, 2000)

A autora Izaltina Vidal do Pilar Rosa (1981, p.205) destaca sobre o Colégio Rio Branco que: “Funcionando em regime de externato e internato, o educandário muito proveito deixou à cidade de Cruz Alta, dos longos anos em que existiu dedicado à educação e à cultura. Nele trabalharam Heitor Hostyn e Frederico Baiocchi.”

Analisando as plantas aprovadas e arquivadas pela prefeitura soube-se que para a execução deste prédio foi contratada a empresa *Vaz & Cia Construtores Cruz Alta*, e teve como Engenheiro Civil Responsável pelo projeto Henrique José Wiederspahn (Heinrich Josef Wiederspahn), irmão do reconhecido arquiteto Theo Wiederspahn, autor de diferentes obras pelo Rio Grande do Sul e a quem é atribuída à autoria do projeto da Prefeitura Municipal de Cruz Alta.

## Foto(s):



Fachada do Colégio Rio Branco

**Responsável:**  
Arquiteto Pedro Couto Moreira

**Data:**  
Abril de 2014

**Imagens complementares (entorno, edificações)**



Platibanda



Coroamento da abertura



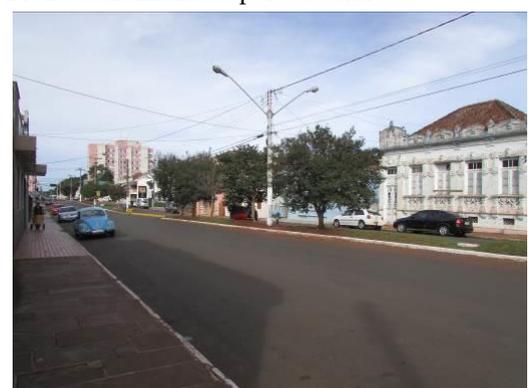
Disposição das portas-janelas



Frontão encimando a porta de entrada



Entorno imediato



Visão da rua e entorno



Selo de Eng.-Arq. Heinrich Josef Wiederspahn  
Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal, 2014.



Porta e portas-janelas

## FICHA COMPLEMENTAR.

### Análise Arquitetônica

Essa edificação está implantada no terreno de forma semelhante a outras construções contemporâneas a ela na cidade, entretanto apresenta uma peculiaridade no seu acesso principal, o qual é realizado na extremidade esquerda de sua fachada, demonstrando assim a sua composição assimétrica, definida por quatro portas-janelas com balcões tipo púlpito, além do acesso já citado. Acima das janelas, no mesmo nível das vergas, há a presença de elementos esculpidos que representam flores (medalhões) e a outros vegetais, sendo que no centro apresenta uma máscara com a face delicada de um rosto feminino. Na porta de entrada há uma grade de ferro com desenho de inspiração na Art Nouveau, provável referência ao país de origem do construtor da edificação.

Seus diferentes elementos arquitetônicos pertencentes a correntes historicistas demonstram a forte influência do ecletismo, mesmo que com alterações nos seus postulados como a simetria, fator esse que demonstra um prenúncio ao rompimento estilístico. As janelas frontais são decoradas com uma diversidade de elementos, sendo que nelas, assim como em outras edificações da mesma época há a presença de máscara esculpida em seu centro.

### Cobertura

Telhamento Cerâmico: Francesa – Várias águas

Coroamento com Frontão e Platibanda – Acabamento na própria platibanda.

### Tipo de Estrutura

Portante

### Materiais

Estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Vedação da estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Esquadrias: Madeira

Revestimento da Fachada: Reboco de cal e areia

Pintura da Fachada: Tinta Acrílica

### Esquadrias (Tipo de Verga)

Vergas das Portas: Retas

Vergas das Janelas: Retas

### Estado de Conservação (Modificação dos Elementos originais)

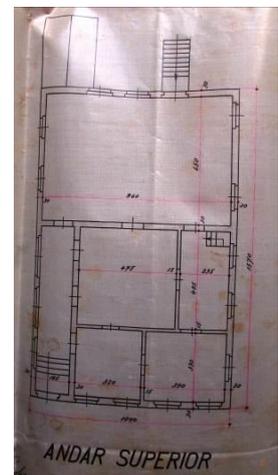
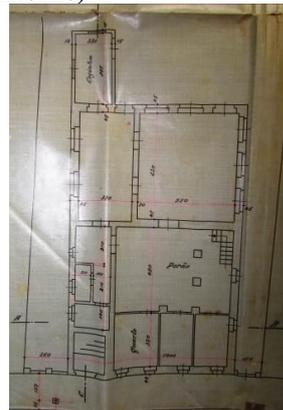
Heterogêneo – Apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos. Na fachada foram mantidos.

### Estado Físico (Estado de degradação dos elementos construtivos)

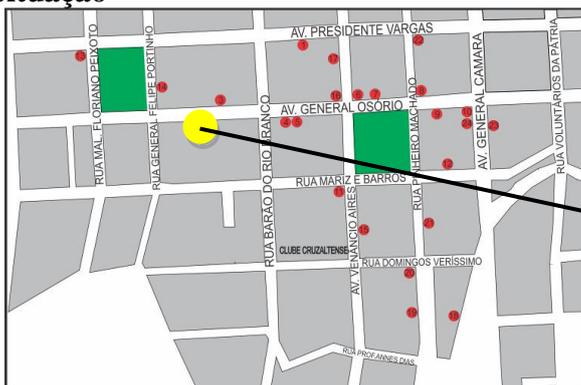
Os elementos construtivos não apresentam degradação considerável

### Entorno Próximo (A edificação em relação ao entorno)

- Edificação de Referencial Urbano
- Parte de um conjunto
- Edificação conformadora do perfil urbano



### Situação

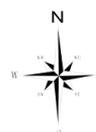


Porão: s/ escala

Térreo: s/ escala

Plantas Baixas Colégio Rio Branco

Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal, 2014.



Colégio Rio Branco

## Quadro 3 – Casa Cemin

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

SISTEMA DE RASTREAMENTO  
CULTURALINSTITUTO DO PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

M

BENS EDIFICADOS

INVENTÁRIO

Município: CRUZ ALTA

Ficha Nº: RS/14: 00003

Localidade: CRUZ ALTA

Denominação do bem: Casa Cemin

Endereço/Localização: Avenida General Osório, 1012, Centro.

Proprietário: Luiz Carlos Vianna Veríssimo

Uso Original e atual: Residencial

Latitude: 28°38'42.2"

Longitude: 53°36'31.0"

Erro Horizontal:

Proteção Existente: Plano Diretor Municipal

Proteção Proposta: Inventário

Bens Móveis:

**Valores estabelecidos ao bem:**

Relevância Histórico-Cultural e Morfológico-Arquitetônica

**Observações:**

De acordo com Certidão do Cartório de Registro de imóveis de Cruz Alta, no Livro 3, fls.50, registro nº28.547 essa edificação possui a data anterior a 1955, entretanto segundo o senhor Saulo Cemin, proprietário da casa e neto do empreendedor que construiu a mesma, o senhor Deoclécio Oliveira, a construção da residência foi realizada na segunda década de século 20. Nessa casa ainda residiu Saint Clair Cemin, neto do senhor Deoclécio Oliveira, e importante escultor brasileiro de renome internacional. (SILVA, 2000)

Segundo o blog Cruzaltino, Saint Clair Cemin é um dos maiores escultores contemporâneo radicado em Nova Iorque – EUA onde possui um estúdio de criação, graduou-se na École Nationale Superiore des Beaux Arts em Paris-França 1975-78, com trabalhos realizados ao redor do mundo. Nascido no ano de 1951 estudou no Colégio Margarida Pardelhas em Cruz Alta, deixando a cidade antes de completar 20 anos.

Desse modo, apesar de não residir na cidade, à origem de sua vida e concepção de mundo se deu em Cruz Alta, assim a casa em que residiu possui ligação profunda com a cultura de uma maneira ampla.

**Foto(s):**

Fachada Casa Cemin



Escultura dos Leões

**Responsável:**  
Arquiteto Pedro Couto Moreira

**Data:**  
Abril de 2014

**Imagens complementares (entorno, edificações)**



Perspectiva Casa Cemin



Lateral direita



Porta-janela



Coroamento da abertura



Escultura em forma de pinha



Pequeno frontão ladeado por vasos



Ornamentação do frontão



Balaustrada da platibanda



Escultura de Saint Clair Cemin  
**HUMANITY** – 2004  
Bellevue Hospital, New York City-EUA  
Fonte: <http://www.saintclaircemin.com>



Escultura de Saint Clair Cemin  
**SUPERCUIA** – 2004  
Porto Alegre - Brasil  
Fonte: <http://www.saintclaircemin.com>

## FICHA COMPLEMENTAR.

### Análise Arquitetônica

A casa foi construída junto ao alinhamento frontal do lote, possuindo recuos laterais por onde se faz o acesso ao prédio. Na lateral esquerda, o acesso é utilizado para a entrada de serviço enquanto a lateral direita é destinada ao acesso principal da edificação e ao acesso de automóveis. Na lateral direita o que caracteriza os acessos, são as suas delimitações, na qual a entrada dos pedestres se dá por um passadiço elevado, protegido por balaustrada e o a entrada de automóveis é ladeada por colunas encimadas pela escultura de leões, provendo singularidade da edificação frente a todo conjunto patrimonial Cruz-altense. (SILVA,2000)

Apesar de o acesso a edificação ser lateral, ela apresenta simetria em sua fachada frontal, com a presença de duas grandes janelas com balcões, colunas simples nas duas laterais e uma platibanda com uma diversidade de arquitetônica. Nessa platibanda além de ornamentos diversos, é notável a presença de vasos, um pequeno frontão acima dela e duas balaustradas. Ainda nos acessos, o da lateral direita há as figuras de leões, enquanto o de serviço da lateral esquerda há encimando os pilares a figura de pinhas.

### Cobertura

Telhamento Cerâmico - Francesa – Prédio Original com duas águas  
Coroamento com Platibanda – Acabamento na própria platibanda.

### Tipo de Estrutura

Portante

### Materiais

Estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Vedação da estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Esquadrias: Madeira

Revestimento da Fachada: Reboco de cal e areia

Pintura da Fachada: Tinta Acrílica

### Esquadrias (Tipo de Verga)

Vergas das Portas: Retas

Vergas das Janelas: Retas

### Estado de Conservação (Modificação dos Elementos originais)

Heterogêneo – Apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos

### Estado Físico (Estado de degradação dos elementos construtivos)

Os elementos construtivos não apresentam degradação considerável

### Entorno Próximo (A edificação em relação ao entorno)

- Edificação de Referencial Urbano
- Parte de um conjunto
- Edificação conformadora do perfil urbano

### Planta Baixa- Térreo

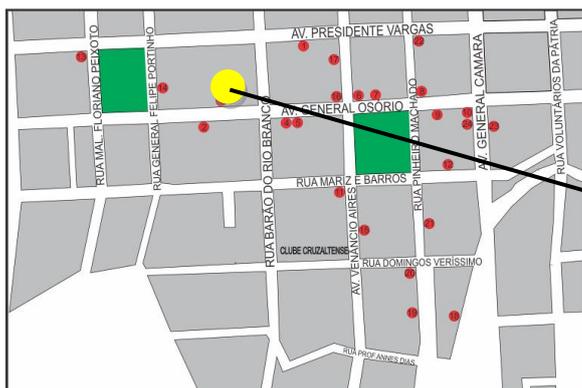
S/ escala.

- 1- Sala de Visitas
- 2- Sala de Jantar
- 3- Dormitório
- 4- Gabinete
- 5- Sala de Estar
- 6- Área de Lazer

Fonte: SILVA,2000.



### Situação



Casa Cemin

Quadro 4 – Casa Abel Spellet  
 Governo do Estado do Rio Grande do Sul  
 Secretaria da Cultura



SISTEMA DE RASTREAMENTO  
 CULTURAL

M

BENS EDIFICADOS

INVENTÁRIO

Município: CRUZ ALTA

Ficha Nº: RS/14: 00004

Localidade: CRUZ ALTA

Denominação do bem: Casa Abel Spellet

Endereço/Localização: Avenida General Osório, 714, Centro.

Proprietário: Sucessão de Zilah Spellet de Deus Vieira.

Uso Original e atual: Residencial

Latitude: 28°38'43.5"

Longitude: 53°36'27.6"

Erro Horizontal:

Proteção Existente: Plano Diretor Municipal

Proteção Proposta: Inventário

Bens Móveis:

Valores estabelecidos ao bem:

Relevância Morfológico-Arquitetônica.

Observações:

Essa edificação tem por data o ano de 1930 quando o senhor Abel Spellet, filho dos franceses João Spellet e Graciana Spellet, encarregou o construtor João Prestes de Oliveira da concepção do projeto e execução de sua residência. O Sr. Abel Spellet foi o proprietário dos primeiros cinemas de Cruz Alta, Cine Ideal, também chamado de Biógrafo e do Cine Rex. (SILVA, 2000)

O partido arquitetônico tomou como estilo o Neocolonial, apresentando características distintas, típicas do período em que se propunha retomar as vertentes nacionalistas na arquitetura.

Foto(s):



Fachada da Casa Abel Spellet

**Responsável:**  
Arquiteto Pedro Couto Moreira

**Data:**  
Abril de 2014

**Imagens complementares (entorno, edificações)**



Entorno imediato



Entrada na lateral esquerda



Frontão de linhas barrocas



Coroamento de janela com verga circular



Jardim frontal e disposição de acessos



Ponto focal central da edificação



Beirais apoiados e aparentes



Lateral direita

## FICHA COMPLEMENTAR.

### Análise Arquitetônica

Semelhante a outras edificações da cidade construídas na mesma época a Casa Abel Spellet foi concebida de acordo com o estilo Neocolonial, buscando a liberdade na prática artística e de uma linguagem que remetesse à origem da arquitetura brasileira fim de buscar a sua raiz nacionalista rememorando o período da colônia portuguesa. Essas características estão presentes na sua morfologia e nos elementos utilizados. Pode-se citar como materialização desse pensamento nacionalista, o seu jogo de volumes, as paredes chanfradas, frontão de linha barroca que sobe do telhado, desregulamentação do desenho das ornamentações, beirados apoiados por mãos-francesas adornadas com simplicidade, telhados aparentes e elementos desenhados de forma muito sutil nas paredes da fachada. Ainda nos beirais é notável que a sua constituição não seja mais de madeira, mas sim de uma espécie de laje, mostrando a evolução das técnicas construtivas e dos materiais utilizados. Este prédio está implantado na parte central do terreno e com um considerável afastamento do alinhamento do passeio, possibilitando a criação de jardins laterais e frontais, além de prover maior privacidade aos moradores, em contraposição às implantações das edificações que eram realizadas em períodos anteriores.

### Cobertura

Telhamento Cerâmico - Francesa – Telhado com várias águas

Coroamento com o telhado aparente e um frontão – Acabamento em Beira.

### Tipo de Estrutura

Portante

### Materiais

Estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Vedação da estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Esquadrias: Madeira

Revestimento da Fachada: Reboco de cale areia

Pintura da Fachada: Tinta Acrílica

### Esquadrias (Tipo de Verga)

Vergas das Portas: Retas

Vergas das Janelas: Mistas de Retas e Curvas.

### Estado de Conservação (Modificação dos Elementos originais)

Homogêneo

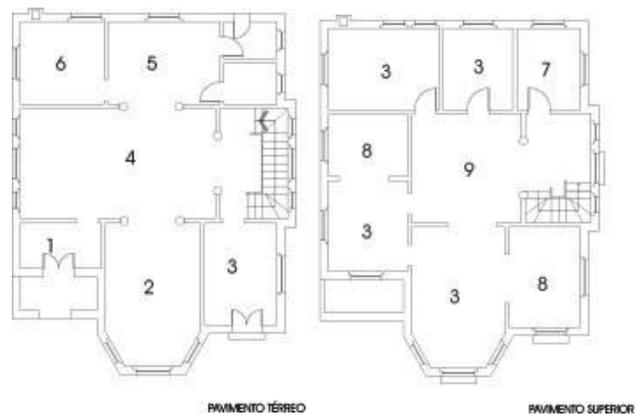
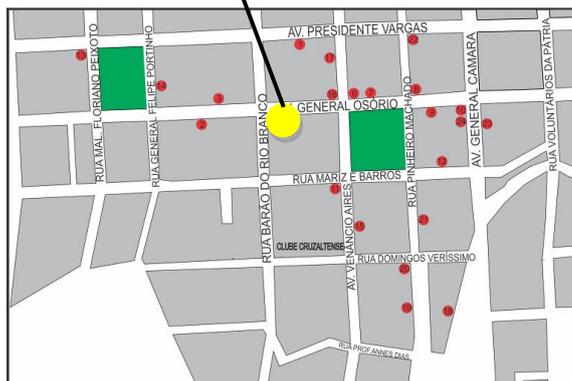
### Estado Físico (Estado de degradação dos elementos construtivos)

Os elementos construtivos não apresentam degradação considerável

### Entorno Próximo (A edificação em relação ao entorno)

- Edificação de Referencial Urbano
- Parte de um conjunto
- Edificação conformadora do perfil urbano

### Situação



### Plantas Baixas

#### Legenda. S/ escala

- 1- Escritório
- 2- Sala de Visitas
- 3- Dormitório
- 4- Sala de Jantar
- 5- Comedor
- 6- Cozinha
- 7- Banho
- 8- Vestiário
- 9- Sala de Estudos

Fonte: SILVA, 2000.

## Quadro 5 – Solar Brandão

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

SISTEMA DE RASTREAMENTO  
CULTURALINSTITUTO DO PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

M

BENS EDIFICADOS

INVENTÁRIO

Município: CRUZ ALTA

Ficha Nº: RS/14: 00005

Localidade: CRUZ ALTA

Denominação do bem: Solar Brandão

Endereço/Localização: Avenida General Osório, 702, Centro.

Proprietário: Rosber Pinheiro de Medeiros Brandão

Uso Original e atual: Residencial

Latitude: 28°38'43.5"

Longitude: 53°36'27.1"

Erro Horizontal:

Proteção Existente: Plano Diretor Municipal

Proteção Proposta: Inventário

Bens Móveis: Mobiliário original contemporâneo aos primeiros moradores.

## Valores estabelecidos ao bem:

Relevância Histórico-Cultural e Morfológico-Arquitetônica.

## Observações:

Através de informação oral dos familiares do empreendedor do Solar Brandão, o Sr. João Raymundo da Silva Neto buscou inspiração para a composição das formas que a edificação deveria ter no livro Alvenaria e Cantaria de João Emílio dos Santos Segurado, livro esse de origem portuguesa. O Sr. João Raymundo nasceu na cidade de São Gabriel, no dia 29 de julho de 1885, filho de Tito Prates da Silva e Alice Menna Barreto. Na primeira década do século 20 se estabeleceu em Cruz Alta, exercendo a profissão de advogado e pecuarista, sendo que em 30 de dezembro de 1911 casou-se com Iracema Lopes da Silva, irmã de Abegay Veríssimo, mãe do autor Érico Veríssimo. O prédio foi construído em meados de 1925, pela Construtora Cruzaltense LTDA, tendo como diretores e engenheiros os senhores João Carlos Medaglia e Hélio Costa Meira (SILVA, 2000).

O Solar Brandão está retratado em uma das obras de Érico Veríssimo, visto que esse foi um dos locais de vivência do autor por se tratar da casa de seus tios. Nesse trecho do livro Solo de Clarineta (VERÍSSIMO, 1973) pode-se verificar: “O doente foi então levado (...), para a residência que o Dr. João Raymundo acabara de construir na cidade e em cuja parte térrea naquele tempo (...) eu costumava passar as noites”.

Ainda neste livro, Érico Veríssimo descreve o seu tio João Raymundo da Silva Neto como “um homem de inteligência invulgar”. O qual, os nomes dos seus pais já foram descritos anteriormente, e que tinha como seu avô o senhor João Manoel Menna Barreto, herói da Guerra do Paraguai. Durante a sua vida chegou a dividir um quarto de pensão com o famoso Presidente Getúlio Vargas em Porto Alegre e se formou em Direito no Rio de Janeiro no ano de 1907 (COMPAHC, 2011).

## Foto(s):



Fachada Solar Brandão



Fachada Solar Brandão

**Responsável:**  
Arquiteto Pedro Couto Moreira

**Data:**  
Abril de 2014

**Imagens complementares (entorno, edificações)**



Detalhe de entrada principal



Entorno da edificação – lado esquerdo



Entorno da edificação – lado direito



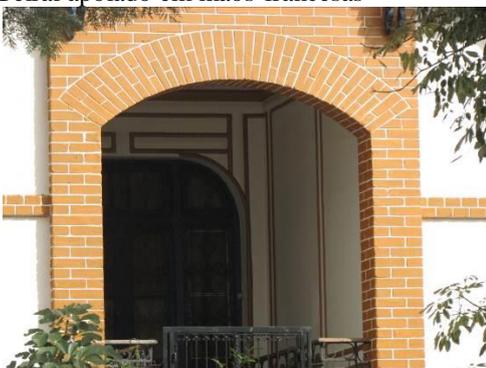
Aberturas frontais



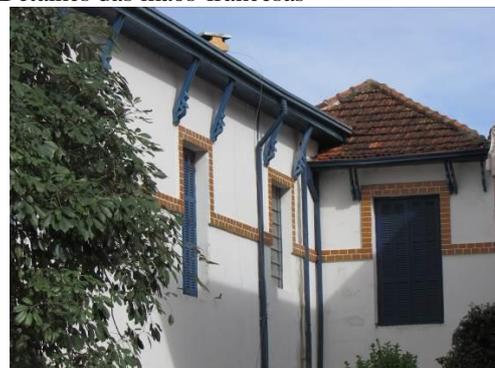
Beiral apoiado em mãos-francesas



Detalhes das mãos-francesas



Entrada frontal



Aberturas na lateral direita

## FICHA COMPLEMENTAR.

### Análise Arquitetônica

A fachada desta casa teve a inspiração francesa e um pátio interno de influência espanhola. O seu estilo é bastante singular para época, caracterizando-se por ser uma Residência Estilo Solar Casarão da Aristocracia Rural e apresenta elementos como: porão elevado do nível da rua, escadaria de entrada centralizada na fachada principal, sendo que a mesma é revestida por mármore Carrara (COMPAC, 2011).

A fachada frontal se utiliza de simetria entre ambos os lados e altura significativa para produzir a sensação de imponência à obra. O coroamento do prédio se faz pelo seu telhado com telhas francesas, com beiral de madeira, sustentado por mãos-francesas de madeira. A ornamentação desta edificação é bastante simples e se faz uso de jardim no seu recuo frontal, em contraposição as outras edificações de períodos anteriores.

A casa é classificada como esquema de chalet, tipologia esta que foi introduzida no Brasil no final do século XIX. O uso de paredes com tijolos à vista, equipamentos de ferro fundido e a utilização da madeira, por vezes no fechamento das paredes e como elementos de arremate dos telhados e frontões foram recursos arquitetônicos desta maneira de se projetar e construir, os quais são visualizados no Solar Brandão (SILVA, 2000).

### Cobertura

Telhamento Cerâmico - Francesa – Telhado com várias águas

Coroamento com o telhado aparente – Acabamento em Beira.

### Tipo de Estrutura

Portante

### Materiais

Estrutura: Alvenaria

Vedação da estrutura: Alvenaria

Esquadrias: Madeira

Revestimento da Fachada: Reboco cal e areia/Tijolo à vista/Pedra

Pintura da Fachada: Tinta Acrílica

### Esquadrias (Tipo de Verga)

Vergas das Portas: Retas

Vergas das Janelas: Retas

### Estado de Conservação (Modificação dos Elementos originais)

Homogêneo

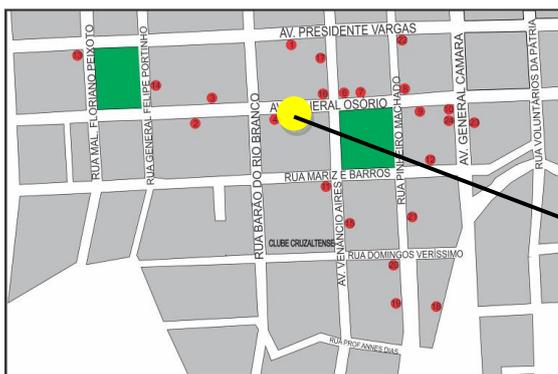
### Estado Físico (Estado de degradação dos elementos construtivos)

Os elementos construtivos não apresentam degradação considerável

### Entorno Próximo (A edificação em relação ao entorno)

- Edificação de Referencial Urbano
- Parte de um conjunto
- Edificação conformadora do perfil urbano

### Situação



### Plantas Baixas

#### Legenda – Térreo

#### S/ Escala

- 1 - Dormitório
- 2 - Sala de Visitas
- 3 - Sala de Estar
- 4 - Sala de Jantar
- 6 - Cozinha (atual)
- 7 - Banheiro
- 8 – Banheiro

#### Legenda – Porão

- 3 - Dormitório
- 5 - Cozinha (antiga)
- 8 – Garagem

Fonte: SILVA, 2000.



Solar Brandão

## Quadro 6 – Prédio dos Correios

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

## SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

**M**

**BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

**Município: CRUZ ALTA**

**Ficha Nº: RS/14: 00006**

**Localidade: CRUZ ALTA**

**Denominação do bem: Prédio dos Correios**

**Endereço/Localização: Avenida General Osório, 577, Centro.**

**Proprietário: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) – Correios: CDA-95**

**Uso Original e atual: Institucional/Comercial**

**Latitude: 28°38'42.0"**

**Longitude: 53°36'22.4"**

**Erro Horizontal:**

**Proteção Existente: Não há**

**Proteção Proposta: Inventário**

**Bens Móveis:**

**Valores estabelecidos ao bem:**

Relevância Morfológico-Arquitetônica.

**Observações:**

Os serviços postais no Brasil iniciaram desde o momento da chegada dos primeiros colonizadores portugueses nos idos de 1500, sendo que a Carta de Caminha marca o início da troca de correspondências, e é considerada como o primeiro documento oficial sobre o país. O ano de 1663 é considerado como o início da atividade postal regular no Brasil. Ao longo dos anos o sistema de funcionamento dos serviços postais foi se modificando e evoluindo, passando por momentos históricos como: a Proclamação da Independência consolidando este serviço, a criação do Departamento de Correios e Telégrafos – DCT no começo dos anos de 1930 até a sua modificação para Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT em 20 de março de 1969 e que vigora até os dias atuais. No Rio Grande do Sul em 1831, entre as 15 diferentes agências que foram criadas no estado, estava a de Cruz Alta (HINNING, 2006).

Através de Lei Municipal nº06 de 14/06/1949 foi decretada a doação de um terreno pela Prefeitura Municipal de Cruz Alta para a construção da Agência de Correio da cidade. O início da construção das obras do prédio para a Agência de Correios e Telégrafos se deu no dia 16/12/1949, contando com a colaboração do Prefeito Aristides Gomes. A entrega do edifício e início das suas atividades se deu no dia 20/04/1951, sendo recebido pelo Senhor José Bastola Botti, Gerente APT/Cruz Alta (Arquivos da Agência, 2014).

**Foto(s):**



Prédio dos Correios de Cruz Alta

**Responsável:**  
Arquiteto Pedro Couto Moreira

**Data:**  
Abril de 2014

**Imagens complementares (entorno, edificações)**



Lateral direita



**Prédio dos Correios Década de 50**

Fonte: <http://www.prati.com.br/FotosAntigas/>



Entrada principal e pilotis



Entorno urbano da edificação



Fachada diagonal esquerda



Prédios da lateral direita



Entorno e fundos da edificação



Marquise beiral e platibanda

## FICHA COMPLEMENTAR.

### Análise Arquitetônica

Ao longo dos anos as agências dos correios seguiram preceitos dos estilos arquitetônicos vigentes no período em que foram construídas, podendo ser consideradas como verdadeiros ícones da cronologia histórica da arquitetura brasileira. O estilo empregado para a agência de Cruz Alta foi o Modernista, evidenciado pelas suas características tipológicas e pela época em que foi construída.

Como já foi citada, esta edificação foi projetada nos preceitos Modernistas, demonstrando que essa corrente foi largamente utilizada pelas obras realizadas pelo Poder Público na metade do século XX. Os traços originais que corroboram para afirmação do estilo citado podem ser vistos: no sistema de pilotis na sua fachada frontal em estrutura de concreto armado deslocado do corpo do prédio, provendo leveza visual ao conjunto, na utilização de platibanda escondendo totalmente o telhado, no coroamento dos pilares da fachada realizado com uma espécie de marquise-beiral, na utilização de aberturas em vidro na fachada lateral esquerda, além de o prédio apresentar uma decoração praticamente sem adornos, provida somente de linhas retas, tanto horizontais como verticais, harmonicamente destacadas através do ritmo e simetria dos elementos.

### Cobertura

Telhado de fibrocimento e laje de concreto armado.

Coroamento com platibanda – Acabamento com frisos na platibanda.

### Tipo de Estrutura

Independente

### Materiais

Estrutura: Concreto Armado

Vedação da estrutura: Alvenaria de tijolos furados de barro

Esquadrias: Metálicas

Revestimento da Fachada: Reboco com cimento

Pintura da Fachada: Tinta Acrílica

### Esquadrias (Tipo de Verga)

Vergas das Portas: Retas

Vergas das Janelas: Retas

### Estado de Conservação (Modificação dos Elementos originais)

Homogêneo

### Estado Físico (Estado de degradação dos elementos construtivos)

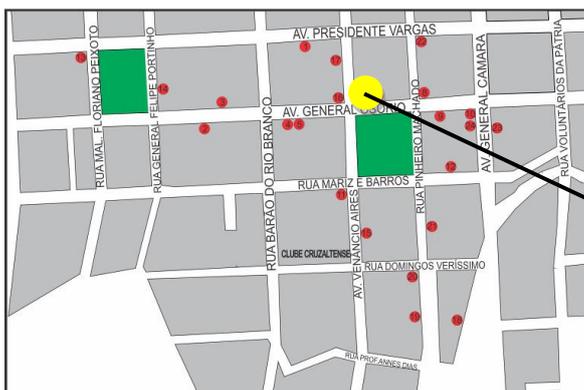
Os elementos construtivos não apresentam degradação considerável

### Entorno Próximo (A edificação em relação ao entorno)

- Edificação de Referencial Urbano
- Parte de um conjunto
- Edificação conformadora do perfil urbano

Não foi possível ter acesso ao Projeto ou as Plantas-Baixas desta Edificação

### Situação



Prédio dos Correios

Quadro 7 – Prefeitura Municipal de Cruz Alta  
 Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

SISTEMA DE RASTREAMENTO  
 CULTURAL



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO  
 HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

M

BENS EDIFICADOS

INVENTÁRIO

Município: CRUZ ALTA

Ficha Nº: RS/14: 00007

Localidade: CRUZ ALTA

Denominação do bem: Prefeitura Municipal de Cruz Alta

Endereço/Localização: Avenida General Osório, 533, Centro.

Proprietário: Município de Cruz Alta

Uso Original e atual: Institucional Poder Público.

Latitude: 28°38'42.2"

Longitude: 53°36'21.0"

Erro Horizontal:

Proteção Existente: Tombada pelo IPHAE

Proteção Proposta: Inventário

Bens Móveis:

Valores estabelecidos ao bem:

Relevância Histórico-Cultural e Morfológico-Arquitetônica

Observações:

A edificação foi concebida para abrigar a Intendência do Município de Cruz Alta, sendo que a sua construção foi realizada durante os anos de 1911-1914 sob a administração do então Intendente Coronel Firmino de Paula Filho, sob a responsabilidade técnica do Eng. Rudolph Ahrons, tendo executores da obra, Germano Zenkner e Pedro Cecegolo. (SILVA, 2000)

O projeto arquitetônico da edificação é atribuído ao Arquiteto Theodor Wiedersphan, visto que apoiado em documentos da prefeitura municipal, Schettert (1993) informa que se encarregaram “da obra [...] Theodor Josef Wiedersphan, arquiteto e colaboradores”.

O prédio foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico do Estado do Rio Grande do Sul através da Portaria 08/84 de 01.08.84, sob o processo nº 03.957-19.00-SEC/84, Incrito no livro de Tombo no nº 24 - Livro Tombo Histórico. (IPHAE, 2013)

A Prefeitura mantém um formalismo arquitetônico e uma representação simbólica dos fatos do passado, que a distingue na paisagem e lhe confere singularidade como obra do Patrimônio Histórico e Cultural de Cruz Alta.

Foto(s):



Fachada Prédio da Prefeitura Municipal



Fachada diagonal direita

**Responsável:**  
Arquiteto Pedro Couto Moreira

**Data:**  
Abril de 2014

**Imagens complementares (entorno, edificações)**



Segundo pavimento- lateral direita



Frontão triangular



Balcão ladeado por ordens duplas



Balcão com porta-janela



Entrada principal ladeada por ordens duplas



Frontão circular encimado por torreão de bronze



Escultura de Gárgula



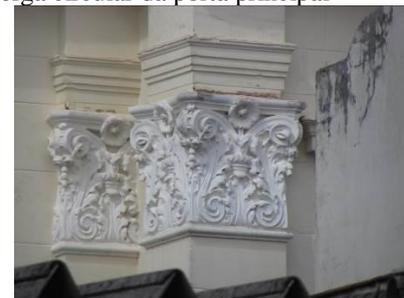
Abertura tipo olho-de-boi



Verga circular da porta principal



Parte do telhado



Detalhe do capitel ornamentado

## FICHA COMPLEMENTAR.

### Análise Arquitetônica

O prédio da Prefeitura Municipal de Cruz Alta foi projetado com maestria, pois segue padrões arquitetônicos característicos do estilo Eclético que lhe denotam através de sua tipologia, aspectos de monumentalidade, imponência e intensidade plástica, mostrando a distinção técnica e artística de seu autor.

A edificação é um volume de planta retangular, que apresenta em suas fachadas a utilização de inúmeros recursos arquitetônicos de ornamentação. Em sua fachada frontal, no térreo, é notabilizada pela entrada principal centralizada, ladeada por colunas de ordem dupla introduzindo o visitante a um hall com escada, que serve de circulação de acesso as outras áreas internas do prédio. Na parte superior de sua fachada, acima da entrada principal há um balcão com porta-janela, coroado por um frontão circular, que apresenta figuras humanas esculpidas em alto relevo próximas à abertura tipo olho-de-boi e encimados por elementos conhecidos como gárgulas. Nas laterais da parte superior há outros dois balcões com portas-janelas, ladeados por colunas de ordem dupla e coroadas por frontões triangulares, ricamente adornados. Ainda na parte central do prédio há no nível do telhado e um pouco recuado, um torreão de lâminas de bronze.

### Cobertura

Telhamento Cerâmico - Francesa – Telhado com várias águas

Coroamento com o telhado aparente, provido de frontões em sua fachada frontal – Acabamento em Beira.

### Tipo de Estrutura

Portante

### Materiais

Estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Vedação da estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Esquadrias: Madeira

Revestimento da Fachada: Reboco de cal e areia

Pintura da Fachada: Tinta Acrílica

### Esquadrias (Tipo de Verga)

Vergas das Portas: Mistas de Retas e Curvas.

Vergas das Janelas: Mistas de Retas e Curvas.

### Estado de Conservação (Modificação dos Elementos originais)

Homogêneo

### Estado Físico (Estado de degradação dos elementos construtivos)

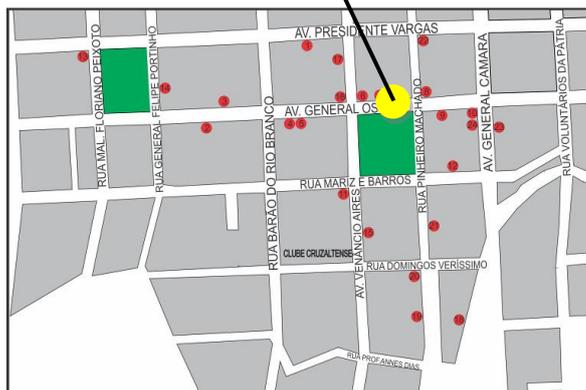
Os elementos construtivos não apresentam degradação considerável

### Entorno Próximo (A edificação em relação ao entorno)

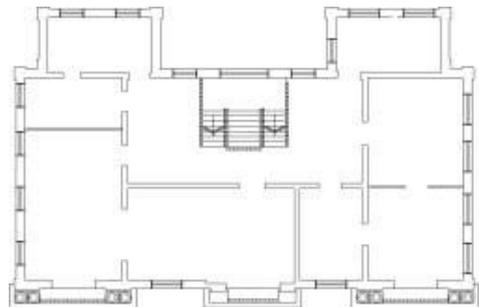
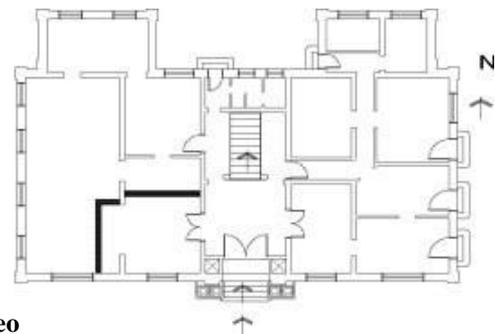
- Edificação de Referencial Urbano
- Parte de um conjunto
- Edificação conformadora do perfil urbano

**Prefeitura Municipal  
de Cruz Alta**

**Situação**



**Planta Baixa Pav. Térreo  
s/ escala**



**Planta Baixa Pav. Superior  
s/ escala**

**Fonte: SILVA, 2000.**

Quadro 8 – Antiga Sede do Banco Nacional do Comércio

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

SISTEMA DE RASTREAMENTO  
CULTURAL



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

M

BENS EDIFICADOS

INVENTÁRIO

Município: **CRUZ ALTA**

Ficha Nº: **RS/14: 00008**

Localidade: **CRUZ ALTA**

Denominação do bem: **Antiga Sede do Banco Nacional do Comércio**

Endereço/Localização: **Avenida General Osório, 453, Centro.**

Proprietário: **Érico José Pereira da Veiga**

Uso Original: **Institucional/ Banco**

Uso atual: **Comercial**

Latitude: **28°38'42.0"**

Longitude: **53°36'18.1"**

Erro Horizontal:

Proteção Existente: **Plano Diretor Municipal**

Proteção Proposta: **Inventário**

Bens Móveis:

**Valores estabelecidos ao bem:**

Relevância Morfológico-Arquitetônica

**Observações:**

Através de certidão do Cartório de Registro de Imóveis de Cruz Alta, livro 3-P, fls. 01, registro nº 6.845 constata-se que no ano de 1919 o Banco Nacional do Comércio comprou de Lima & Brenner “um terreno contendo escombros de uma casa destruída por fogo (...) à Rua do Comércio e à Rua General Osório”. Sendo que no ano de 1920, data essa que está inscrita na sua fachada, construiu “um prédio de alvenaria, de dois pisos, um galpão de alvenaria e uma garagem de alvenaria” no lote que havia sido citado. A edificação foi concebida em dois pavimentos, para que o térreo fosse usado pela agência bancária e o pavimento superior pelo uso residencial, como moradia de funcionários do banco. (SILVA, 2000)

O prédio apresenta-se de maneira imponente na sua implantação, visto que a adoção dos preceitos arquitetônicos foi realizada, considerando a forma de acordo com a função, ou seja, a representação física do poder econômico do estado frente a sua população.

**Foto(s):**



Fachada diagonal Antiga Sede do Banco Nacional do Comércio

**Responsável:**  
Arquiteto Pedro Couto Moreira

**Data:**  
Abril de 2014

**Imagens complementares (entorno, edificações)**



Entorno Av. Gal. Osório



Entorno Rua Pinheiro Machado



Fachada fundos e telhado



Fachada lateral direita



Platibanda com balaustradas e frontão



Balcão acima da entrada principal



Inscrição da data de construção



Entrada principal ladeada por colunas



Coroamento do alinhamento vertical da entrada

**FICHA COMPLEMENTAR.****Análise Arquitetônica**

A edificação que foi concebida para abrigar o Banco Nacional do Comércio possui uma estrutura robusta e imponente frente a seu entorno, caracterizando a sua função de representar o poder econômico do estado, visto que está implantada em região central da cidade, na esquina da praça Gal. Firmino de Paula, junto às sedes dos poderes político e social de Cruz Alta. Por estar em uma esquina a sua entrada principal foi delimitada em um plano inclinado a 45° bem no encontro das ruas, e está ladeada por duas ordens de colunas colossais que se erguem desde a base até o começo do nível do entablamento. Logo acima desta entrada há um balcão em balanço, encimando a entrada principal da parte térrea do prédio.

Em ambos os lados das fachadas, nos seus dois pavimentos, há uma riqueza de ornamentação, seguindo princípios arquitetônicos que lhe conferem harmonia do conjunto, ritmo dos elementos e movimentação do volume através do jogo de planos. Os elementos arquitetônicos utilizados, tais como as pilastras de cantaria e as próprias aberturas, proveem ao conjunto o ritmo horizontal e a imponência vertical, delimitando o nível térreo, superior, o entablamento e platibanda.

**Cobertura**

Telhamento de barro: Francesa – Várias águas

Coroamento com Frontão e Platibanda – Acabamento em Beira e Platibanda.

**Tipo de Estrutura**

Portante

**Materiais**

Estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Vedação da estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Esquadrias: Madeira

Revestimento da Fachada: Reboco de cal e areia

Pintura da Fachada: Tinta Acrílica

**Esquadrias (Tipo de Verga)**

Vergas das Portas: Misto de Retas e Curvas

Vergas das Janelas: Misto de Retas e Curvas

**Estado de Conservação (Modificação dos Elementos originais)**

Heterogêneo – Apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos.

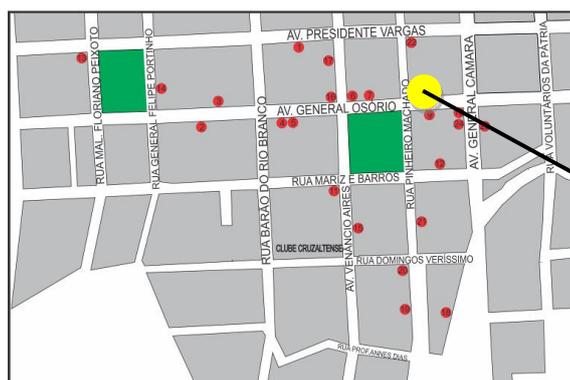
**Estado Físico (Estado de degradação dos elementos construtivos)**

Os elementos construtivos não apresentam degradação considerável

**Entorno Próximo (A edificação em relação ao entorno)**

- Edificação de Referencial Urbano
- Parte de um conjunto
- Edificação conformadora do perfil urbano

Não foi possível ter acesso ao Projeto ou as Plantas-Baixas desta Edificação

**Situação**

**Antiga Sede do Banco Nacional do Comércio**

Quadro 9 – Casa Lupinacci  
 Governo do Estado do Rio Grande do Sul  
 Secretaria da Cultura

SISTEMA DE RASTREAMENTO  
 CULTURAL



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO  
 HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

M

BENS EDIFICADOS

INVENTÁRIO

Município: CRUZ ALTA

Ficha Nº: RS/14: 00009

Localidade: CRUZ ALTA

Denominação do bem: Casa Lupinacci

Endereço/Localização: Avenida General Osório, 420, Centro.

Proprietário: João Luís Severo da Cunha Lopes

Uso Original: Residencial      Uso atual: Institucional e Comercial

Latitude: 28°38'43.0"

Longitude: 53°36'16.8"

Erro Horizontal:

Proteção Existente: Plano Diretor Municipal

Proteção Proposta: Inventário

Bens Móveis:

Valores estabelecidos ao bem:

Relevância Morfológico-Arquitetônica

Observações:

Nos projetos encontrados nos arquivos da Prefeitura Municipal de Cruz Alta, contam as datas de reformas realizadas nesta edificação, não apresentando a data de sua construção, porém devido a sua tipologia semelhante a outras encontradas na cidade e a sua localização central, pressupõe-se que foi erigida entre a primeira e segunda década do século XX. Ambos os projetos foram requeridos pelo Sr. João Lupinacci, sendo que o primeiro se refere a uma construção de uma instalação sanitária (banheiro) em anexo ao prédio, no ano de 1948 pelo construtor José Carlan. O segundo foi à demonstração de uma adaptação do porão para abrigar uma garagem na década de 1950.

A partir desses dois projetos é possível notar que foram sendo realizadas modificações necessárias para adaptar a casa aos confortos de uma vida em evolução, pois o primeiro foi à introdução de um banheiro junto a residência e o segundo é o papel que o carro tomou na vida da sociedade.

Atualmente a edificação abriga no seu porão, um moto-táxi, e no seu térreo a sede da Junta de Serviço Militar, estando situada em localização nobre da cidade, entre o Museu Érico Veríssimo e a Prefeitura Municipal.

Foto(s):



Fachada frontal da Casa Lupinacci

**Responsável:**  
Arquiteto Pedro Couto Moreira

**Data:**  
Abril de 2014

**Imagens complementares (entorno, edificações)**



Entorno urbano



Fachada frontal



Entorno urbano



Máscara encimando abertura



Frontão como ponto focal



Coroamento de abertura



Balcões metálicos



Acesso pela lateral esquerda

## FICHA COMPLEMENTAR.

### Análise Arquitetônica

Esta edificação tem características tipológicas das casas do começo do século XX, pertencentes à corrente do estilo Eclético, muito popular e difundida nos prédios desta época. A utilização do porão alto, habitável inclusive, remete a uma tendência entre as casas urbanas brasileiras da primeira metade do século XIX, como forma de prover maior privacidade ao interior da edificação, pois a casa está implantada no alinhamento do passeio, além de favorecer a manutenção e auxiliar na ventilação sob a estrutura de madeira. O acesso principal ao prédio se dá através de uma escadaria na lateral esquerda da fachada, sendo que a porta de entrada está nesta lateral do corpo da edificação, fora sua parte frontal o que não era muito comum para a época. Entretanto esse recurso trouxe uma singularidade para a fachada da construção, a qual se valeu da simetria para dispor os elementos arquitetônicos de forma harmônica. São quatro portas-janelas com balcões metálicos e com os seus coroamentos ornamentados. Nas portas-janelas da parte central o seu coroamento é constituído de uma forma circular, com uma máscara de forma de rosto humano no centro. Nas portas-janelas das laterais são coroadas por figuras esculpidas na argamassa, representando linhas orgânicas e no centro um vaso com flores. Na base, a parede externa do porão é revestida por pedras. Há a presença de uma espécie de frontão no centro do prédio servindo de ponto focal, anexado a platibanda, produzindo unicidade ao conjunto de elementos superiores da edificação.

### Cobertura

Telhamento de barro: Capa/Canal – Várias águas

Coroamento com Frontão e Platibanda – Acabamento em Beiral simples.

### Tipo de Estrutura

Portante

### Materiais

Estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido/pedra

Vedação da estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Esquadrias: Madeira

Revestimento da Fachada: Reboco de cal e areia

Pintura da Fachada: Tinta Acrílica

### Esquadrias (Tipo de Verga)

Vergas das Portas: Retas

Vergas das Janelas: Misto de Retas e Curvas

### Estado de Conservação (Modificação dos Elementos originais)

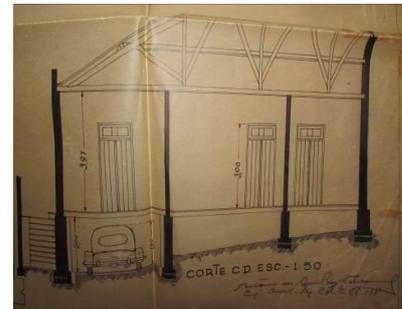
Heterogêneo – Apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos.

### Estado Físico (Estado de degradação dos elementos construtivos)

Os elementos construtivos não apresentam degradação considerável

### Entorno Próximo (A edificação em relação ao entorno)

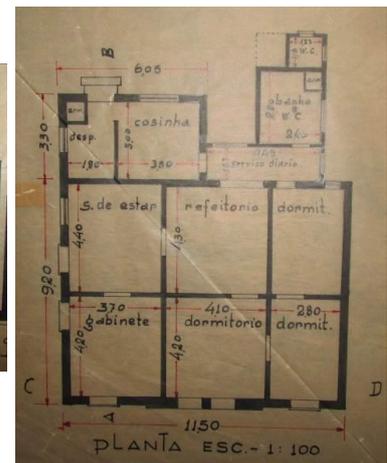
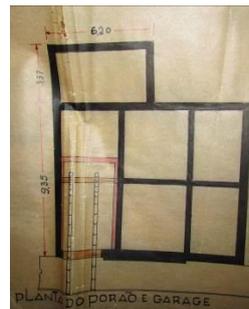
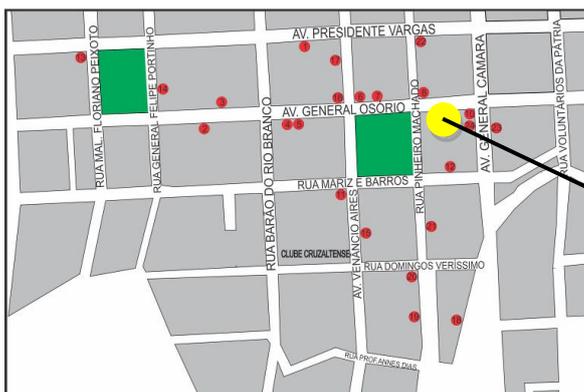
- Edificação de Referencial Urbano
- Parte de um conjunto
- Edificação conformadora do perfil urbano



Corte CD – s/escala

### Situação

### Porão – S/escala



Térreo – S/ escala

Fonte: Arquivos da Prefeitura Municipal

Casa Lupinacci



## Quadro 10 – Casa e Museu Érico Veríssimo

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

## SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

**M**

**BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

**Município: CRUZ ALTA**

**Ficha Nº: RS/14: 00010**

**Localidade: CRUZ ALTA**

**Denominação do bem: Casa e Museu Érico Veríssimo**

**Endereço/Localização: Avenida General Osório, 830, Centro.**

**Proprietário: Município de Cruz Alta**

**Uso Original: Residencial**

**Uso atual: Museu Érico Veríssimo**

**Latitude: 28°38'42.9"**

**Longitude: 53°36'14.9"**

**Erro Horizontal:**

**Proteção Existente: Tombado pelo IPHAE**

**Proteção Proposta: Inventário**

**Bens Móveis: O Museu reúne um acervo de objetos que pertenceram ao escritor, como sua primeira máquina de escrever, óculos, livros, chapéus e originais de suas obras, além de alguns móveis que eram da sua família.**

### Valores estabelecidos ao bem:

Relevância Histórico-Cultural

### Observações:

A casa onde residiu o célebre autor literário cruz-altense Érico Veríssimo, foi construída por seu avô Francklin Veríssimo em 1883. No registro de imóveis a data mais antiga da residência consta o ano de 1893, entretanto através de informação do Sr. Edemar Vieira dos Santos, o qual foi diretor do Museu, corrobora a data de construção, afirmando que a outra data foi realizada um reforma na edificação, sendo que os seus executores foram o construtor Valentin de Vit e seu filho Dante de Vit. No ano de 1968 foi adquirida pela Prefeitura Municipal, e em 1984 foi tombada pelo IPHAE, sendo que dois anos mais tarde foi transformada em museu. Durante os anos sofreu diferentes modificações em suas partes internas (SILVA, 2000).

O prédio foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico do Estado do Rio Grande do Sul através da Portaria 07/84 de 01.08, sob o processo nº 03.956-19.00/84, Inscrito no livro de Tombo no nº 23 - Livro Tombo Histórico. (IPHAE, 2013)

O primeiro representante da família Veríssimo, oriundo de Portugal, chegou ao Brasil em torno do ano de 1810, estabelecendo-se em Minas Gerais, onde constituiu família e mais tarde se mudou para Cruz Alta. Deste matrimônio nasceu Francklin Veríssimo em 1858. Francklin tornou-se médico e se casou com Adriana Pilar de Melo Albuquerque, tendo cinco filhos, dentre os quais Sebastião Veríssimo. Sebastião casou-se com Abegay Lopes e dessa união, nasceram o renomado autor Érico e seu irmão Ênio Veríssimo. (SILVA, 2000)

### Foto(s):



Fachada diagonal Casa e Museu Érico Veríssimo

**Responsável:**  
Arquiteto Pedro Couto Moreira

**Data:**  
Abril de 2014

**Imagens complementares (entorno, edificações)**



Fachada Av. Gal. Osório



Fachada Av. Gal. Câmara



Fachada frontal



Entorno urbano lado direito



Entorno urbano lado esquerdo



Medalhão oval esculpido



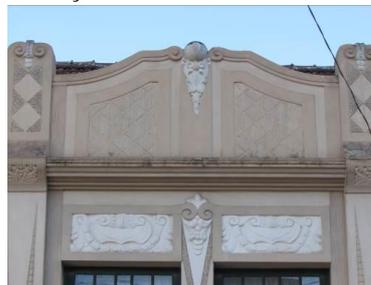
Edificação lindeira



Frontão encimando aberturas



Portas-janelas duplas



Frontão encimando aberturas



Balcão tipo púlpito



Entrada principal pela lateral



Arco na entrada principal



Sala de entrada

**FICHA COMPLEMENTAR.****Análise Arquitetônica**

Durante o período que esta edificação foi transferida de dono, até ser tombada, sofreu diferentes modificações internas, como estão dispostas em sequência nas plantas baixas.

O museu está implantado no alinhamento da via pública, sobre uma estrutura de pedra parcialmente aparente, provendo um aspecto maciço ao volume, semelhante à arquitetura militar do Rio Grande do Sul. Os elementos das duas fachadas são de tendência Eclética, com uma variedade de ornamentos, dos quais se podem citar as portas-janelas com balcões com desenhos esculpidos, o coroamento dessas portas-janelas com desenhos orgânicos esculpidos, a platibanda ricamente adornada, além da entrada principal realizada pela lateral direita da fachada da Rua General Osório através de um arco construído *a posteriori*. Nas paredes externas foram utilizados alvenaria de tijolos para o fechamento e estruturação, e nas paredes o sistema é a realizado por paredes de estuque, alternando o uso de peças de madeira e argamassa. (SILVA, 2000)

**Cobertura**

Telhamento de barro: Francesa – Várias águas

Coroamento com Platibanda – Acabamento em Beira e Platibanda.

**Tipo de Estrutura**

Portante

**Materiais**

Estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido/pedra

Vedação da estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Esquadrias: Madeira

Revestimento da Fachada: Reboco de cal e areia

Pintura da Fachada: Tinta Acrílica especial para restauro

**Esquadrias (Tipo de Verga)**

Vergas das Portas: Retas

Vergas das Janelas: Retas

**Estado de Conservação (Modificação dos Elementos originais)**

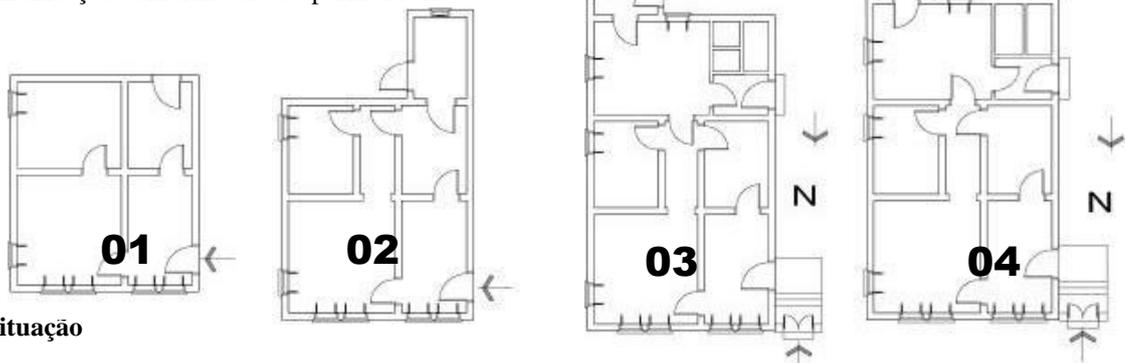
Homogêneo.

**Estado Físico (Estado de degradação dos elementos construtivos)**

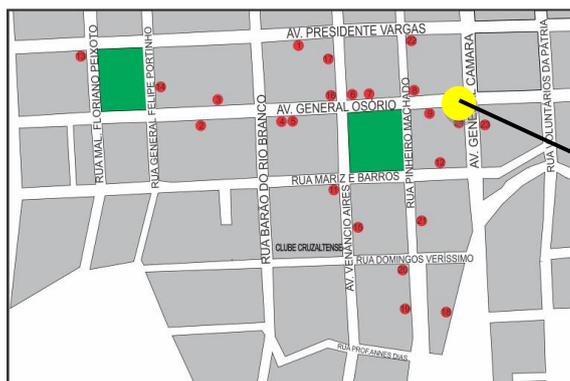
Os elementos construtivos não apresentam degradação considerável

**Entorno Próximo (A edificação em relação ao entorno)**

- Edificação de Referencial Urbano
- Parte de um conjunto
- Edificação conformadora do perfil urbano



Situação



Plantas Baixas Evolução

S/escala

Fonte: SILVA, 2000.

Casa e Museu  
Érico Veríssimo

Quadro 11 – Casa Firmino de Paula Filho

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

SISTEMA DE RASTREAMENTO  
CULTURAL



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

M

BENS EDIFICADOS

INVENTÁRIO

Município: **CRUZ ALTA**

Ficha Nº: **RS/14: 00011**

Localidade: **CRUZ ALTA**

Denominação do bem: **Casa Firmino de Paula Filho**

Endereço/Localização: **Rua Mariz e Barros, 396, Centro.**

Proprietário: **Aristides Pereira da Veiga**

Uso Original e atual: **Residencial**

Latitude: **28°38'47.4"**

Longitude: **53°36'23.6"**

Erro Horizontal:

Proteção Existente: **Plano Diretor Municipal**

Proteção Proposta: **Inventário**

Bens Móveis:

**Valores estabelecidos ao bem:**

Relevância Histórico-Cultural e Morfológico-Arquitetônica

**Observações:**

De acordo com o Cartório de Registro de Imóveis da cidade, o registro mais antigo dessa edificação remete ao ano de 1928, apontando como proprietário Eleuthério Brum. Entretanto, através de fontes orais, esta casa foi construída pelo Cel. Firmino de Paula Filho, sendo contemporânea da Prefeitura Municipal, remetendo ao início do século XX. Dois fatos confirmam as informações de quem construiu a mesma, dos quais pode citar a presença das siglas “FP” nos vidros das portas da sacada da esquina e localização junto a Praça Gal. Firmino de Paula. A localização remete a organização urbana das cidades de origem portuguesas, das quais a praça tinha como função, abrigar ao seu redor edificações dos poderes religiosos (igreja), político (intendência) e social, no qual se incluí o nome do Coronel entre os grandes proprietários de terras e líderes, visto que o mesmo era uma figura importante da sociedade da época e que sua casa deveria estar localizada nesse conjunto urbano.

O Cel. Firmino de Paula Filho assim como seu pai, o Gal. Firmino de Paula, foi importante chefe político do Partido Republicano Rio-Grandense – PRR. Foi braço forte do governador Borges de Medeiros na Região do Planalto, durante o período da Primeira República. (SILVA, 2000)

**Foto(s):**



Fachada Casa Firmino de Paula Filho



Fachada diagonal

**Responsável:**  
Arquiteto Pedro Couto Moreira

**Data:**  
Abril de 2014

**Imagens complementares (entorno, edificações)**



Fachada



Balcão metálico esquina



Entrada principal



Platibanda e entablamento



Ornamentação Platibanda



Coroamento do arco de entrada



Disposição das aberturas



Coluna no balcão de esquina



Vista lateral



Fachada de fundos e telhado



Vista da Av. Venâncio Aires

## FICHA COMPLEMENTAR.

### Análise Arquitetônica

A Casa de Firmino de Paula Filho apresenta em suas formas as características das tendências do estilo Eclético. Além do período que foi concebida, a utilização de materiais industrializados como o ferro fundido e vidro, e o aperfeiçoamento das técnicas construtivas corroboram para essa afirmação estilística. (SILVA, 2000)

Diferentemente dos prédios de esquina da época, esta casa valeu-se de uma maior elaboração de projeto, dispondo de uma sacada com coluna, marcando e adequando a abertura de esquina, com recuo e resguardo da privacidade da sua área interna (Esta solução arquitetônica mostra-se era inovadora para a época). A presença de diferentes recursos arquitetônicos arranjados de maneira simétrica e harmônica, além da edificação estar em nível mais elevado que o passeio, conferem-lhe imponência e singularidade a obra.

A planta baixa apresenta a entrada principal através de uma escadaria frontal numa espécie de alpendre, dado acesso para um eixo que compreende as salas de estar e jantar, praticamente integradas. A circulação interna se faz por esses dois compartimentos, diferentemente de outras edificações do mesmo período, além de apresentar um banheiro interno, o que não era comum nesta época.

### Cobertura

Telhamento de barro: Francesa – Várias águas

Coroamento com Platibanda

### Tipo de Estrutura

Portante

### Materiais

Estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido/pedra

Vedação da estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Esquadrias: Madeira

Revestimento da Fachada: Reboco de cal e areia

Pintura da Fachada: Tinta Acrílica

### Esquadrias (Tipo de Verga)

Vergas das Portas: Retas

Vergas das Janelas: Retas

### Estado de Conservação (Modificação dos Elementos originais)

Heterogêneo – Apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos.

### Estado Físico (Estado de degradação dos elementos construtivos)

Os elementos construtivos não apresentam degradação considerável

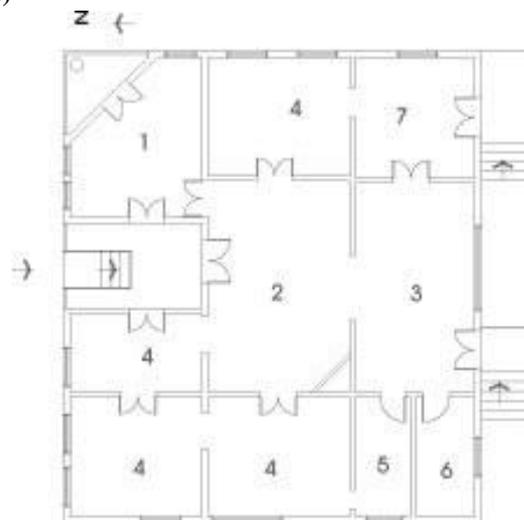
### Entorno Próximo (A edificação em relação ao entorno)

- Edificação de Referencial Urbano
- Parte de um conjunto
- Edificação conformadora do perfil urbano

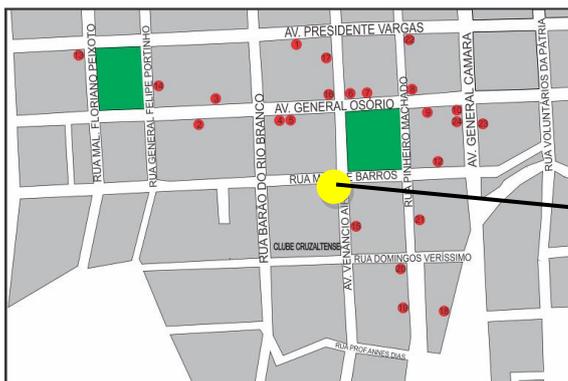
### Planta Baixa Térreo

- S/ Escala
- 1- Sala de Visitas
- 2- Sala de Estar
- 3- Sala de Jantar
- 4- Dormitório
- 5- Banho
- 6- Depósito
- 7 – Cozinha

Fonte: SILVA, 2000.



### Situação



**Casa Firmino de Paula Filho**

Quadro 12 – Casa Maria Zenkner  
 Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

SISTEMA DE RASTREAMENTO  
 CULTURAL



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO  
 HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

M

BENS EDIFICADOS

INVENTÁRIO

Município: CRUZ ALTA

Ficha Nº: RS/14: 00012

Localidade: CRUZ ALTA

Denominação do bem: Casa Maria Zenkner

Endereço/Localização: Rua Mariz e Barros, 193, Centro.

Proprietário: Zilka Lia Zenkner Wallenhaupt

Uso Original e atual: Residencial

Latitude: 28°38'46.3"

Longitude: 53°36'16.3"

Erro Horizontal:

Proteção Existente: Plano Diretor Municipal

Proteção Proposta: Inventário

Bens Móveis:

Valores estabelecidos ao bem:

Relevância Morfológico-Arquitetônica;

Observações:

A Casa Maria Zenkner, de acordo com levantamento do Plano Diretor Municipal, foi construída no ano de 1940, por irmãos Zenkner, apresentando linhas retas e distanciamento dos elementos decorativos, características do estilo Modernista. Até os dias atuais permanecem na parte interna da edificação os pisos que foram fabricados pela Madeireira Zenkner. (COMPAC, 2011)

Corroborando as informações do Plano Diretor Municipal, a proprietária da edificação a senhora Zilka Lia Zenkner Wallenhaupt, em entrevista, destacou que a casa ficou pronta no ano de 1944, tendo como idealizadores o seu pai Arnaldo Rodolfo Zenkner e sua mãe Maria Catarina Zenkner. Ela ainda salientou que no ano de 1967 foi realizada uma reforma modificando a casa, e a transformando em uma espécie de dois apartamentos, para a moradia de toda a sua família, visto que os filhos estavam casando e vinham morar junto aos pais, pois havia um grande espaço, tanto da edificação como no lote.

Foto(s):



Fachada Casa Maria Zenkner

**Responsável:**  
Arquiteto Pedro Couto Moreira

**Data:**  
Abril de 2014

**Imagens complementares (entorno, edificações)**



Vista do entorno urbano



Diagonal direita



Detalhe fachada



Escada atual de acesso ao terraço



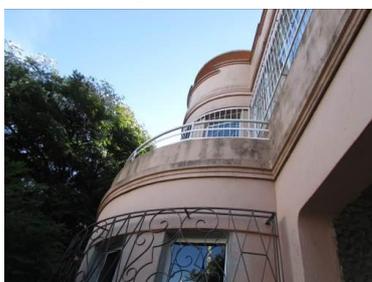
Vista da marquise circular



Telhado/ antigo terraço



Área circular da fachada



Detalhes da fachada



Marquise circular e platibanda



Vista da fachada dentro do terreno



Vista da fachada a partir do passeio

## FICHA COMPLEMENTAR.

### Análise Arquitetônica

No seu projeto original o terraço existente na parte superior desta residência era acessado através do segundo pavimento, o guarda-corpo deste local é a própria platibanda, e o elemento de controle da luz solar, denominado como *Brise Soleil* destaca-se na fachada. Tais elementos, assim como o aspecto geral, singularizam esta casa como obra pertencente à corrente estilística Moderna. A edificação é constituída de dois pavimentos, que se conectavam entre si, através de uma escada interna, entretanto atualmente não há mais esse vínculo interno, visto que a mesma foi desativada, ficando a ligação somente através de escadaria externa (COMPAHC, 2011).

Em entrevista com a proprietária foi informado que o terraço foi desativado devido as constantes infiltrações de água pela sua laje, e colocado um telhado de fibrocimento acima deste. Ela destacou que uma escada que há na parte direita da fachada frontal não pertence ao projeto original e o acesso ao terraço citado também foi modificado para uma escada metálica de serviço, como é mostrada em uma das fotografias.

### Cobertura

Telhamento de fibrocimento: duas águas – sobre o terraço.

Coroamento com Platibanda.

### Tipo de Estrutura

Portante

### Materiais

Estrutura: Alvenaria e elementos (lajes e vigas) de concreto armado

Vedação da estrutura: Alvenaria de tijolos cerâmicos furados

Esquadrias: Misto entre Madeira e Metálicas

Revestimento da Fachada: Reboco com argamassa de cimento

Pintura da Fachada: Tinta Acrílica

### Esquadrias (Tipo de Verga)

Vergas das Portas: Retas

Vergas das Janelas: Retas

### Estado de Conservação (Modificação dos Elementos originais)

Heterogêneo – Apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos.

### Estado Físico (Estado de degradação dos elementos construtivos)

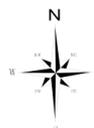
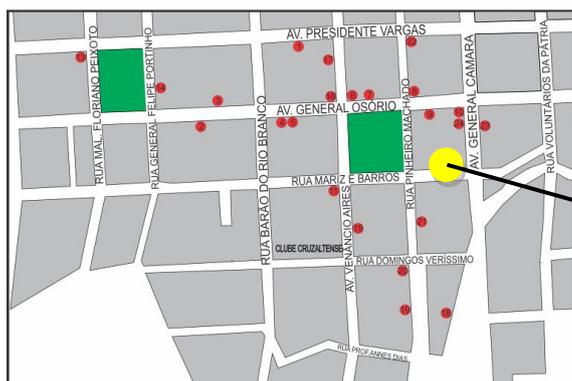
Os elementos construtivos não apresentam degradação considerável

### Entorno Próximo (A edificação em relação ao entorno)

- Edificação de Referencial Urbano
- Parte de um conjunto
- Edificação conformadora do perfil urbano

Não foi possível ter acesso ao Projeto ou as Plantas-Baixas desta Edificação

### Situação



Casa Maria Zenkner

Quadro 13 – Casa Ferreira  
Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

SISTEMA DE RASTREAMENTO  
CULTURAL



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

M

BENS EDIFICADOS

INVENTÁRIO

Município: CRUZ ALTA

Ficha Nº: RS/14: 00013

Localidade: CRUZ ALTA

Denominação do bem: Casa Ferreira

Endereço/Localização: Rua Marechal Floriano Peixoto, 1255, Centro.

Proprietário: Não localizado

Uso Original: Residencial

Uso atual: Comercial

Latitude: 28°38'39.2"

Longitude: 53°36'40.8"

Erro Horizontal:

Proteção Existente: Plano Diretor Municipal

Proteção Proposta: Inventário

Bens Móveis:

Valores estabelecidos ao bem:

Relevância Morfológico-Arquitetônica

Observações:

A data mais antiga encontrada referente à Casa Ferreira é do ano de 1912, relativa a um recibo de pagamento do imposto predial, encontrado em certidão do Cartório de Registro de Imóveis de Cruz Alta Lv. 2, fls.1, matrícula 12.823, considera-se assim que esta edificação foi construída em anos anteriores a período. O empreendedor dessa casa foi o Sr. José Ferreira, sendo que o seu programa original era Residencial, entretanto ao longo do tempo vêm sendo utilizada para diversos usos, como: escola estadual, bar, restaurante, loja de vestuário, entre outras. Mesmo com essa modificação de funções do prédio, as suas características formais e a sua configuração espacial foram pouco alteradas (SILVA, 2000).

No momento em que foram tiradas as fotografias, a edificação estava passando por um processo de reforma, tanto interna quanto externa.

Foto(s):



Fachada diagonal da Casa Ferreira



Lateral direita

**Responsável:**  
Arquiteto Pedro Couto Moreira

**Data:**  
Abril de 2014

**Imagens complementares (entorno, edificações)**



Entorno imediato



Vista do entorno



Vista do entorno



Ornamentação da platibanda



Coroamento da abertura



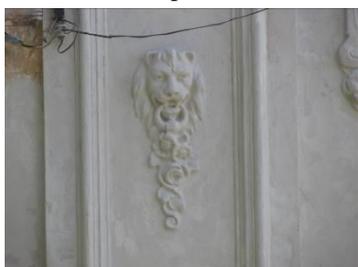
Balastrada da platibanda



Portas-janelas com balcões



Fachada lateral esquerda



Máscara grotesca



Ornamentação pontual da platibanda



Vaso decorativo



Acesso principal



Coroamento da abertura/máscara com forma humana

## FICHA COMPLEMENTAR.

### Análise Arquitetônica

Esta bela edificação está implantada numa região central da cidade de Cruz Alta, próxima a Praça do Ginásio Municipal, na esquina de uma importante avenida. Possui porão alto e planta retangular, destacando-se pela forma como foi implantada no terreno, diferentemente de outros da mesma época, o prédio distancia-se de um dos limites do terreno, criando assim um espaço para um jardim e o acesso principal realizado através dessa lateral (SILVA, 2000).

Como foi citado o acesso principal a edificação, se faz lateralmente, passando através de um portão de ferro fundido, adornado com formas orgânicas, dois pilares encimados com vaso decorativo (atualmente só há a presença em um deles) e uma escadaria protegida por parapeito para realizar o acesso ao prédio que está em nível mais elevado do que o passeio. Ambas as fachadas são ricamente ornamentadas com diferentes elementos arquitetônicos que remetem ao estilo Eclético. Na fachada lateral há uma riqueza de adornos que vai desde as grandes portas-janelas com balcões tipo púlpito, balaustrados em alvenaria e coroadas por ornamentos que possuem em seu centro uma máscara com rosto humano, até a simetria dessas portas-janelas, dos panos cegos e dos elementos que os cercam. Na fachada frontal, além dessas portas janelas com bandeiras superiores, e com o mesmo coroamento das laterais, os seus balcões são também do tipo púlpito, porém fabricados em ferro batido. Nessa fachada há a presença de quatro portas-janelas, dispostas de duas a duas em suas extremidades, sendo que entre elas existem elementos peculiares como um quadro num pano cego, encimado por metade de uma máscara de rosto humano e no centro uma máscara grotesca, representando a figura de um leão. Ainda destaca-se a platibanda que coroa a edificação com a utilização de uma balaustrada e o telhado de barro, com uma inclinação que possibilita a sua visualização.

### Cobertura

Telhamento Cerâmico: Francesa – Quatro águas

Coroamento com Platibanda – Acabamento na própria Platibanda.

### Tipo de Estrutura

Portante

### Materiais

Estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Vedação da estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Esquadrias: Madeira

Revestimento da Fachada: Reboco de cal e areia

Pintura da Fachada: Tinta Acrílica

### Esquadrias (Tipo de Verga)

Vergas das Portas: Retas

Vergas das Janelas: Retas

### Estado de Conservação (Modificação dos Elementos originais)

Heterogêneo – Apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos.

### Estado Físico (Estado de degradação dos elementos construtivos)

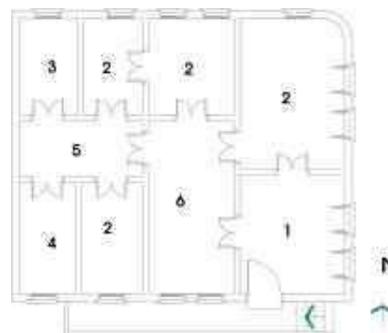
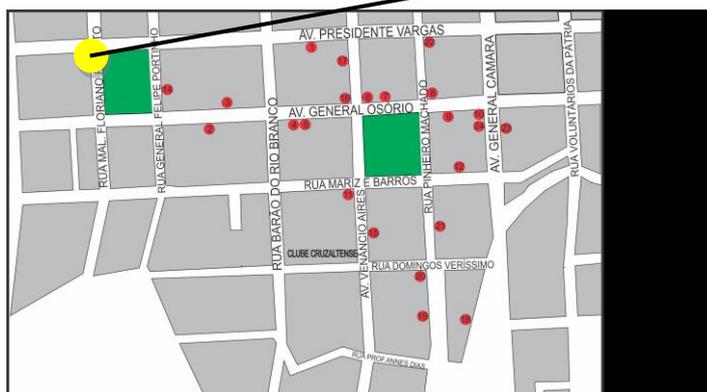
Os elementos construtivos não apresentam degradação considerável

### Entorno Próximo (A edificação em relação ao entorno)

- Edificação de Referencial Urbano
- Parte de um conjunto
- Edificação conformadora do perfil urbano

### Situação

### Casa Ferreira



### Planta-Baixa – Térreo

S/escala.

1- Sala de Visitas

2- Dormitório

3- Banho

4- Cozinha

5- Circulação

6- Sala de Viver

Fonte: SILVA, 2000.

## Quadro 14 – Casa Veríssimo de Azambuja

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

## SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

**M**

**BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

**Município: CRUZ ALTA**

**Ficha Nº: RS/14: 00014**

**Localidade: CRUZ ALTA**

Denominação do bem: **Casa Veríssimo de Azambuja**

Endereço/Localização: **Rua General Portinho, 1274, Centro.**

Proprietário: **Luisete da Silva Mathias e Outros**

Uso Original: **Residencial**

Uso atual: **Comercial**

Latitude: **28°38'42.0"**

Longitude: **53°36'35.5"**

Erro Horizontal:

Proteção Existente: **Plano Diretor Municipal**

Proteção Proposta: **Inventário**

Bens Móveis:

### Valores estabelecidos ao bem:

Relevância Morfológico-Arquitetônica

### Observações:

Através de escritura pública Lv. nº 2 de Registro Geral, fls. 1, matrícula 11.347, constatou-se que a edificação foi construída em período anterior ao ano de 1934, tendo como empreendedor o Sr. Abel Veríssimo de Azambuja (SILVA, 2000).

A organização espacial da planta da Casa Veríssimo de Azambuja apresenta características das casas urbanas açorianas no Rio Grande do Sul, da qual a introdução na residência é realizada através da de um vestíbulo com três degraus, dando início a uma circulação ladeada por ambientes sociais e íntimos, estendendo-se até a cozinha e passando pelo interior da sala de viver. Um antigo morador relatou que aos fundos localizava-se um terraço destinado ao convívio social, sendo um espaço que as mulheres trocavam receitas culinárias e realizavam trabalhos manuais (SILVA, 2000).

A sua fachada apresenta a utilização diferentes elementos arquitetônicos, demonstrando a adoção do estilo Eclético. Baseado nisso, a sua construção remonta o final do século XIX e início do XX, muito antes da data que consta na sua escritura.

### Foto(s):



Fachada Casa Veríssimo de Azambuja



Vista Frontal

**Responsável:**  
Arquiteto Pedro Couto Moreira

**Data:**  
Abril de 2014

**Imagens complementares (entorno, edificações)**



Frontão central



Colunas de ordem compósita



Balaustrada e vaso decorativo



Detalhe de abertura



Simetria na composição de elementos



Ornamentos coroando a entrada



Aberturas dispostas lado a lado



Capitel encimando cunhais



Coroamento das portas-janelas



Capitel com máscara



Coroamento do frontão



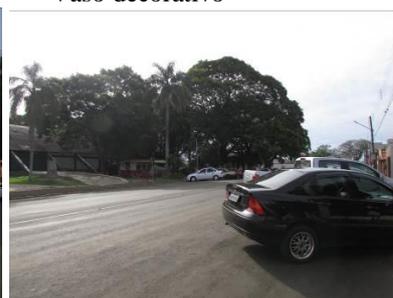
Vaso decorativo



Ornamentos do frontão



Entorno urbano



Entorno urbano - Praça

## FICHA COMPLEMENTAR.

### Análise Arquitetônica

Esta edificação se destaca pela simetria de sua fachada frontal, que valoriza a sua entrada principal, realizada através de uma grade porta de madeira de duas folhas no centro, destacada pela sua verticalidade, coroada por elementos entalhados, ladeada por duas colunas de ordem compósita, com seus capitéis moldados de forma singular, apresentando novamente da figura do rosto humano. Essas colunas sustentam parte do entablamento, que é encimado por frontão, ricamente adornado de elementos variados e por medalhão com as iniciais dos nomes dos primeiros donos. Nesse mesmo plano superior, há a platibanda composta por balaustrada e diferentes adornos, encimadas por vasos de alvenaria nas laterais e no centro.

Ladeando a entrada principal da casa nota-se a presença de quatro portas-janelas com balcões de ferro batido, com inspiração do estilo Art Nouveau, dispostas duas a duas. Os seus coroamentos são compostos por elementos ornamentais desenhados de forma orgânica, com motivação inspirados na natureza. As extremidades do prédio são delimitadas pela utilização de cunhais de aparente cantaria, encimadas novamente por um capitel ricamente adornado.

### Cobertura

Telhamento Cerâmico: Romana/Portuguesa – Duas águas

Coroamento com Platibanda – Acabamento em Beira na parte anterior e platibanda na parte posterior.

### Tipo de Estrutura

Portante

### Materiais

Estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Vedação da estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Esquadrias: Madeira

Revestimento da Fachada: Reboco de cal e areia

Pintura da Fachada: Tinta Acrílica

### Esquadrias (Tipo de Verga)

Vergas das Portas: Retas

Vergas das Janelas: Retas

### Estado de Conservação (Modificação dos Elementos originais)

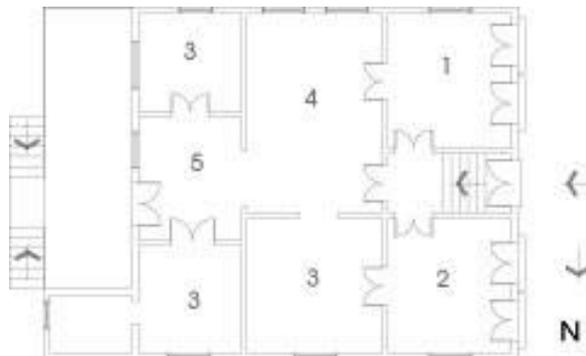
Heterogêneo – Apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos.

### Estado Físico (Estado de degradação dos elementos construtivos)

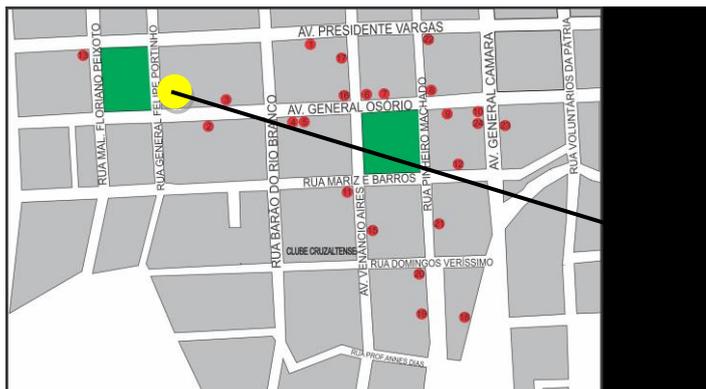
Os elementos construtivos não apresentam degradação considerável

### Entorno Próximo (A edificação em relação ao entorno)

- Edificação de Referencial Urbano
- Parte de um conjunto
- Edificação conformadora do perfil urbano



### Situação



### Planta-Baixa – Térreo

- S/ Escala
- 1- Sala de Visitas
- 2- Gabinete
- 3- Dormitório
- 4- Sala de Viver
- 5- Cozinha
- 6- Área varanda

Fonte: SILVA, 2000.

**Casa Veríssimo de  
Azambuja**

## Quadro 15 – Casa Abreu e Silva

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

SISTEMA DE RASTREAMENTO  
CULTURALINSTITUTO DO PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

M

BENS EDIFICADOS

INVENTÁRIO

Município: CRUZ ALTA

Ficha Nº: RS/14: 00015

Localidade: CRUZ ALTA

Denominação do bem: Casa Abreu e Silva

Endereço/Localização: Avenida Venâncio Aires, 1798, Centro.

Proprietário: Joceli José Jappe

Uso Original e atual: Residencial

Latitude: 28°38'50.0"

Longitude: 53°36'22.4"

Erro Horizontal:

Proteção Existente: Plano Diretor Municipal

Proteção Proposta: Inventário

Bens Móveis:

## Valores estabelecidos ao bem:

Relevância Morfológico-Arquitetônica

## Observações:

A edificação foi construída no final da década de 20, no ano de 1929, pelo advogado José Narciso de Abreu e Silva. Uma casa que seguiu a estética formal do estilo nacionalista, dentro de um amplo terreno, circundada por jardins. Nesse período que sucede o primeiro pós-guerra, desenvolveu-se no Brasil o estilo Neocolonial, buscando a valorização nacionalista através de uma arquitetura fora dos modelos acadêmicos e retornando as tradições coloniais luso-brasileiras, não somente as brasileiras, mas ao barroco português também, em contraposição aos estilos eclético e neoclássico, os quais eram vigentes na época. (SILVA, 2000)

Desse modo a Casa Abreu e Silva mostra em sua estrutura que foi concebida de acordo com os preceitos Neocoloniais, e registra um importante momento da arquitetura brasileira presente em Cruz Alta.

## Foto(s):



Fachada atual Casa Abreu e Silva



Vista interna fachada

**Responsável:**  
Arquiteto Pedro Couto Moreira

**Data:**  
Abril de 2014

**Imagens complementares (entorno, edificações)**



Janela frontão



Ornamento fachada



Acesso e aberturas frontais



Vista do terraço coberto



Entorno urbano



Vista lateral esquerda



Foto Antiga (SILVA, 2000)



Lateral esquerda



Vaso ornamental



Beirais aparentes de madeira



Elementos decorativos fachada



Foto interna: Sala de  
Estar/Jantar

## FICHA COMPLEMENTAR.

### Análise Arquitetônica

O estilo Neocolonial foi marcado pela busca de maior liberdade de expressão, valendo-se de novas formas de projetar e até mesmo de invenções e improvisações de elementos arquitetônicos. Nesta edificação são visualizadas as mudanças e a introdução de elementos que até então não eram utilizados, como sua implantação com distanciamentos dos limites do terreno, produzindo assim grandes jardins, tanto frontais como laterais, o jogo de volumes, a retomada do uso de beirais simples em madeira, como eram feitos no Brasil colônia, introdução de terraço coberto e a adoção de uma mistura de elementos, como o telhado aparente de várias águas com um frontão de linhas barrocas saindo de dentro dele, coroando a parte frontal da fachada.

Há adornos como vasos anexados nas paredes da fachada, colunas com ordem jônica no terraço e algumas mudanças pontuais na planta baixa, da qual se pode citar a entrada principal realizada pela lateral esquerda da fachada, ao invés do centro do prédio, como era realizada em estilos anteriores, realizada pelo vestíbulo precedendo a sala de visitas integrada com a sala de jantar e escritório à direita. Entre a sala de visitas e a sala de jantar há um elemento bastante peculiar, um portal de motivo paladiano, que faz a integração entre os dois ambientes, e há ainda diferentes recursos estilísticos empregados nos ambientes internos da edificação.

### Cobertura

Telhamento Cerâmico: Francesa – Várias águas

Coroamento com o próprio telhado e um frontão – Acabamento em Beirado Simples.

### Tipo de Estrutura

Portante

### Materiais

Estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Vedação da estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Esquadrias: Madeira

Revestimento da Fachada: Reboco de cal e areia

Pintura da Fachada: Tinta Acrílica

### Esquadrias (Tipo de Verga)

Vergas das Portas: Misto de Retas e Curvas

Vergas das Janelas: Misto de Retas e Curvas

### Estado de Conservação (Modificação dos Elementos originais)

Heterogêneo – Apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos.

### Estado Físico (Estado de degradação dos elementos construtivos)

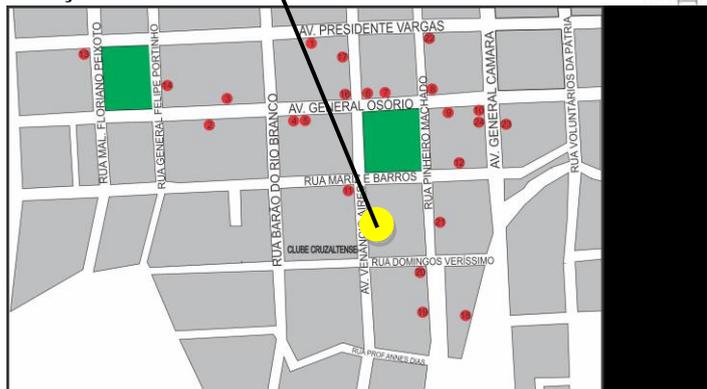
Os elementos construtivos não apresentam degradação considerável

### Entorno Próximo (A edificação em relação ao entorno)

- Edificação de Referencial Urbano
- Parte de um conjunto
- Edificação conformadora do perfil urbano

### Casa Abreu e Silva

### Situação



### Plantas Baixas

S/ Escala

- 1- Vestíbulo
- 2- Escritório
- 3- Sala de Visitas
- 4- Sala de Jantar
- 5- Estar Intimo
- 6- Cozinha
- 7- Dormitório
- 8- Banho

Fonte: SILVA, 2000.

## Quadro 16 – Casa Veríssimo Lopes

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

## SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

**M**

**BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

**Município: CRUZ ALTA**

**Ficha Nº: RS/14: 00016**

**Localidade: CRUZ ALTA**

**Denominação do bem: Casa Veríssimo Lopes**

**Endereço/Localização: Avenida Venâncio Aires, 1551, Centro.**

**Proprietário: Ivalino Bullé** (Parte do prédio, visto que este tem as suas áreas individualizadas)

**Uso Original: Residencial**

**Uso atual: Comercial**

**Latitude: 28°38'42.0"**

**Longitude: 53°36'23.6"**

**Erro Horizontal:**

**Proteção Existente: Plano Diretor Municipal**

**Proteção Proposta: Inventário**

**Bens Móveis:**

### Valores estabelecidos ao bem:

Relevância Morfológico-Arquitetônica

### Observações:

No ano de 1919 foi realizado o inventário do Tenente Coronel Veríssimo José Lopes, o qual descreve que “um prédio de material (...), situado na esquina das Ruas Venâncio Ayres e General Osório (...), nesta cidade, com móveis que o guarnecem, descrito e avaliado por trinta contos de réis”, pertenceria a sua viúva Ernestina de Araújo Lopes e suas filhas Clarice e Carmela. Após esse período a edificação passou para as mãos de Clarice Lopes Gay e seu esposo Policarpo Gay, o qual ocupou o cargo de Oficial do Registro Geral de Imóveis de Cruz Alta. O empreendedor que construiu a casa foi o Tem. Cel. Veríssimo José Lopes, no ano de 1914, sendo que foi concebida para abrigar o uso residencial. (SILVA,2000)

Atualmente a edificação abriga diferentes estabelecimentos comerciais, visto que as suas dimensões físicas são privilegiadas pelo seu tamanho imponente e localização central.

### Foto(s):



Fachada diagonal Casa Veríssimo Lopes

**Responsável:**  
Arquiteto Pedro Couto Moreira

**Data:**  
Abril de 2014

**Imagens complementares (entorno, edificações)**



Fachada lateral esquerda



Fachada Frontal



Vista diagonal esquerda



Composição de aberturas



Entorno urbano



Frontão circular com óculo



Vergas circulares



Capitel de Ordem Coríntia



Balaustrada na platibanda



Entorno urbano



Inscrição do ano na diagonal

## FICHA COMPLEMENTAR.

### Análise Arquitetônica

Esta edificação está implantada na região central de Cruz Alta, próxima ao centro político administrativo da cidade, destacando-se por ser um prédio de dimensões e características imponentes, típicas do contexto ao qual pertencia no momento em que foi construída. As suas fachadas são ricamente ornamentadas, utilizando-se de elementos como: platibanda com balaustrada, frontão circular com óculo, entablamento com frisos, portas-janelas com grandes dimensões verticais, algumas portando balcões de ferro industrializado, e coroadas por pequenos frontões triangulares, retos e arredondados, meias colunas fixas dentro das paredes, cunhais delimitando a fachada, além de elementos menores como capitéis de ordem coríntia e uma inscrição com o ano da sua construção. Essa imponência citada se faz perceber através das dimensões, tanto horizontal, por ocupar grande parte da esquina, como vertical pelas dimensões das aberturas e pela utilização do porão alto, recurso esse que para época trazia maior resguardo para a parte interna dos prédios. Os balcões de ferro, com desenhos orgânicos, típicos da corrente de estilo Art Nouveau, mostram a introdução de materiais industrializados, através da evolução dos transportes, com a instalação da Estação Ferroviária e construção da estrada de ferro na cidade, nesse período.

### Cobertura

Telhamento Cerâmico: Francesa – Várias águas

Coroamento com platibanda e um frontão – Acabamento na Platibanda.

### Tipo de Estrutura

Portante

### Materiais

Estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Vedação da estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Esquadrias: Madeira

Revestimento da Fachada: Reboco de cal e areia

Pintura da Fachada: Tinta Acrílica

### Esquadrias (Tipo de Verga)

Vergas das Portas: Retas

Vergas das Janelas: Retas

### Estado de Conservação (Modificação dos Elementos originais)

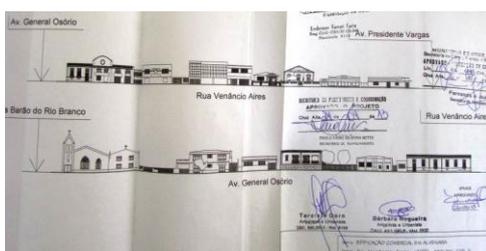
Heterogêneo – Apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos.

### Estado Físico (Estado de degradação dos elementos construtivos)

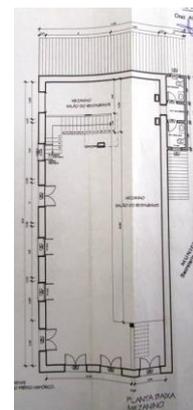
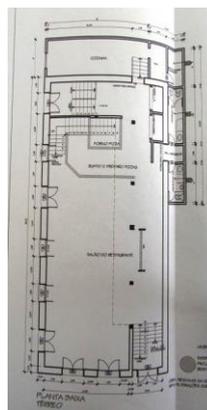
Os elementos construtivos não apresentam degradação considerável.

### Entorno Próximo (A edificação em relação ao entorno)

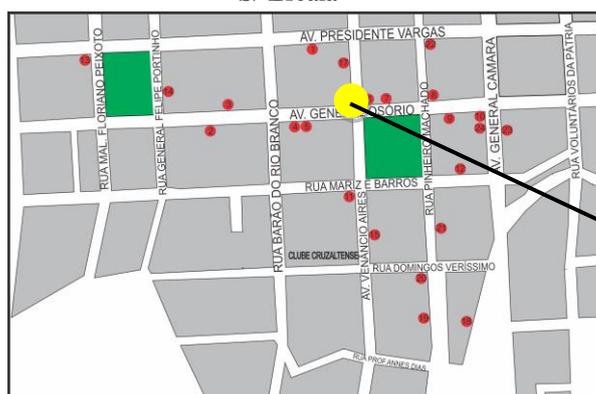
- Edificação de Referencial Urbano
- Parte de um conjunto
- Edificação conformadora do perfil urbano



Elevação do perfil das ruas  
S/ Escala



### Situação



-Baixa Térreo  
a  
la  
Arquivo da  
ria de Obras da  
ura Municipal

Planta-Baixa  
Mezanino  
Esquina  
S/ Escala

Casa Veríssimo Lopes

## Quadro 17 – Loja Maçônica Harmonia Cruz-altense

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

## SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

**M**

**BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

**Município: CRUZ ALTA**

**Ficha Nº: RS/14: 00017**

**Localidade: CRUZ ALTA**

**Denominação do bem: Loja Maçônica Harmonia Cruz-altense**

**Endereço/Localização: Avenida Venâncio Aires, 1481, Centro.**

**Proprietário: Loja Maçônica Harmonia Cruz-altense**

**Uso Original e atual: Templo Maçônico.**

**Latitude: 28°38'39.8"**

**Longitude: 53°36'23.8"**

**Erro Horizontal:**

**Proteção Existente: Plano Diretor Municipal**

**Proteção Proposta: Inventário**

**Bens Móveis:**

### Valores estabelecidos ao bem:

Relevância Histórico-Cultural e Morfológico-Arquitetônica

### Observações:

A fundação da Loja Maçônica Harmonia Cruz-altense foi no dia 02 de agosto de 1895, tendo a sua primeira reunião em 15 de agosto deste mesmo ano, contando com a presença de 13 membros fundadores. A primeira ação desses participantes foi a de angariar fundos para a construção do prédio que abrigaria suas atividades, inaugurado no dia 09 de agosto de 1903. (SILVA, 2000)

### Foto(s):



Fachada Loja Maçônica Harmonia Cruz-altense

**Responsável:**  
Arquiteto Pedro Couto Moreira

**Data:**  
Abril de 2014

**Imagens complementares (entorno, edificações)**



Entorno urbano



Entorno urbano



Fachada Frontal



Frontão triangular



Elementos da fachada



Pelicano esculpido



Porta de entrada



Porta e porta-janela com balcão



Elemento acima do frontão



Frontão com símbolos



Telhado de fibrocimento



Pequeno frontão triangular encimando porta de entrada

## FICHA COMPLEMENTAR.

### Análise Arquitetônica

A inspiração arquitetônica do templo de que abriga a sede da Loja Maçônica Harmonia Cruzaltense remete aos templos romanos, demonstrando isso na sua tipologia retangular da planta baixa, no pódio da escadaria frontal que dá acesso ao prédio, além da disposição clássica de pilastras com capitel dórico, encimadas por entablamento que contém o nome da instituição e alguns elementos em alto relevo, coroadas por um frontão triangular, com ornamentos decorativos orgânicos, e outros que representam as ferramentas utilizadas simbolicamente pela maçonaria, como o esquadro, o compasso, entre outros. Na fachada ainda se destacam a dimensão das grandes portas e janelas com bandeira superior, todas coroadas por pequenos frontões triangulares e a representação de um pelicano, dando alimento a seus filhotes, remetendo a uma simbologia cristã, adotada pela maçonaria, da qual o Pelicano faz o sacrifício de dar a sua própria carne em benefício aos seus filhos.

A planta baixa original era composta de uma recepção, sala de administração e o salão das sessões, porém com as necessidades de espaço físico, foi acrescido um salão de banquetes e uma cozinha na parte posterior do prédio, constituindo-se de uma edificação complementar. Atualmente foi realizada uma reforma e requalificação dos espaços, adicionando locais para a secretaria e escritórios nessa parte posterior, sem descaracterizar as suas funções. O prédio se destaca na paisagem urbana pelo nível de sua implantação e pela morfologia da qual lhe foi aplicado.

### Cobertura

Telhamento em Fibrocimento – Duas águas

Coroamento com um frontão – Acabamento em Beirado Simples.

### Tipo de Estrutura

Portante

### Materiais

Estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Vedação da estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Esquadrias: Madeira

Revestimento da Fachada: Reboco de cal e areia

Pintura da Fachada: Tinta Acrílica

### Esquadrias (Tipo de Verga)

Vergas das Portas: Retas

Vergas das Janelas: Retas

### Estado de Conservação (Modificação dos Elementos originais)

Heterogêneo – Apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos.

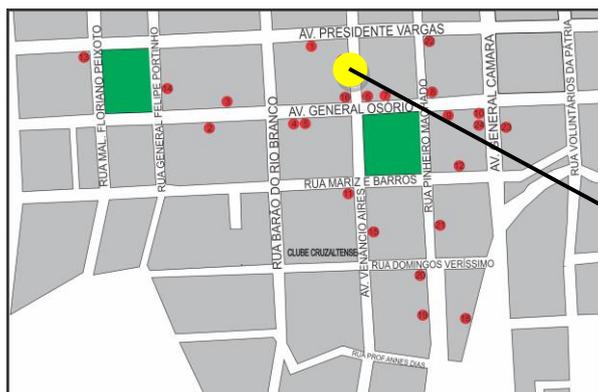
### Estado Físico (Estado de degradação dos elementos construtivos)

Os elementos construtivos não apresentam degradação considerável

### Entorno Próximo (A edificação em relação ao entorno)

- Edificação de Referencial Urbano
- Parte de um conjunto
- Edificação conformadora do perfil urbano

### Situação

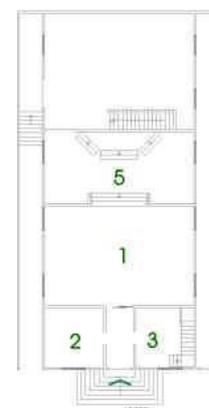
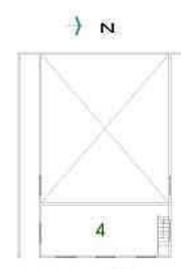


### Planta-Baixa

S/ Escala

- 1 - Salão das Sessões  
- Ocidente do Templo
- 2 - Recepção
- 3 - Secretaria
- 4 - Local de Preparação
- 5 - Oriente do Templo

Fonte: SILVA, 2000.



**Loja Maçônica  
Harmonia Cruz-Altense**

## Quadro 18 – Estação Ferroviária de Cruz Alta

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

## SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

**M**

**BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

**Município: CRUZ ALTA**

**Ficha Nº: RS/14: 00018**

**Localidade: CRUZ ALTA**

**Denominação do bem: Estação Ferroviária de Cruz Alta**

**Endereço/Localização: Rua Pinheiro Machado, s/n, Largo Maurício Cardoso, Centro.**

**Proprietário: Poder Público**

**Uso Original e atual: Estação Ferroviária**

**Latitude: 28°38'56.4"**

**Longitude: 53°36'16.9"**

**Erro Horizontal:**

**Proteção Existente: Plano Diretor Municipal**

**Proteção Proposta: Inventário**

**Bens Móveis:**

### Valores estabelecidos ao bem:

Relevância Histórico-Cultural

### Observações:

De acordo com o histórico da Rede Ferroviária do Rio Grande do Sul, a linha de Cruz Alta, fazia parte de um projeto da rede que sairia das margens do Rio Itararé, na divisa entre as províncias de São Paulo e Paraná, terminando na cidade de Santa Maria da Boca do Monte, na província gaúcha. Dois ramais seriam ligados a esse traçado, os quais: o primeiro com início em Imbituba (PR) e o outro partindo de Cruz Alta, seguindo o curso do Rio Ijuí Grande até chegar às margens do Rio Uruguai. A concessão da construção da estrada foi realizada pelo decreto nº 303, de 7 de abril de 1890, no governo do Mal. Deodoro da Fonseca, ficando a sua execução ao Eng. João Teixeira Soares. No dia 14 de novembro de 1891 foram aprovados os estudos apresentados pela *Compagnie des Chemins de Fer Sud-Ouest Brésiliens* para a construção da linha Cruz Alta - Santa Maria e assim transferidos os direitos da concessão para essa empresa. Iniciaram-se as obras no dia 4 de janeiro de 1892, sendo que a sua conclusão, inauguração do tráfego Santa Maria - Cruz Alta e da Estação Ferroviária foi em 20 de novembro de 1894 (PRESERVE 1985).

### Foto(s):



Fachada da Estação Ferroviária de Cruz Alta



Vista lateral

**Responsável:**  
Arquiteto Pedro Couto Moreira

**Data:**  
Abril de 2014

**Imagens complementares (entorno, edificações)**



Vista da parte central segundo pavimento



Entrada principal



Antiga locomotiva



Monumento em frente



Vista do Largo Maurício Cardoso



Área central da edificação



Abertura segundo pavimento



Detalhe abertura



Vista do conjunto – Largo e Estação



Entorno urbano imediato

**FICHA COMPLEMENTAR.****Análise Arquitetônica**

A construção que abriga a Estação Ferroviária de Cruz Alta seguiu em sua concepção as regras postuladas pela Academia Brasileira de Belas Artes, nas quais os prédios públicos deveriam representar em suas formas a identificação de sua funcionalidade (SILVA, 2000).

A edificação possui planta retangular, seguindo a linha férrea, com uma galeria longitudinal composta pela plataforma de embarque e desembarque. Na sua parte central há a entrada principal realizada por um vestíbulo que dá acesso aos serviços de bilheteria, administração e para a plataforma. O que se mostra bastante marcante são a simetria e a imponência horizontal do prédio, implantado na frente de uma ampla área aberta com uma praça, mesmo que a sua ornamentação seja simples em relação às edificações construídas no mesmo período histórico. A inovação da tecnologia dos materiais e técnicas construtivas é visualizada na plataforma de embarque e desembarque por meio da presença de mãos-francesas de ferro que avançam até 8 metros em balanço para sustentar a cobertura desse local.

**Cobertura**

Telhamento Cerâmico: Francesa – Várias águas

Coroamento com o próprio telhado – Acabamento em Beirado Simples.

**Tipo de Estrutura**

Portante

**Materiais**

Estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Vedação da estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Esquadrias: Madeira

Revestimento da Fachada: Reboco de cal e areia

Pintura da Fachada: Tinta Acrílica

**Esquadrias (Tipo de Verga)**

Vergas das Portas: Curvas

Vergas das Janelas: Curvas

**Estado de Conservação (Modificação dos Elementos originais)**

Heterogêneo – Apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos.

**Estado Físico (Estado de degradação dos elementos construtivos)**

Os elementos construtivos não apresentam degradação considerável

**Entorno Próximo (A edificação em relação ao entorno)**

- Edificação de Referencial Urbano
- Parte de um conjunto
- Edificação conformadora do perfil urbano

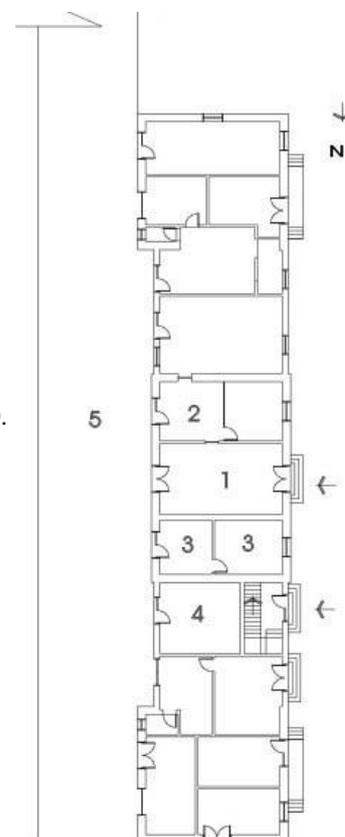
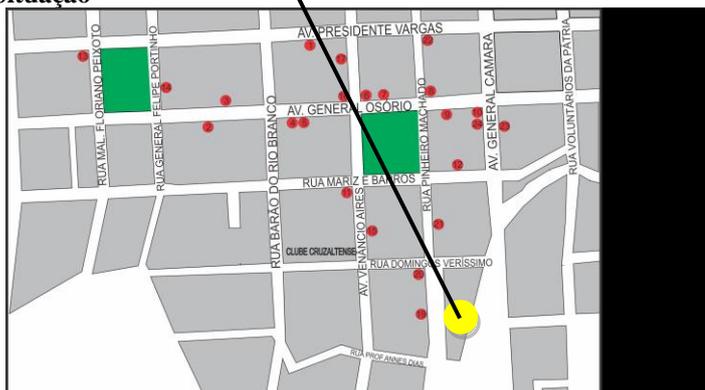
### Estação Ferroviária de Cruz Alta

**Planta Baixa**

S/ Escala

- 1 - Vestíbulo
- 2 - Administração
- 3 - Bilheteria
- 4 - Administração
- 5 - Plataforma

Fonte: SILVA, 2000.

**Situação**

## Quadro 19 – Casa Frutuoso Brenner

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

SISTEMA DE RASTREAMENTO  
CULTURALINSTITUTO DO PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

M

BENS EDIFICADOS

INVENTÁRIO

Município: **CRUZ ALTA**Ficha Nº: **RS/14: 00019**Localidade: **CRUZ ALTA**Denominação do bem: **Casa Frutuoso Brenner**Endereço/Localização: **Rua Pinheiro Machado, 1349, Centro.**Proprietário: **Sindicato dos Lojistas do Comércio CDA96**Uso Original: **Residencial**      Uso atual: **Institucional – Câmara de Dirigentes Lojistas de Cruz Alta**Latitude: **28°38'56.1"**Longitude: **53°36'18.7"**

Erro Horizontal:

Proteção Existente: **Plano Diretor Municipal**Proteção Proposta: **Inventário**

Bens Móveis:

**Valores estabelecidos ao bem:**

Relevância Morfológico-Arquitetônica

**Observações:**

O Senhor Frutuoso Brenner no ano de 1918 adquiriu um terreno com um chalet, de Francisco Panichi. Pouco tempo após, demoliu o chalet e construiu um prédio de alvenaria, com a entrada elevada em parte deste lote. Esta edificação se localiza na frente da Estação Ferroviária, visto que Frutuoso Brenner era comerciante e madeireiro, e um dos seus principais clientes foi a empresa ferroviária (SILVA,2000).

A adoção de formas bem definidas e recursos arquitetônicos peculiares, tornam a casa, elemento singular do Patrimônio Cruz-Altense.

**Foto(s):**

Fachada da Casa Frutuoso Brenner



Vista da lateral direita

**Responsável:**  
Arquiteto Pedro Couto Moreira

**Data:**  
Abril de 2014

**Imagens complementares (entorno, edificações)**



Frontão ricamente adornado



Portão de ferro – Art Nouveau



Detalhes abaixo das aberturas



Abertura



Máscara com rosto humano



Arcos do alpendre



Platibanda adornada



Platibanda e telhado



Vista diagonal esquerda



Entorno urbano

## FICHA COMPLEMENTAR.

### Análise Arquitetônica

Esta casa está implantada no alinhamento da via pública e fica em frente à Estação Ferroviária de Cruz Alta, pois como foi citado anteriormente, o seu empreendedor mantinha relações comerciais com a empresa da ferrovia. As características morfológicas desta edificação são bastante peculiares, mesclando elementos arquitetônicos presentes em diferentes estilos, porém através dessa mistura pode-se dizer que ela possua fortes tendências do Eclétismo. Dentre os variados elementos existentes em sua fachada se pode citar: a utilização de uma máscara com formas de rosto humano no frontão, uma motivo de faixa grega na base, e elementos verticais ladeando esse frontão, largamente utilizados no estilo Art Déco, os arcos dispostos de maneira livre no plano frontal dando acesso a um alpendre que serve como entrada principal da edificação, o portão de ferro com linhas de tendência do estilo Art Nouveau abaixo desses arcos, a utilização de lambrequim metálico para o acabamento da cobertura de uma entrada secundária, entre diversos elementos arquitetônicos que dão proeminência a esse prédio, frente ao patrimônio Cruz Altense.

Além da riqueza ornamental, a simetria e a imponência de suas dimensões lhe provêm um valor morfológico e arquitetônico singular. O prédio é dividido em dois pavimentos, sendo o porão e o pavimento térreo (ou primeiro pavimento), os quais possuem planta retangular, uma grande área construída e um eixo central de organização dos ambientes internos.

### Cobertura

Telhamento Cerâmico: Francesa – Várias águas

Coroamento com platibanda e frontão – Acabamento na platibanda.

### Tipo de Estrutura

Portante

### Materiais

Estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Vedação da estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Esquadrias: Madeira

Revestimento da Fachada: Reboco de cal e areia

Pintura da Fachada: Tinta Acrílica

### Esquadrias (Tipo de Verga)

Vergas das Portas: Retas

Vergas das Janelas: Retas

### Estado de Conservação (Modificação dos Elementos originais)

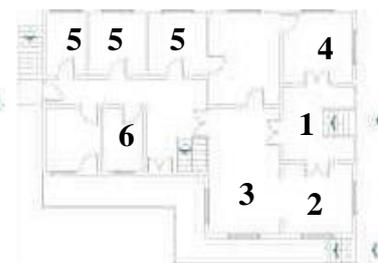
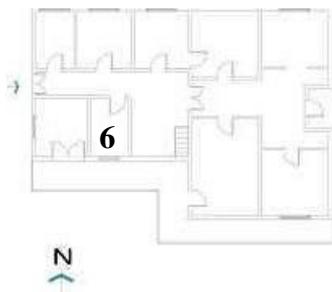
Heterogêneo – Apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos.

### Estado Físico (Estado de degradação dos elementos construtivos)

Os elementos construtivos não apresentam degradação considerável

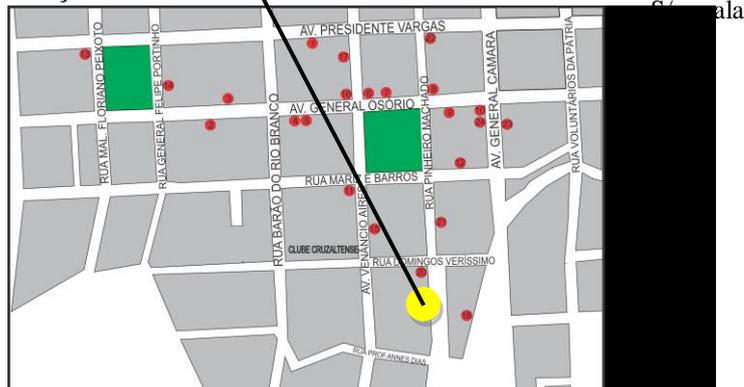
### Entorno Próximo (A edificação em relação ao entorno)

- Edificação de Referencial Urbano
- Parte de um conjunto
- Edificação conformadora do perfil urbano



### Casa Frutuoso Brenner

### Situação



### Porão

### Pav. Térreo

S/ escala

### Legenda

- 1- Alpendre
- 2- Sala de Visitas
- 3- Sala de Jantar
- 4- Gabinete
- 5- Dormitório
- 6- Banheiro

Fonte: SILVA, 2000

Quadro 20 – Casa Schmitt  
 Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO  
 HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO  
 CULTURAL

M

BENS EDIFICADOS

INVENTÁRIO

Município: **CRUZ ALTA**

Ficha Nº: **RS/14: 00020**

Localidade: **CRUZ ALTA**

Denominação do bem: **Casa Schmitt**

Endereço/Localização: **Rua Pinheiro Machado, 1235, Centro.**

Proprietário: **Maria Glascherster da Rocha**

Uso Original: **Residencial**

Uso atual: **Comercial**

Latitude: **28°38'52.2"**

Longitude: **53°36'18.8"**

Erro Horizontal:

Proteção Existente: **Plano Diretor Municipal**

Proteção Proposta: **Inventário**

Bens Móveis:

**Valores estabelecidos ao bem:**

Relevância Morfológico-Arquitetônica

**Observações:**

De acordo com certidão do Registro de Imóveis de Cruz Alta, livro 3-T, fls. 125, registro nº 9.505, em maio do ano de 1925, o senhor Alberto Schmitt e sua esposa Alice Schneider Schmitt, venderam a presente edificação a Antônio Manoel da Rocha. Os descendentes de Antônio Manoel da Rocha afirmam que esta casa foi construída no início da segunda década do século XX. Como em outras casas da cidade, novamente é encontrado o porão alto, um recurso que começou a ser utilizado no meio urbano brasileiro na primeira metade do século XIX, marcando um meio termo entre os sobrados e as casas térreas coloniais, realizado a fim de dar mais privacidade aos moradores, ventilação sob a estrutura do assoalho de madeira, facilitar a sua manutenção, além de favorecer a circulação dos gatos, por um elemento chamado “gateira”. Esses aspectos faziam parte de um plano sanitarista do espaço urbano no final do século XIX e início do século XX. (SILVA, 2000)

**Foto(s):**



Vista da esquina da Casa Schmitt

**Responsável:**  
Arquiteto Pedro Couto Moreira

**Data:**  
Abril de 2014

**Imagens complementares (entorno, edificações)**



Entorno urbano



Entorno urbano



Vista lateral esquerda



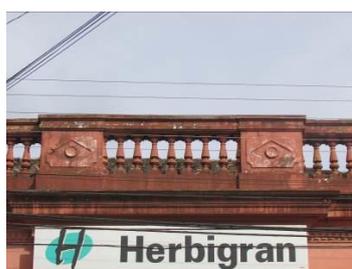
Platibanda e telhado



Portas-janelas com balcão



Arco frisado da porta de entrada



Balaustrada da platibanda



Vista da fachada lateral esquerda



Vista diagonal



Fachada lateral direita



Vista lateral direita

## FICHA COMPLEMENTAR.

### Análise Arquitetônica

A Casa Schmitt está situada entre o centro administrativo da cidade de Cruz Alta e o entorno da Estação Ferroviária, caracterizando-se não somente pelo uso de porão alto e pela sua localização, mas pela sua riqueza arquitetônica materializada em sua morfologia. A edificação apresenta além de em sua base o portão alto com gateira como já havia sido citado, pilastras simples, com características da ordem dórica dispostas entre as aberturas, grandes portas-janelas com bandeiras superiores e balcão inferior, porta de entrada coroada com um arco frisado, entablamento composto por cornija, friso e arquitrave, todas em linhas horizontais e coroadas por uma platibanda com balaustrada.

### Cobertura

Telhamento Cerâmico: Francesa – Várias águas

Coroamento com platibanda e frontão – Acabamento na platibanda.

### Tipo de Estrutura

Portante

### Materiais

Estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Vedação da estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Esquadrias: Madeira

Revestimento da Fachada: Reboco de cal e areia

Pintura da Fachada: Tinta Acrílica

### Esquadrias (Tipo de Verga)

Vergas das Portas: Retas e Curvas

Vergas das Janelas: Retas

### Estado de Conservação (Modificação dos Elementos originais)

Heterogêneo – Apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos.

### Estado Físico (Estado de degradação dos elementos construtivos)

Os elementos construtivos não apresentam degradação considerável

### Entorno Próximo (A edificação em relação ao entorno)

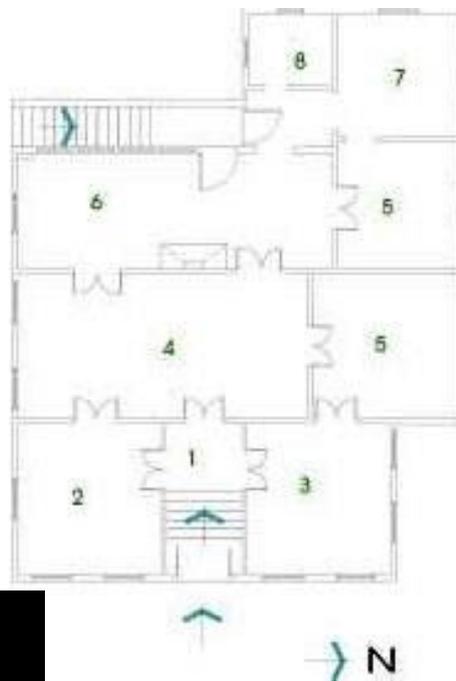
- Edificação de Referencial Urbano
- Parte de um conjunto
- Edificação conformadora do perfil urbano

### Planta-Baixa Térreo

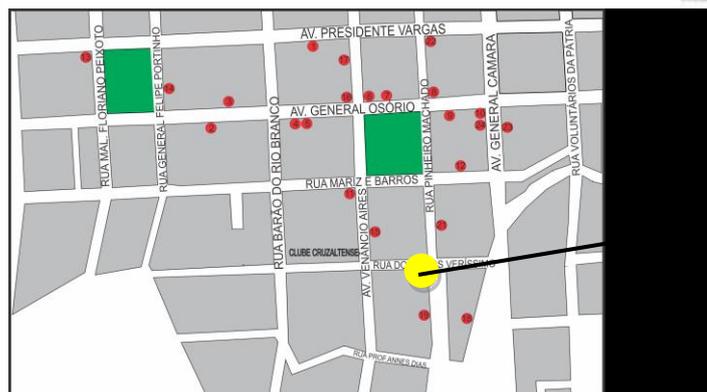
S/ Escala

- 1- Vestíbulo
- 2- Sala de Visitas
- 3- Escritório
- 4- Sala de Viver
- 5- Dormitório
- 6- Cozinha Antiga
- 7- Cozinha Atual
- 8- Banheiro

Fonte: SILVA, 2000.



### Situação



Casa Schmitt

Quadro 21 – Prédio Carlan  
 Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO  
 HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO  
 CULTURAL

M

BENS EDIFICADOS

INVENTÁRIO

Município: CRUZ ALTA

Ficha Nº: RS/14: 00021

Localidade: CRUZ ALTA

Denominação do bem: **Prédio Carlan**

Endereço/Localização: **Rua Pinheiro Machado, 1180, Centro.**

Proprietário: **Sucessão de Angelita Carlan Martins**

Uso Original: **Residencial**

Uso atual: **Residencial e Comercial**

Latitude: **28°38'50.4"**

Longitude: **53°36'18.2"**

Erro Horizontal:

Proteção Existente: **Nenhuma**

Proteção Proposta: **Inventário**

Bens Móveis:

**Valores estabelecidos ao bem:**

Relevância Morfológico-Arquitetônica

**Observações:**

No projeto arquitetônico consultado junto ao arquivo de projetos da Prefeitura Municipal de Cruz Alta, esta edificação foi aprovada pela "Directoria de Obras Públicas" para construção nos dias 10 e 11 de março de 1947, visto que a primeira data se refere à aprovação das plantas-baixas e cortes e a segunda data a sua fachada, sendo que os empreendedores da obra foram os irmãos: Angelita, Érico, Constantino, José e Albertina Carlan, tendo como construtor o Senhor José Carlan, registrado no Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, e como desenhista o senhor Luiz Canavezzi.

**Foto(s):**



Fachada do Prédio Carlan

**Responsável:**  
Arquiteto Pedro Couto Moreira

**Data:**  
Abril de 2014

**Imagens complementares (entorno, edificações)**



Entorno urbano



Vista diagonal direita



Simplificação geométrica



Balcões em balanço nas portas-janelas



Vista do térreo



Vista da lateral esquerda



Detalhes da platibanda



Desenho da Fachada

Fonte: Arquivos da Prefeitura Municipal, 2014.

## FICHA COMPLEMENTAR.

### Análise Arquitetônica

O Prédio Carlan, foi projetado nos preceitos do estilo Moderno com tendências do Art Déco, sendo que isso é evidenciado na sua tipologia física, sendo corroborado com o desenho da fachada técnica. As características que apoiam essa afirmação são: a simplificação geométrica dos elementos decorativos, a hierarquização das formas utilizando-se de elementos geométricos para a sua ornamentação, dos quais se podem citar os prismas retangulares que coroam a parte central do prédio, a platibanda de parede cega, os balcões em balanço, os cantos arredondados entre outras particularidades que dão singularidade e aspecto formal próprio para esta construção.

O projeto foi concebido para que o térreo servisse como salão, acreditasse que de festas, porém atualmente é ocupado por espaço comercial, e o segundo e terceiro pavimentos, foram projetados para abrigar dois apartamentos, um em cada andar.

### Cobertura

Telhamento Cerâmico: Francesa – Várias águas.

Coroamento com platibanda– Acabamento na platibanda.

### Tipo de Estrutura

Portante

### Materiais

Estrutura: Alvenaria/Concreto armado

Vedação da estrutura: Alvenaria de tijolos cerâmicos furados

Esquadrias: Madeira

Revestimento da Fachada: Reboco com argamassa de cimento

Pintura da Fachada: Tinta Acrílica

### Esquadrias (Tipo de Verga)

Vergas das Portas: Retas

Vergas das Janelas: Retas

### Estado de Conservação (Modificação dos Elementos originais)

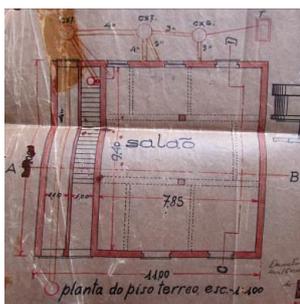
Heterogêneo – Apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos.

### Estado Físico (Estado de degradação dos elementos construtivos)

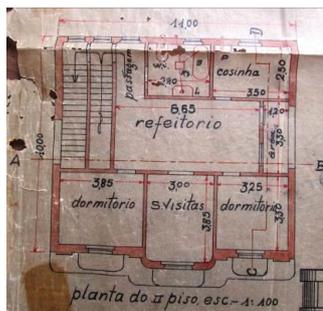
Os elementos construtivos não apresentam degradação considerável

### Entorno Próximo (A edificação em relação ao entorno)

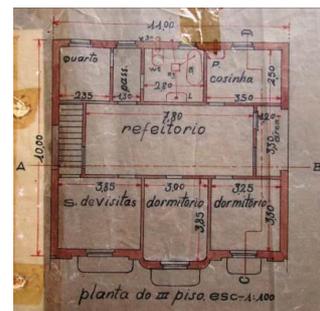
- Edificação de Referencial Urbano
- Parte de um conjunto
- Edificação conformadora do perfil urbano



Planta-Baixa Térreo



Planta-Baixa 2º Pavimento

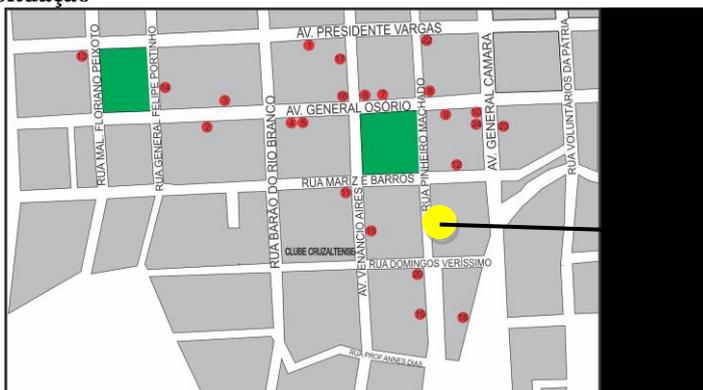


Planta-Baixa 3º Pavimento

S/ Escala

Fonte: Arquivos da Prefeitura Municipal de Cruz Alta

### Situação



Prédio Carlan

## Quadro 22 – Casa Bueno

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

SISTEMA DE RASTREAMENTO  
CULTURALINSTITUTO DO PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

M

BENS EDIFICADOS

INVENTÁRIO

Município: CRUZ ALTA

Ficha Nº: RS/14: 00022

Localidade: CRUZ ALTA

Denominação do bem: Casa Bueno

Endereço/Localização: Rua Pinheiro Machado, 822, Calçadão, Centro.

Proprietário: Nilza Fátima do Nascimento Machado / Sucessão de Almira Pereira do Nascimento

Uso Original: Residencial

Uso atual: Comercial

Latitude: 28°38'38.9"

Longitude: 53°36'18.4"

Erro Horizontal:

Proteção Existente: Plano Diretor Municipal

Proteção Proposta: Inventário

Bens Móveis:

## Valores estabelecidos ao bem:

Relevância Histórico-Cultural

## Observações:

De acordo com a documentação do Cartório de Registro de Imóveis de Cruz Alta, a edificação situada na antiga esquina da Rua do Comércio com a Rua Maurity (atuais: Rua Pinheiro Machado e Avenida Presidente Vargas), pertenceu à família de Ana Bueno e em data anterior ao ano de 1884 foi adquirida por Lucio Annes Dias. Numa diagonal de sua fachada, no canto da esquina está inscrito a data de 1888, entretanto não demonstra a data de sua construção, o que pode ser uma data que marca uma reforma do prédio (SILVA, 2000).

O senhor Lucio Annes Dias foi político de grande importância na região, do século XIX e início do século XX, sendo eleito Intendente de Cruz Alta na gestão de 1902-1903 (SILVA, 2000).

Esta edificação apesar de ter sido concebida para abrigar uma residência, há muitos anos comporta estabelecimentos comerciais que ocupam praticamente a sua totalidade, desde o pavimento térreo até o seu porão.

## Foto(s):



Vista diagonal da Casa Bueno

**Responsável:**  
Arquiteto Pedro Couto Moreira

**Data:**  
Abril de 2014

**Imagens complementares (entorno, edificações)**



Fachada lateral esquerda



Vista dos fundos



Telhas de barro



Fundo da edificação



Aberturas com vergas em arco



Inscrição da data do prédio



Vista da Rua Pinheiro Machado



Entorno urbano

**FICHA COMPLEMENTAR.****Análise Arquitetônica**

Esta construção centenária demarca de forma bem imponente a esquina entre as ruas Pinheiro Machado e Avenida Presidente Vargas, que apesar de se tratar de uma edificação simples, constitui-se de um volume maciço caracterizado pelas suas linhas horizontais. A sua ornamentação está limitada a platibanda, com alguns detalhes nas bandeiras das portas e janelas de arco pleno, e uma inscrição da data de reforma, porém grande parte da edificação se mostra desprovida de elementos decorativos. Na face frontal da fachada, há uma relação harmônica no jogo de cheios e vazios que o volume faz em relação as suas aberturas. Na fachada lateral, predomina os cheios das paredes cegas em relação as suas aberturas, e há ainda uma entrada para o porão habitável seguindo a declividade do terreno e que atualmente está sendo utilizado para espaço comercial assim como nos demais ambientes do prédio.

**Cobertura**

Telhamento de Barro: Capa/Canal – Duas águas

Coroamento com platibanda– Acabamento na platibanda e beirado simples.

**Tipo de Estrutura**

Portante

**Materiais**

Estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Vedação da estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Esquadrias: Madeira

Revestimento da Fachada: Reboco de cal e areia

Pintura da Fachada: Tinta Acrílica

**Esquadrias (Tipo de Verga)**

Vergas das Portas: Curva

Vergas das Janelas: Curva

**Estado de Conservação (Modificação dos Elementos originais)**

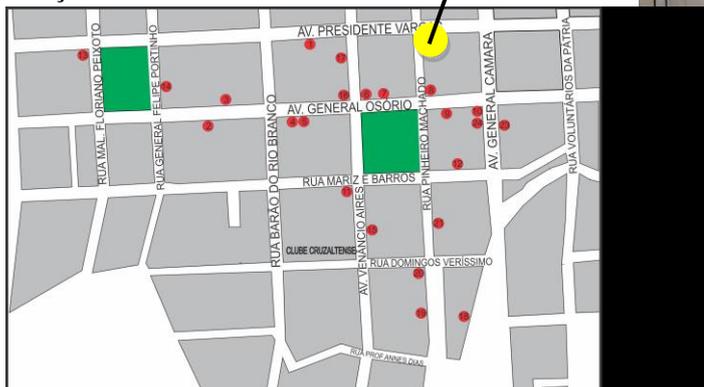
Heterogêneo – Apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos.

**Estado Físico (Estado de degradação dos elementos construtivos)**

Edificação com degradação considerável

**Entorno Próximo (A edificação em relação ao entorno)**

- Edificação de Referencial Urbano
- Parte de um conjunto
- Edificação conformadora do perfil urbano

**Casa Bueno****Situação****Planta-Baixa Térreo**

S/ Escala

Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Cruz Alta

## Quadro 23 – Casa Dumoncel

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

SISTEMA DE RASTREAMENTO  
CULTURALINSTITUTO DO PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

M

BENS EDIFICADOS

INVENTÁRIO

Município: CRUZ ALTA

Ficha Nº: RS/14: 00023

Localidade: CRUZ ALTA

Denominação do bem: Casa Dumoncel

Endereço/Localização: Avenida General Câmara, 1032, Centro.

Proprietário: Luiz Gonzaga Soares Nascimento

Uso Original e atual: Residencial

Latitude: 28°38'44.0"

Longitude: 53°36'13.6"

Erro Horizontal:

Proteção Existente: Plano Diretor Municipal

Proteção Proposta: Inventário

Bens Móveis:

## Valores estabelecidos ao bem:

Relevância Morfológico-Arquitetônica

## Observações:

De acordo com certidão do Cartório de Registro de Imóveis LV.3-1, fls.146, registro nº11.112 esta edificação foi construída em data anterior ao ano de 1941 por Eduardo Victor Dumoncel. Foi projetada com planta em formato “L” e um pátio interno, sendo erguida em alvenaria de tijolos e executada pelo construtor Valentin de Vit. Essa casa utilizou-se do alpendre como área de transição entre o espaço público para privado, remetendo a arquitetura residencial de regiões de Portugal, como por exemplo, o Conselho de Murtosa e ao período do eclétismo no Brasil. Em torno do ano de 1944, foi realizado um acréscimo na edificação, mais aos fundos do terreno, no qual foram construídos dois dormitórios, um banheiro, uma área de serviço e uma garagem, seguindo uma tendência de adaptar a vida aos confortos dos novos tempos. (SILVA, 2000)

## Foto(s):



Fachada frontal da Casa Dumoncel

**Responsável:**  
Arquiteto Pedro Couto Moreira

**Data:**  
Abril de 2014

**Imagens complementares (entorno, edificações)**



Vista da entrada pelo alpendre coberto



Frontão e entablamento



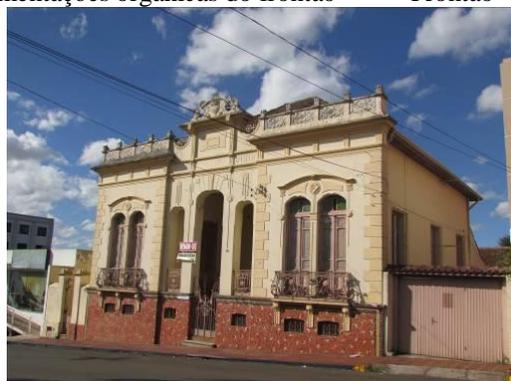
Ornamentações orgânicas do frontão



Frontão



Platibanda e telhado



Vista da lateral direita



Aberturas – detalhes e coroamento



Balcão de ferro das portas-janelas



Entorno urbano

**FICHA COMPLEMENTAR.****Análise Arquitetônica**

Como já foi citada anteriormente, esta edificação possui características muito próprias do período Eclético no Brasil e de uma tendência das construções de algumas regiões de Portugal. Em sua morfologia vale-se ressaltar a variedade de elementos ornamentais e recursos arquitetônicos utilizados, dentre os quais: entrada principal antecedida por um alpendre coberto; porão alto e habitável; grandes portas-janelas com bandeiras superiores, coroadas por um conjunto de adornos que possuem em seu centro a representação de uma flor, na figura de um medalhão em alto-relevo; balcões de ferro fundido com desenho em linhas orgânicas na base dessas portas-janelas; cunhais de aparente cantaria que delimitam as arestas da casa; entablamento em linhas horizontais simples; platibanda ricamente ornamentada com figuras orgânicas e um frontão que coroa o centro geométrico da fachada frontal, com a representação em relevo de um vaso de flores e de elementos da natureza o circundando.

**Cobertura**

Telhamento Cerâmico: Francesa – Várias águas

Coroamento com platibanda e frontão – Acabamento na platibanda e em beirado simples.

**Tipo de Estrutura**

Portante

**Materiais**

Estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Vedação da estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Esquadrias: Madeira

Revestimento da Fachada: Reboco de cal e areia

Pintura da Fachada: Tinta Acrílica

**Esquadrias (Tipo de Verga)**

Vergas das Portas: Misto de Retas e Curvas

Vergas das Janelas: Misto de Retas e Curvas

**Estado de Conservação (Modificação dos Elementos originais)**

Heterogêneo – Apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos.

**Estado Físico (Estado de degradação dos elementos construtivos)**

Os elementos construtivos não apresentam degradação considerável

**Entorno Próximo (A edificação em relação ao entorno)**

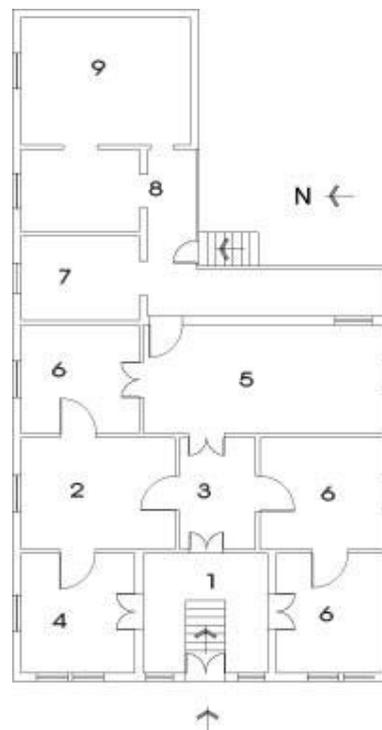
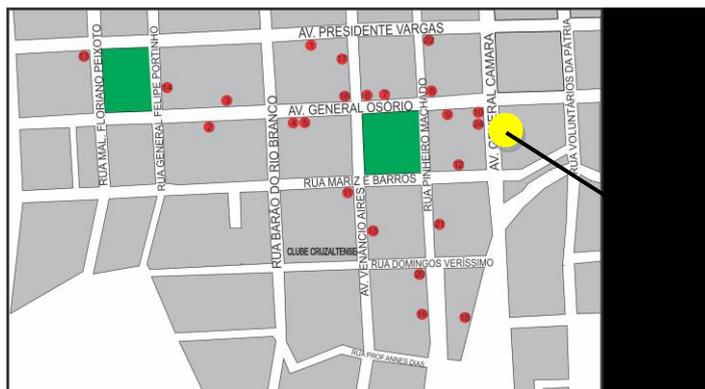
- Edificação de Referencial Urbano
- Parte de um conjunto
- Edificação conformadora do perfil urbano

**Planta-Baixa Térreo**

S/ Escala

- 1- Alpendre
- 2- Sala de Visitas
- 3- Vestíbulo
- 4- Escritório
- 5- Sala de Viver
- 6- Dormitório
- 7- Banho
- 8- Circulação
- 9- Cozinha

Fonte: SILVA, 2000.

**Situação**

Casa Dumoncel

## Quadro 24 – Casa Rocha Montenegro

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

SISTEMA DE RASTREAMENTO  
CULTURALINSTITUTO DO PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

M

BENS EDIFICADOS

INVENTÁRIO

Município: CRUZ ALTA

Ficha Nº: RS/14: 00024

Localidade: CRUZ ALTA

Denominação do bem: Casa Rocha Montenegro

Endereço/Localização: Rua General Câmara, 1021, Centro.

Proprietário: Elso Pegoraro Rubin

Uso Original e atual: Residencial

Latitude: 28°38'43.7"

Longitude: 53°36'14.9"

Erro Horizontal:

roteção Existente: Plano Diretor Municipal

Proteção Proposta: Inventário

Bens Móveis:

## Valores estabelecidos ao bem:

Relevância Morfológico-Arquitetônica

## Observações:

Os primeiro proprietários desta edificação foram o Sr. Hércules da Rocha Montenegro e sua esposa a Sra. Idalina Onofrio Montenegro, tendo como construtor Dante de Vit. No dia 23 de janeiro de 1923, Rodolfo Ferreira Amado e sua esposa Pitina Gomes Amado adquiriram a casa e em 12 de abril de 1962, Hélio Cotta Gonzales, um dos responsáveis pela construção do trecho da ferrovia Santa Maria-Cruz Alta e sua esposa Annita Ramos Gonzales compraram o prédio. Com diversos livros publicados, Annita Gonzales é poetisa. (SILVA, 2000)

Recentemente a edificação foi comprada por Elso Pegoraro Rubin, e foi realizada uma reorganização do seu espaço interno bem como a sua restauração seguindo normas estabelecidas pelos órgãos competentes.

## Foto(s):



Fachada da Casa Rocha Montenegro

**Responsável:**  
Arquiteto Pedro Couto Moreira

**Data:**  
Abril de 2014

**Imagens complementares (entorno, edificações)**



Vista da lateral direita



Entorno urbano



Entrada principal



Porta-janela com balcão



Entrada por alpendre



Colunas ladeando entrada



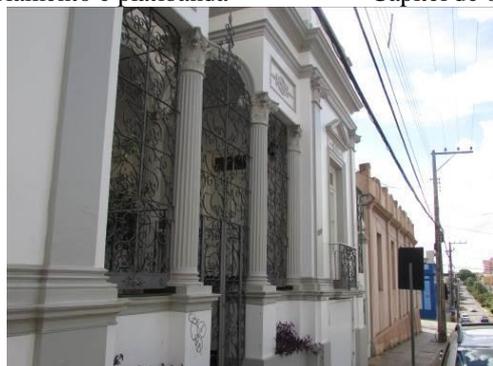
Entablamento e platibanda



Capitel de ordem coríntia



Balcão de ferro fundido



Vista dos perfis dos prédios



Entorno urbano – Av. General Câmara

## FICHA COMPLEMENTAR.

### Análise Arquitetônica

Esta bela edificação de forte influência do vocabulário neoclássico, está localizada ao lado da Casa e Museu Érico Veríssimo, fazendo parte da paisagem urbana histórica do contexto histórico tanto da vida do Autor Literário como dá própria cidade. Há uma variedade de elementos arquitetônicos presentes em sua fachada frontal, dentre os quais: porão alto e habitável; utilização de alpendre antecedendo a entrada principal; capiteis das colunas do alpendre de ordem coríntia altamente ornamentada; portas-janelas com bandeiras superiores e grandes dimensões verticais, tendo na sua base balcões de ferro fundido, e coroado por um pequeno frontão triangular; entablamento bem definido em linhas horizontais, encimado por platibanda com balaustrada de desenhos circulares, particularmente pensadas para esta edificação, além de pinhas no seu ápice.

O plano de sua fachada foi rompido com a utilização do alpendre, sendo que o mesmo serve como seu ponto focal, gerando um jogo de luz e sombra, e criando colunas nas laterais da escadaria principal, guiando e direcionando quem adentra na edificação. Essas características remetem ao Maneirismo, que foi uma linguagem que subverteu as regras clássicas, criada entre o Renascimento e o Barroco (SILVA, 2000).

### Cobertura

Telhamento Cerâmico: Francesa- Atualmente há terraços – Várias águas

Coroamento com platibanda – Acabamento na platibanda.

### Tipo de Estrutura

Portante

### Materiais

Estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Vedação da estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Esquadrias: Madeira

Revestimento da Fachada: Reboco de cal e areia

Pintura da Fachada: Tinta Acrílica

### Esquadrias (Tipo de Verga)

Vergas das Portas: Retas

Vergas das Janelas: Retas

### Estado de Conservação (Modificação dos Elementos originais)

Heterogêneo – Apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos, porém a fachada não foi modificada.

### Estado Físico (Estado de degradação dos elementos construtivos)

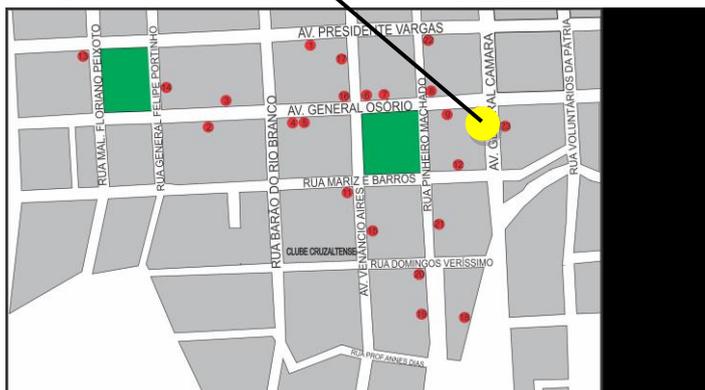
Os elementos construtivos não apresentam degradação considerável

### Entorno Próximo (A edificação em relação ao entorno)

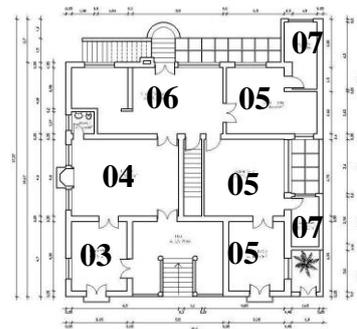
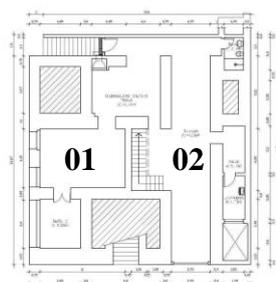
- Edificação de Referencial Urbano
- Parte de um conjunto
- Edificação conformadora do perfil urbano

### Casa Rocha Montenegro

### Situação



Planta-Baixa Porão/Antes da Intervenção  
S/Escala



Planta-Baixa Térreo  
Antes da Intervenção  
S/ Escala

Legenda:

- 01 - Depósito
- 02 - Garagem
- 03 - Escritório
- 04 - Sala de Estar
- 05 - Dormitório
- 06 - Cozinha
- 07 - Banheiro

Fonte: Arq. Dariana Rubin

## Quadro 25 – Casa Vidal Pilar

Governo do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

SISTEMA DE RASTREAMENTO  
CULTURALINSTITUTO DO PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

M

BENS EDIFICADOS

INVENTÁRIO

Município: CRUZ ALTA

Ficha Nº: RS/14: 00025

Localidade: CRUZ ALTA

Denominação do bem: Casa Vidal Pilar

Endereço/Localização: Rua Coronel Pilar, 442, Centro.

Proprietário: Poder Público Municipal

Uso Original: Residencial

Uso atual: Institucional/uso do Poder Público Municipal

Latitude: 28°38'43.7"

Longitude: 53°36'14.9"

Erro Horizontal:

Proteção Existente: Plano Diretor Municipal

Proteção Proposta: Inventário

Bens Móveis:

## Valores estabelecidos ao bem:

Relevância Morfológico-Arquitetônica

## Observações:

O autor Prudêncio Rocha (1964) cita que nos primeiros anos da cidade de Cruz Alta, foi edificado um sobrado pelo cidadão Vidal José do Pilar, em meados do ano de 1826. Como não era muito sólida a construção, ela foi se deteriorando até a sua ruína em 1865. Em período posterior, após a sua demolição, foi construída uma casa não assobradada, que foi transferida aos pais do Cel. Aristides de Moraes Gomes, os quais erigiram um novo sobrado juntamente a essa casa e que existe até os dias atuais.

A inscrição que está presente no frontão circular (1826) refere-se à residência primitiva do Cel. Vidal Pilar, mesmo que esta construção seja parcela da edificação não assobradada que Prudêncio da Rocha menciona em seu livro. O tenente-coronel Vidal José Pilar, nasceu no dia 26 de agosto de 1780, em Curitiba, sendo descendente de família portuguesa, filho de Luís José de Oliveira e Ana Maria Trindade. Em 16 de junho de 1810 casou-se com Gertrudes Magna de Almeida, natural de São Leopoldo. O Cel. Pilar foi um dos fundadores do município e chefe de político de relevância regional. Este prédio abrigou durante a sua existência diferentes usos, dos quais podem se citar: residência, prefeitura municipal (intendência), câmara dos vereadores, sede da polícia (cadeia), entre outras (SILVA, 2000).

Atualmente a edificação abriga setores que fazem parte do poder público municipal, como secretarias, uma feira dos produtores, uma cooperativa e até mesmo a Comissão do Patrimônio Histórico da cidade.

## Foto(s):



Vista diagonal da Casa Vidal Pilar



Vista da R. Coronel Pillar

**Responsável:**  
Arquiteto Pedro Couto Moreira

**Data:**  
Abril de 2014

**Imagens complementares (entorno, edificações)**



Entorno urbano



Entorno urbano



Vista lateral direita



Capitel



Platibanda



Vista interna



Lateral esquerda



Platibanda e telhado



Adornos da platibanda



Vista da parte onde há frontão



Inscrição da data de construção

## FICHA COMPLEMENTAR.

### Análise Arquitetônica

O conjunto da edificação apresenta semelhança entre seus elementos arquitetônicos, caracterizando homogeneidade morfológica, entretanto na parte térrea, onde está há a inscrição da data, há uma maior diversidade de adornos, que lhe conferem particularidades próprias do estilo Eclético. Nesta parte do prédio pode ser visualizado um frontão circular com a inscrição da data de construção (1826) em alto relevo e circundada por decoração orgânica, além de elementos pontuais que auxiliam na ornamentação da platibanda e encimam as colunas que estão dentro do corpo da fachada. Essas colunas estão delimitando praticamente todas as aberturas e acessos da edificação, sendo que os seus capitéis são de ordem jônica e conferem ritmo ao conjunto. A sua planta-baixa está implantada em forma de “L”, e no pátio central atualmente funciona uma feira de pequenos produtores, porém, através de informações de funcionários antigos foi sabido que anteriormente a instalação dessa feira, somente havia um jardim sem o devido cuidado, e ao fundo um espaço que servia de cadeia, pois em reforma para adequação de serviços foram encontradas locais com correntes e equipamentos específicos para esse, com isso nota-se a necessidade de uma pesquisa arqueológica no local.

### Cobertura

Telhamento Cerâmico: Francesa – Várias águas

Coroamento com platibanda – Acabamento na platibanda e em alguns locais Beirado simples.

### Tipo de Estrutura

Portante

### Materiais

Estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Vedação da estrutura: Alvenaria de tijolos maciços de barro cozido

Esquadrias: Atualmente Misto de Madeira e Metálica

Revestimento da Fachada: Reboco de cal e areia

Pintura da Fachada: Tinta Acrílica

### Esquadrias (Tipo de Verga)

Vergas das Portas: Retas

Vergas das Janelas: Retas

### Estado de Conservação (Modificação dos Elementos originais)

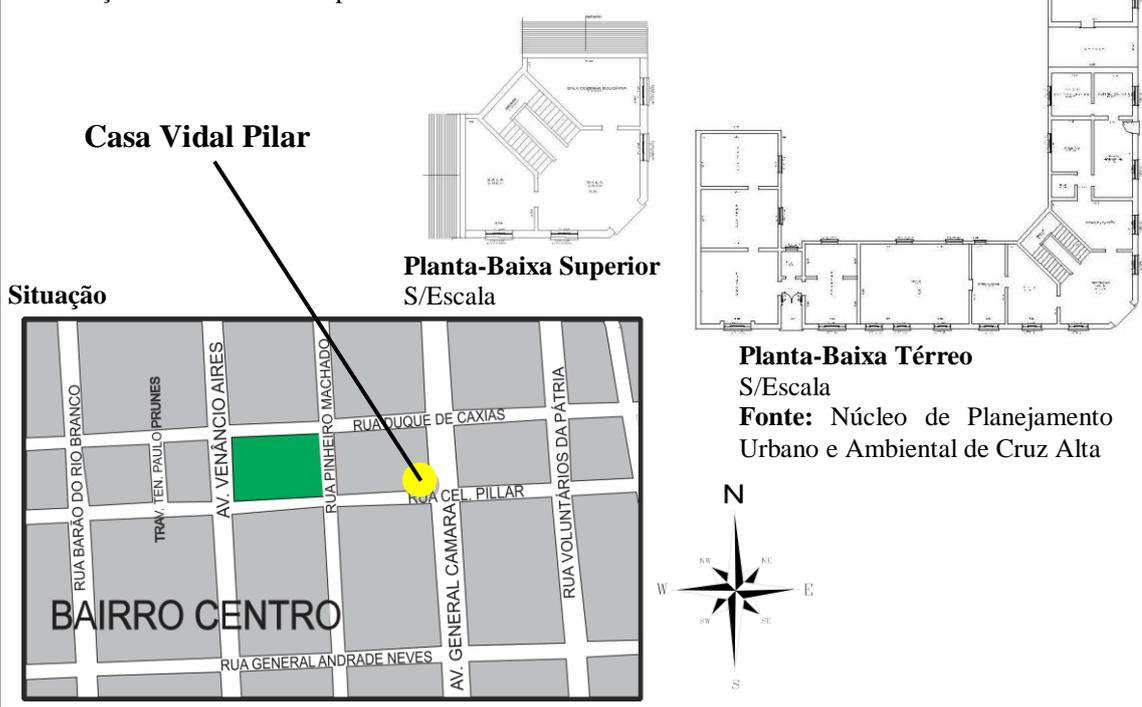
Heterogêneo – Apresenta substituição de alguns elementos originais por elementos novos.

### Estado Físico (Estado de degradação dos elementos construtivos)

Os elementos construtivos apresentam pequenas degradações em todas as partes da edificação.

### Entorno Próximo (A edificação em relação ao entorno)

- Edificação de Referencial Urbano.
- Parte de um conjunto.
- Edificação conformadora do perfil urbano.



### Planta-Baixa Térreo

S/Escala

Fonte: Núcleo de Planejamento Urbano e Ambiental de Cruz Alta

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES DA INVESTIGAÇÃO

São diversas as causas da desvalorização do Patrimônio Cultural, seja ele material ou imaterial, porém constata-se que o desconhecimento acerca dos bens por parte da sociedade se caracteriza como um dos principais fatores. Os dados obtidos na pesquisa buscam destacar os significados e os elementos, tanto culturais como históricos, que estão atrelados às edificações, para que essa rememoração constitua a base da valorização da arquitetura e da paisagem cruz-altense.

Através das informações obtidas pela investigação, foram identificadas características importantes acerca da evolução cronológica da paisagem edificada de Cruz Alta e sobre o desenvolvimento morfológico de sua conformação urbana. Por meio dos levantamentos das edificações houve o conhecimento de seus contextos formadores, dos seus entornos imediatos e da constituição da cidade, bem como da situação atual em que se encontra o patrimônio, descobrindo a partir disso, elementos que justifiquem as suas preservações.

O estudo centrou-se no entorno dos prédios que já foram tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico do Estado do Rio Grande do Sul, e que, por esse motivo, já estão assegurados dentro da legislação municipal, mesmo que de forma ainda muito superficial. Entretanto nota-se que outras regiões do meio urbano deveriam se tornar zonas de interesse histórico e cultural, visto que possuem papéis fundamentais na formação e desenvolvimento da cidade ao longo dos anos.

Entre esses locais que deveriam estar dentro das zonas de preservação e que necessitam um estudo aprofundado, estão o eixo da Rua Pinheiro Machado, antiga Rua do Comércio, onde a cidade se originou e que ainda abriga uma diversidade de edificações que estão sendo gradualmente desvalorizadas, em função de ser um espaço com alto valor monetário para o mercado imobiliário, visto que nessa rua há uma concentração do comércio. Pode-se afirmar também que todo o centro geográfico da cidade possui uma relação de bens que necessitam de estudo e proteção, mas ainda são mais latentes algumas áreas específicas, como o entorno das praças que originaram o núcleo urbano, como a atual Praça do Ginásio e a Praça Érico Veríssimo, sendo que nesta última foi catalogada a casa mais antiga presente neste trabalho. Ainda há um conjunto de prédios que compõe os arredores da Estação Ferroviária e que também sofrem com o descaso de sua manutenção e existência.

Os locais indicados pelo texto, estão representados na figura 21.



Figura 21 – Áreas que necessitam de estudo para proteção do patrimônio  
Fonte: Adaptado do Plano Diretor (CRUZ ALTA, 2007).

Dentro das áreas que foram delimitadas para a pesquisa, encontrou-se uma riqueza de produção arquitetônica, contabilizando diferentes correntes estilísticas, as quais podem ser citadas o neoclassicismo, ecletismo, neocolonialismo, Art Déco e modernismo convivendo entre si de maneira harmônica e marcando a paisagem urbana de maneira singular. Como o recorte temporal se fez bastante amplo, são nítidas as presenças das influências de estilos diversos, como o Neoclassicismo em alguns elementos, porém não de forma pura, sendo que em grande parte, esses traços estão inseridos e até se confundem com o Ecletismo, pelo fato de um ter sucedido o outro cronologicamente.

Também podem ser visualizadas casas com particularidades morfológicas de inspiração Neocolonial, como a Casa Abreu e Silva, o Prédio Carlan com traços do Art Déco, porém edificado em período moderno, e o Prédio dos Correios com características do estilo

Modernista. Esses dois últimos não recebem atualmente as devidas importâncias, pois ao se efetuar a coleta de dados foi possível verificar a existência de um vasto acervo de obras que não são tratadas como prioridade na legislação e que contribuem para o pleno entendimento da evolução urbana do local.

O outro prisma analisado a respeito dos prédios foi a relação que alguns possuem diretamente com a cultura e com a história, tanto da sociedade como da cidade, do estado e até mesmo da nação. Dentre os pesquisados, podem ser citados: a Casa e Museu Érico Veríssimo, a qual mantém viva as memórias do célebre escritor cruz-altense de renome internacional, bem como o Solar Brandão e toda a paisagem que está presente nos seus livros e vivências; a Casa em que residiu o artista plástico de renome mundial Saint Clair Cemin; o Prédio da Prefeitura, de concepção do famoso arquiteto Theodor Wiederspahn, além de obras atribuídas a seu irmão o engenheiro Heinrich Josef Wiederspahn; o conjunto de edificações construídas no período do governo do Coronel Firmino de Paula Filho, incluindo a sua residência; e a Casa Vidal Pilar, local do início da ocupação urbana de Cruz Alta e que abrigou um dos seus principais fundadores.

Há ainda um vasto acervo de bens, das quais podem ser mencionadas as obras ligadas ao exército brasileiro, prédios do eixo da Rua Pinheiro Machado, entre tantas outras construções fora dessa delimitação selecionada, que se relacionam de alguma maneira com a memória coletiva, necessitando de estudo e evidenciação, além das que foram tratadas pelo presente inventário. Deste modo acredita-se que estes aspectos podem auxiliar na sua preservação, pois os elementos imateriais ligados ao meio físico, explicam os acontecimentos pretéritos e guiam a busca da identidade social e cultural dos cidadãos.

A preservação não pode ser estanque, mas deve proporcionar bases para que a cidade se desenvolva de maneira plena e em consonância com a sua paisagem histórica. Ainda há entre a população uma visão distorcida sobre o patrimônio, pois muitas pessoas o veem como um impeditivo de progresso urbano e o estimam apenas pelo seu valor imobiliário, geralmente por desconhecer as particularidades das quais está permeado. Nesse sentido a catalogação dos prédios trás o conhecimento dos seus contextos e poderá auxiliar como instrumento das políticas públicas, tanto para a suas preservações como para as ações que promovam a economia do local, garantindo a evolução social e cultural da população, visto que o inventário deverá ser utilizado de maneira interdisciplinar para que seja efetivo.

As transformações espaciais do meio urbano são inevitáveis e necessárias para que a cidade funcione de forma sincrônica com os avanços do tempo contemporâneo, entretanto não se podem desconsiderar os seus elementos formadores, os quais são fisicamente representados

pela arquitetura, símbolo representativo da memória coletiva. O Plano Diretor do município contempla as questões concernentes ao patrimônio, entretanto, um plano de preservação específico integrado a legislação local seria mais efetivo e abrangente, como foi a experiência de Bagé, apresentada na revisão bibliográfica. O inventário amplia a visão dos prédios urbanos que precisam ser conservados e protegidos, identificando suas particularidades, porém a pesquisa observa que outras medidas devem ser tomadas, das quais: a ampliação do número de obras a serem inventariadas e com isso das zonas de proteção, um levantamento dos bens rurais e dos imateriais, manutenção dos instrumentos legais, urbanísticos e tributários de proteção, criação de instrumentos de gestão desses imóveis a fim de fomentar a economia através deles e desenvolver um elo entre o cidadão e sua cultura, transformação da Comissão em Conselho do Patrimônio e inserção de ações de educação patrimonial nos currículos escolares.

O inventário produzido nesta investigação será disponibilizado para a prefeitura municipal bem como para os cursos universitários e entidades de classe, afim de que possam consultá-lo e utiliza-lo como referência em seus estudos, planejamentos e ações a respeito do Patrimônio Cultural de Cruz Alta. Torna-se de suma importância que este trabalho seja ampliado e através de outras pesquisas sejam agregados novos conhecimentos sobre o assunto, possibilitando a valorização gradual do seu rico conjunto arquitetônico, tanto pela sua morfologia quanto pelos aspectos histórico-culturais que estão intrínsecos.

Apoiado nessa busca do conhecimento sobre a história e a cultura do município, o trabalho desenvolveu, como produto, o Guia Visual da Arquitetura Histórica de Cruz Alta, apresentado a seguir.

## **5.1 Guia Visual da Arquitetura Histórica de Cruz Alta**

Os dados obtidos através das edificações pesquisadas no presente inventário serviram de base para que fosse produzido um material de divulgação e promoção desse patrimônio. Constatou-se a necessidade de expor e compartilhar as informações relativas aos prédios, tornando a investigação de caráter público, pois externando esse conhecimento os bens poderão criar relações de valorização histórica e cultural frente à população, acarretando assim na conseqüente preocupação de toda a sociedade com as suas preservações e conservações. Além disso, o produto poderá auxiliar nas ações públicas de planejamento do

meio urbano, na complementação do ensino das escolas do município e ainda estimular a visitação a esses locais, fomentando o turismo cultural e o crescimento econômico da cidade.

De modo a aproximar as pessoas com as questões patrimoniais, foi confeccionado o *Guia Visual da Arquitetura Histórica de Cruz Alta*, sendo formada por informações relacionadas às edificações, sobre algumas figuras históricas ligadas a elas, uma explicação breve de estilos e um pouco da história local. O material foi organizado de forma que a sua visualização seja feita de maneira agradável e didática, pois são dispostas diversas fotografias dos prédios, mesclados com textos informativos, contendo até mesmo as suas localizações.

As primeiras páginas foram dedicadas a introduzir o leitor na realidade de Cruz Alta e na produção estilística do município através dos anos. Após a capa, na lauda seguinte há um texto que relata de forma breve a formação da cidade, desde os seus primórdios até a sua emancipação em 1821, citando também algumas das importantes personalidades gaúchas que ali nasceram, e ainda mostra a situação geográfica da cidade no mapa do Brasil e do Rio Grande do Sul. Na página subsequente foram descritos as peculiaridades históricas e morfológicas dos estilos arquitetônicos desse conjunto de obras, demonstrado exemplos através de imagens. Ainda nessa introdução foi disposto um mapa da região onde se localizam essas obras e numeradas as suas denominações, servindo assim como um sumário do guia.

As vinte e cinco demais páginas de conteúdo são dedicadas à exposição das edificações catalogadas, sendo que a sua organização básica, foi a seguinte: o título, que é a denominação do bem; um breve texto descrevendo o seu histórico e algumas das suas particularidades; imagens dos detalhes da fachada e até de áreas internas; uma fotografia e um texto expositivo do personagem ligado à obra; em vermelho a indicação dos estilos arquitetônicos e por fim as especificações, contendo o endereço, o nome usual do prédio e os usos, original e atual. Foi apresentada na imagem 22, a página 07 do guia, a qual demonstra como ela foi organizada.

## PREFEITURA MUNICIPAL

A edificação foi concebida para abrigar a Intendência do Município de Cruz Alta, sendo que a sua construção foi realizada durante os anos de 1911-1914 sob a administração do então Intendente Coronel Firmino de Paula Filho, sob a responsabilidade técnica do Eng. Rudolph Ahrons, tendo executores da obra, Germano Zenkner e Pedro Cecegolo. (SILVA, 2000)

O projeto arquitetônico da edificação é atribuído ao Arquiteto Theodor Wiedersphan, visto que apoiado em documentos da prefeitura municipal, Schettert (1993) informa que se encarregaram "da obra [...] Theodor Josef Wiedersphan, arquiteto e colaboradores".

O prédio foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico do Estado do Rio Grande do Sul através da Portaria 08/84 de 01.08.84, sob o processo nº 03.957-19.00-SEC/84, Incrito no livro de Tombo no nº 24 - Livro Tombo Histórico. (IPHAE, 2013)

A Prefeitura mantém um formalismo arquitetônico e uma representação simbólica dos fatos do passado, que a distingue na paisagem e lhe confere singularidade como obra do Patrimônio Histórico e Cultural de Cruz Alta.



O arquiteto Theodor Alexander Josef Wiederspahn nasceu em 19 de fevereiro de 1878 em Wiesbaden, na Alemanha. Formou-se na *Koenigliche Baugewerbeschule* de Idstein, no distrito de Rheingau-Taunus. Iniciou sua vida profissional na Alemanha e em 1908 migrou para o Rio Grande do Sul. Foi o criador da primeira Escola de Artes e Ofícios (*Gewerbeschule*) e do primeiro Sindicato de Arquitetos e Construtores, ambos do Rio Grande do Sul. Foi um dos mais importantes arquitetos da história da arquitetura rio-grandense

Fonte: <http://www.puers.br/delfos/?p=theo>








**Estilo: Eclético**

Especificações

Município: Cruz Alta

Denominação do bem: Prefeitura Municipal de Cruz Alta.

Endereço/Localização: Avenida General Osório, 533, Centro.

Uso Original e atual: Institucional Poder Público.

GUIA VISUAL - 07

Figura 22 – Página 07 do Guia Visual da Arquitetura Histórica de Cruz Alta

Acredita-se que com a divulgação desse material, o patrimônio arquitetônico cruz-altense deixará de ficar no esquecimento, desejando assim que este guia seja um instrumento de auxílio na ligação entre o cidadão e a paisagem edificada em que vive. A efetividade de sua aplicação se dará com o apoio dos órgãos públicos, entidades de classe e instituições de ensino que prezem pelas questões preservacionistas, criando assim uma rede de ligação de proteção a história e a cultura, atuando dentro de um sistema multidisciplinar e com a participação da coletividade.

## 6 CONCLUSÕES

A preocupação com o patrimônio cultural num panorama global vem através dos anos ganhando maior visibilidade e envolvimento da sociedade, porém ainda mostra-se um assunto bastante complexo, visto que geralmente se torna um campo de conflito de interesses entre diferentes pontos de vistas. Nesse sentido, o registro do patrimônio edificado contribui para que as discussões acerca dessas questões sejam claras e baseadas em instrumento legal, previsto pela legislação brasileira, dirimindo quaisquer dúvidas ou opiniões equivocadas.

As obras arquitetônicas por esse trabalho contempladas mantém de alguma forma, uma relação de valores com a cidade, em suas distintas etapas de formação urbana. Foi possível constatar que elas demonstram a evolução estilística desde a sua fundação até os tempos contemporâneos, possibilitando a compreensão cronológica da paisagem edificada, podendo assim nortear as ações futuras para o seu desenvolvimento pleno e consciente. Além disso, houve prédios que mostraram a sua ligação com a cultura e história, tanto regional como até mesmo nacional, colaborando assim para que a população busque nessas informações as explicações de suas raízes, fortalecendo a sua identidade com o local em que habita.

O registro dos bens possibilitou a análise tanto das zonas de entorno do patrimônio edificado tombado, quanto de outras áreas centrais que necessitam de proteção, no intuito de trazer estas informações para que façam parte dos planejamentos e ações da cidade. Nesse sentido, foi constatada a necessidade de proteção legal das suas paisagens centrais como um conjunto, visto que, para obter uma maior efetividade das políticas de preservação, a utilização de instrumentos jurídicos se mostram imprescindíveis. A partir disso, sugerem-se alguns locais para a realização de tombamentos e proteções intensificadas, como o entorno urbano da Praça Érico Veríssimo e o eixo da Rua Pinheiro Machado, pois ambas as regiões fazem parte dos espaços originadores da cidade; o entorno da Praça do Ginásio, ampliando assim o raio de abrangência das zonas de proteção, e o entorno urbano da Estação Ferroviária, incluindo as diferentes casas, prédios, galpões e espaços que compõe essa paisagem singular.

Outros tombamentos pontuais também devem ser analisados, os quais podem ser citados a Casa Vidal Pillar, Casa Bueno e a Estação Ferroviária, visto que as mesmas são as edificações mais antigas encontradas no presente estudo, e estão em processo de constante degradação, apesar de suas manutenções superficiais. Ainda sugere-se que para a valorização

desses locais, os seus usos sejam repensados e intensificados, visando a preservação através da manutenção permanente.

Na confecção da investigação foram descobertos importantes dados, que auxiliam para o conhecimento da arquitetura histórica de Cruz Alta. Na documentação do projeto do Colégio Rio Branco consta como seu autor, o engenheiro-arquiteto alemão Heinrich Josef Wiederspahn, que além de ser irmão do famoso arquiteto Theodor Wiederspahn, era uma figura histórica de importante contribuição para a arquitetura gaúcha nos primeiros anos do século XX. Outra constatação importante foi a presença de três obras Modernistas, as quais, o Prédio dos Correios, a Casa Maria Zenkner e o Prédio Carlan, sendo que este último, apresenta características da influência do Art Déco, seja na sua fachada atual como na fachada desenhada no projeto. Torna-se de fundamental importância o estudo, reconhecimento e a inclusão de obras dos estilos Art Déco e Modernistas nas ações de preservação, visto que, entre essas edificações analisadas, apenas a Casa Maria Zenkner consta na lista dos bens a serem inventariados pelo plano diretor.

Espera-se que esse processo de inventário da arquitetura histórica cruz-altense e da noção de que a investigação trás a respeito do patrimônio cultural, possa embasar um conjunto de ações pelo poder público, das quais: a ampliação da quantidade de obras protegidas pela legislação municipal; o tombamento estratégico de edificações, para que assim a preservação do seu entorno seja garantido por lei, expandindo as zonas de proteção; o levantamento de obras rurais e do patrimônio imaterial; inclusão das informações e conhecimentos obtidos através dos prédios nos currículos escolares de forma didática; execução dos instrumentos legais, urbanísticos e tributários, para a conservação dos bens; criação de instrumentos de gestão do patrimônio e fomentação da economia através da cultura.

Seguindo as práticas usuais para a manutenção e valorização do seu patrimônio arquitetônico, a cidade de Cruz Alta, necessita traçar um plano de ação que atente aos interesses da coletividade e que beneficie a vida dos seus cidadãos. Dentre os instrumentos legais de política urbana, o poder público e a sociedade civil devem utilizar o direito de preempção, para adquirir os prédios de valor histórico-cultural, integrando os mesmos ao cenário cultural, e buscando a sua valorização; utilização dos recursos arrecadados através outorga onerosa do direito de construir para a manutenção das edificações; beneficiar os proprietários de bens de interesse histórico-cultural com a transferência do direito de construir, incentivando o crescimento em diferentes regiões da cidade; criar e buscar verbas especiais para a preservação do patrimônio, junto aos poderes estadual e federal; adotar a prática governamental de incentivo e benefícios fiscais, para os proprietários que estiverem

em consonância com a legislação e isentar as edificações consideradas como patrimônio histórico e cultural de Cruz Alta do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU). Além disso, a criação e atuação de comissões e conselhos de patrimônio pela sociedade, bem como, o apoio dos representantes políticos, mostram-se fundamentais para que esse plano de ação possa ter efetividade.

Quando a população desconhece a sua própria história e cultura, os elementos que lhe ligam com o meio em que habita tornam-se sem significados, ocasionado muitas vezes na sua desvalorização e gradual desaparecimento. Baseado nisso, o inventário buscou ampliar o conhecimento da arquitetura gaúcha, agregando informações relacionadas, tanto da parte física das edificações quanto dos seus aspectos imateriais, no sentido de mostrar que a paisagem histórica tem uma profunda relação com a sua formação de identidade. A materialidade da qual a cidade de Cruz Alta é composta, revelou-se como um conjunto único e atemporal, com grande riqueza de significações, que pode servir para auxiliar no seu planejamento e desenvolvimento, não precisando buscar modelos estereotipados e equivocados de progresso.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Flávio de. Os primórdios do modernismo no Brasil. In.: XAVIER, Alberto (org.); **Depoimento de uma geração: Arquitetura moderna brasileira**. Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura. São Paulo: Cosacnaify; 1ª edição, 2003.408 p.

BONIATTI, Renan. 2014. Edifício Ely, Porto Alegre, Brasil. Obra Theodor Wiederspahn. **Arquitetura Neoclássica e Eclética**. Arquitetura no Brasil. Disponível em: <<http://arqno brasil.wordpress.com/about/>>. Acesso em: 20 maio 2014.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Políticas de preservação do patrimônio cultural**: Bagé, Rio Grande do Sul. Banco de Experiências de Planos Diretores Participativos. Bagé, 2006. Disponível em: < <http://www.cidades.gov.br/index.php/planejamento-urbano/388-rio-grande-do-sul.html> > Acesso em: 23 abr. 2014.

BITTAR, William. Formação da arquitetura moderna no Brasil (1920-1940). In: 6º SEMINÁRIO DOCOMOMO Brasil, 2005, Niterói. **Anais eletrônicos...** Niterói: DOCOMOMO Brasil, 2005. Disponível em <<http://www.docomomo.org.br/indexfutura.htm>> Acessado em 28 maio 2013.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n.83 de 06-08-2014. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 21 de jul. de 2013.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Atenas, CIAM, 1931**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>>. Último acesso em: 23 de out. de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil**: uma trajetória. Brasília, DF: MEC/SPHAN, 1980.

BRASIL. Lei n. 9.887, de 7 de dezembro de 1999. Altera a legislação tributária federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 dez. 1999. Disponível em: <[http://www.in.gov.br/mp\\_leis/leis\\_texto.asp?ld=LEI%209887](http://www.in.gov.br/mp_leis/leis_texto.asp?ld=LEI%209887)>. Acesso em: 22 dez. 1999.

BRITO, Mario da Silva. As coordenadas do século XX. In: XAVIER, Alberto (org.); **Depoimento de uma geração: Arquitetura moderna brasileira**. Associação Brasileira

de Ensino de Arquitetura. São Paulo: Cosacnaify; 1ª edição, 2003.408 p.

CARVALHO, Cláudia; NÓBREGA, Cláudia; SÁ, Marcos. **Guia da Arquitetura Colonial**. In: CZAJKOWSKI, Jorge (org.). Guia da Arquitetura Colonial, Neoclássica e Romântica no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo. Casa da Palavra: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2000.

CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas e Instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRO, Evaristo Afonso de. **Notícia descritiva da região missioneira na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Cruz Alta: Tipografia Comercial, 1887. p. 72. 2ª ed. revista e atualizada por Danilo Lazzaroto. 2003.

CLARO, Mauro. Ambientes modernos. A casa modernista da Rua Santa Cruz, de Gregori Warchavchik, e outras casas da modernidade. **Drops**, São Paulo, ano 09, n. 025.03, Vitruvius, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/09.025/1775>>. Acessado em 18 maio 2014.

COMPAHC. Comissão do Patrimônio Histórico e Cultural de Cruz Alta. **Educação Patrimonial: Poéticas Visuais dos diferentes estilos arquitetônicos**. Visita Orientada. 4ª Ed. 10 nov. 2011. Cruz Alta – RS.

CONDE, L. P. F. ; ALMADA, M. Panorama do Art Déco na Arquitetura e no Urbanismo do Rio de Janeiro. In CZAJKOWSKI, Jorge (org.). **Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo. Casa da Palavra: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2000.

CORREIA, Telma de Barros. Art déco e indústria: Brasil, décadas de 1930 e 1940. **An. mus. paul.**, São Paulo, v. 16, n. 2, Dec. 2008 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010147142008000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010147142008000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 26 Maio 2013.

CRUZ ALTA. Lei municipal nº 0040 (2007) **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental**. Cruz Alta, RS, 03 set. 2007. Disponível em: <<http://www.cruzalta.rs.gov.br>>. Acesso em: 21 de jul. de 2013.

CRUZ, Beatriz Augusta Mânica Pereira da. **Os primórdios do município de Cruz Alta: do período missioneiro até a fundação em 1821**. In: Revista Científica da Unicruz: Universidade de Cruz Alta. V.2, n.1. Cruz Alta: Centro Gráfico Unicruz, 2000.

CRUZALTINO. Cruz Alta, 2014. Disponível em: <<http://cruzaltino.blogspot.com.br/>>. Acesso em 20 jan. 2014.

CURY, Isabelle. (Org.) **Cartas Patrimoniais**. Edições do Patrimônio. 2ª edição. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DE GUIMARAENS, Cêça. Arquitetura e Urbanismo. 2004. In: 1º CONTECSI CONGRESSO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO - TECSI/FEA/USP. Junho, 2004, São Paulo – SP. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2004. Disponível em: <<http://www.tecsi.fea.usp.br/eventos/Contecsi2004/BrasilEmFoco>>. Acesso em: 15 de maio de 2013.

DURIGON, Hilda; SCHETTERT, Ivan & SEBASTIÃO, Loni. **Caminho das tropas e Cruz Alta**. Pesquisa e documentação, reprodução do material fotográfico e iconografia realizados para a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, Departamento de Economia e Administração da Universidade de Cruz Alta – Unicruz. Biblioteca Visconde de Mauá – Unicruz. Cruz Alta, 1986. Não paginado.

FELDMANN, Sarah. As teorias que deram suporte às ações urbanísticas no Brasil: os anos 1970 e 1980. **Prefeitura de Campinas**. Disponível em: <<http://2009.campinas.sp.gov.br/seplan/eventos/camp230/camp2302semipal2.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

FICHER, Sylvia. Antonio Garcia Moya, um arquiteto da semana de 22. **Mdc. Mínimo denominador comum**: revista de arquitetura e urbanismo. 20 mar. 2012. Disponível em: <<http://mdc.arq.br/2012/03/20/antonio-garcia-moya-um-arquiteto-da-semana-de-22/>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINE, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 72 p.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Nacional, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAUTEFUILLE, Jean-Jacques. *Le Centre des Monuments Nationaux. Panthéon français*. Autor da obra fotografada: Hilair, Jean-Baptiste (1751-1822). Disponível em <<http://pantheon.monuments-nationaux.fr/>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

IPHAE. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO. **Histórico**. Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro: 2001, 3ª Ed.. Disponível em <[http://dutracarlito.com/dicionario\\_de\\_filosofia\\_japiassu.pdf](http://dutracarlito.com/dicionario_de_filosofia_japiassu.pdf)>. Acesso em: 15 de maio de 2013.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 2. ed. São Paulo : Brasiliense, 2010. 127 p. (Coleção Primeiros Passos; 51)

LEMOS, Cristian Iribarrem. O comércio de materiais de demolição. Análise histórica e conceitual sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural. **Arquitextos**. São Paulo, ano 05, n. 049.07, Vitruvius, jun. 2004. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.049/579>>. Acesso em 25 nov. 2013

MAESTRI, Mário. **O sobrado e o cativo: a arquitetura urbana erudita no Brasil escravista: o caso gaúcho**. Passo Fundo: UPF, 2001.

MARQUES, Sérgio. M. **Fayet, Araújo e Moojen: Arquitetura Moderna Brasileira no Sul: 1950/1970**. 2012. 511 f. Tese (Doutorado em Arquitetura)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MELLO, Cláudio Renato de Camargo. **O Traçado Urbano Português e a Cidade Luso-Riograndense: O Caso de Cruz Alta**. 2006. 326 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

MELLO, Joana. **Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira**. 1. ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2007. 264 p.

MEYER, Rosa Maria Proserpi. **Metrópole e urbanismo: São Paulo nos anos 50**. 1992. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

MINISTÉRIO da Educação e Saúde. In: ENCICLOPEDIA Itaú Cultural Artes Visuais. 06 dez. 2012. Disponível em: <[http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia\\_ic/index.cfm?fuseaction=marcos\\_texto&cd\\_verbete=3762](http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=marcos_texto&cd_verbete=3762)>. Acesso em 05 jul. 2014.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. In: Jus Navigandi, 2008. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/11164/o-inventario-como-instrumento-constitucional-de-protecao-ao-patrimonio-cultural-brasileiro>>. Acesso em: 25 mar. 2014. Não paginado.

PEDONE, Jaqueline Viel Caberlon. O Espírito Eclético na Arquitetura. **ArqTexto**, Porto Alegre, n.06, 2º Semestre de 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/propar/arqtexto/index.htm>> Acesso em: 19 de maio de 2013.

PEREIRA, Renata Baesso. **Tipologia arquitetônica e morfologia urbana**. Uma abordagem histórica de conceitos e métodos. *Arquitextos*, São Paulo, ano 13, n. 146.04, Vitruvius, jul. 2012. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.146/4421>>. Acesso em : 15 abr. 2014.

PETER, Glenda Dimuro. Influência francesa no patrimônio cultural e construção da identidade brasileira: o caso de Pelotas. **Arquitextos**, São Paulo, 08.087, Vitruvius, ago 2007 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/222>>. Acesso em: 28 de maio de 2013.

PREFEITURA Municipal de Cruz Alta. Laboratório de Geoprocessamento do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. Cruz Alta [200-], Não paginado.

PRÉDIO reformado do Palácio do Comércio, sede da Federasul. Porto Alegre. 19 jan. 2001. Disponível em: <[http://www.wcams.com.br/imagens\\_01\\_2001.htm](http://www.wcams.com.br/imagens_01_2001.htm)>. Acesso em: 20 maio 2014.

PRESERVE. Programa de preservação do patrimônio histórico do Ministério dos transportes. **Centro de preservação da história da ferrovia no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Gráfica Metrópole, RFFSA 1985.

PRIBERAM. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. <Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

RHODEN, Luíz Fernando. **Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

RIEGL, Alois. **El culto moderno a los monumentos**. Madrid: Visor, 1987.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 31.049, de 12 de janeiro de 1983. Organiza sob a forma

de sistema as atividades de preservação do patrimônio cultural. **Governo do Estado do Rio grande do Sul Secretaria de Estado da Cultura/SEDAC**, Porto Alegre, 12 jan. 1983. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=LegislacaoAc&Clr=1>>. Acesso em: 16 de abr. de 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 10.116. Março de 1994. Institui a Lei do Desenvolvimento Urbano. **Governo do Estado do Rio grande do Sul Secretaria de Estado da Cultura/SEDAC**, Porto Alegre, 23 mar. 1994. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=LegislacaoAc&Clr=1>>. Acesso em: 22 de mar. de 2013.

ROCHA, Prudêncio. **A história de Cruz Alta**. Cruz Alta: Liderança, 1964.

ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. O Ecletismo e seus Contemporâneos na Arquitetura do Rio de Janeiro, In: CZAJKOWSKI, Jorge (org.). **Guia da Arquitetura Eclética no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo. Casa da Palavra: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2000.

ROSA, Isaltina Vidal do Pilar. **Cruz Alta: Histórias que fazem a história da cidade do Divino Espírito Santo da Cruz Alta**. Rio de Janeiro: Tipor, 1981.

SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 54, n. 2, Out. 2002. Disponível em <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252002000200020&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000200020&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 26 Abril de 2013.

SCHETTERT, Ivan Soares. **Cruz Alta em Poemas: como surgiu e evoluiu**. Porto Alegre: Palloti, 1993.

SEGRE, Roberto. Os caminhos da Modernidade Carioca (1930-1980), In: CZAJKOWSKI, Jorge (org.). **Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo. Casa da Palavra: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2000. 210p.

SILVA, Mara Regina Kramer. **Um Século de Arquitetura em Cruz Alta - 1926 a 1930: guia turístico arquitetônico**, Cruz Alta: Editora Centro Gráfico UNICRUZ, 2000.

SILVA, José Afonso. **Direito Urbanístico Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1997.

TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida. **O urbanismo português**. Lisboa: Horizonte, 1999.

VALE, Marília M. B. Teixeira. **Instrumentos Legais de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil**. 2º Curso Gestão Urbana Democrática e Sustentável – 2012. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design – UFU. Disponível em: <http://www.cidadefutura.net.br/docs/>. Acesso em: 20 mar. 2014

VERÍSSIMO, Erico. **Solo de Clarineta**. Porto Alegre: Globo, 1973.

WEIMER, Günter. **Origem e evolução das cidades rio-grandenses**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

## **ANEXOS**

ANEXO A - Ficha de inventário do Sistema de Rastreamento Cultural – IPHAE.  
Fonte: IPHAE, 2013

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

SISTEMA DE RASTREAMENTO  
CULTURAL



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

M

BENS EDIFICADOS

INVENTÁRIO

Município:

Ficha Nº:

Localidade:

Denominação do bem:

Endereço/Localização:

Proprietário:

Uso Original e atual:

Latitude:

Longitude:

Erro Horizontal:

Proteção Existente:

Proteção Proposta: Inventário

Bens Móveis:

Valores estabelecidos ao bem:

Observações:

Foto(s):

**Responsável:**

**Data:**

**Imagens complementares (entorno, edificações)**

**FICHA COMPLEMENTAR.**

**Análise Arquitetônica**

**Situação**

ANEXO B – Ficha complementar de antiga ficha do IPHAE  
Fonte: IPHAE, 2013.

### ELEMENTOS CONSTRUTIVOS

<b>5 - COBERTURA:</b> <span style="float: right;">Nº DE ÁGUAS: Diversas</span> TELHAMENTO <input type="checkbox"/> CAPA/CANAL <input type="checkbox"/> FRANCESA <input type="checkbox"/> FIBROCIM. <input type="checkbox"/> OUTRO ACABAMENTO <input type="checkbox"/> BEIRA BICA <input type="checkbox"/> BEIRA SEVEIRA <input type="checkbox"/> LAMBREQUIM <input type="checkbox"/> OUTRO COROAMENTO <input type="checkbox"/> CIMALHA <input type="checkbox"/> PLATIBANDA <input type="checkbox"/> FRONTÃO <input type="checkbox"/> OUTRO						<b>6 – TIPO DE ESTRUTURA</b>  <input type="checkbox"/> INDEPENDENTE <input type="checkbox"/> PORTANTE																																					
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 15%;">7 - MATERIAIS</th> <th style="width: 10%;">SUBSOLO</th> <th style="width: 10%;">1º PAVIMENTO</th> <th style="width: 10%;">2º PAVIMENTO</th> <th style="width: 10%;">3º PAVIMENTO</th> <th style="width: 10%;">SOTÃO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ESTRUTURA</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>VEDAÇÃO DA ESTRUTURA</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>ESQUADRIAS</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>REVESTIMENTO DE FACHADA</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>PINTURA DA FACHADA</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						7 - MATERIAIS	SUBSOLO	1º PAVIMENTO	2º PAVIMENTO	3º PAVIMENTO	SOTÃO	ESTRUTURA						VEDAÇÃO DA ESTRUTURA						ESQUADRIAS						REVESTIMENTO DE FACHADA						PINTURA DA FACHADA						<b>8 – ESQUADRIAS (TIPO DE VERGA)</b>  VERGAS DAS PORTAS  VERGAS DAS JANELAS:	
7 - MATERIAIS	SUBSOLO	1º PAVIMENTO	2º PAVIMENTO	3º PAVIMENTO	SOTÃO																																						
ESTRUTURA																																											
VEDAÇÃO DA ESTRUTURA																																											
ESQUADRIAS																																											
REVESTIMENTO DE FACHADA																																											
PINTURA DA FACHADA																																											
<b>9 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO (MODIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS ORIGINAIS):</b> <input type="checkbox"/> HOMOGÊNEO  <input type="checkbox"/> HETEROGÊNEO (APRESENTA SUBSTITUIÇÃO DE ALGUNS ELEMENTOS ORIGINAIS POR ELEMENTOS NOVOS).  <input type="checkbox"/> DESCARACTERIZADO (MUITOS ELEMENTOS SUBSTITUÍDOS)				<b>10 – ESTADO FÍSICO (INFORMAR NESTE ÍTEM O ESTADO DE DEGRADAÇÃO DOS ELEMENTOS CONSTRUTIVOS)</b>																																							
<b>12 - ENTORNO PRÓXIMO (A EDIFICAÇÃO EM RELAÇÃO AO ENTORNO):</b>  <input type="checkbox"/> EDIFICAÇÃO DE REFERENCIAL URBANO <input type="checkbox"/> EDIFICAÇÃO COMO PARTE DE UM CONJUNTO <input type="checkbox"/> EDIFICAÇÃO CONFORMADORA DO PERFIL URBANO				<b>13 – OBSERVAÇÕES:</b>																																							
<b>14 – PLANTAS BAIXAS:</b>																																											
<b>15 – PESQUISADOR:</b>				<b>16 – DATA:</b>																																							

ANEXO C – Anexo 8D<sup>2</sup> – Tabela de Prédios de Interesse Histórico Cultural – Plano Diretor de Cruz Alta.

Fonte: CRUZ ALTA, 2007.

<b>ANEXO 8D – TABELA DE PRÉDIOS DE INTERESSE HISTÓRICO CULTURAL</b>			
<b>Nº</b>	<b>FOTO</b>	<b>NOME</b>	<b>ENDEREÇO / DATA</b>
1		BANCO DO COMÉRCIO	Av. General Osório, 453 Data: 1920
2		CASA ABREU SILVA	Rua Venâncio Aires, 1798 Data: 1929
3		CASA BUENO	Rua Pinheiro Machado, 822 Data: 1884
4		CASA ANTÔNIO AUDINO	Rua Voluntários da Pátria, 408 Data: 1910
5		QUARTEL 29º GAC	Av. Padre Pacheco, 100 Data: 1909
6		AITA	Rua Pinheiro Machado, 1198 Data: 1922
7		CASA CAMPOS	Av. General Osório, 1293 Data: 1904
8		CASA CEMIM	Av. General Osório, 1012 Data: anterior a 1955
9		CASA DINIZ DIAS	Rua Pinheiro Machado, 463 Data: 1933
10		CASA DUMONCEL	Av. General Câmara, 1032 Data: anterior a 1941

<sup>2</sup> Qualidade das imagens, data e descrição das edificações, de acordo com o arquivo original da legislação.

**ANEXO 8D – TABELA DE PRÉDIOS DE INTERESSE HISTÓRICO CULTURAL**

Nº	FOTO	NOME	ENDEREÇO / DATA
11		CASA EDLER	Rua General Câmara, 1149 Data: 1927
12		CASA SPELLET	Av. General Osório, 714 Data: 1930
13		CASA FERREIRA	Rua Marechal Floriano, 1255 Data: anterior a 1912
14		CASA FIRMINO DE PAULA FILHO "PALACINHO"	Rua Mariz e Barros, 396 Data: inferior a 1928
15		CASA FRUTUOSO BRENNER	Rua Pinheiro Machado, 1349 Data: 1920
16		CASA MORADINI	Rua Padre Pacheco, 400 Data: 1900
17		CASA ROCHA MONTENEGRO	Rua General Câmara, 1021 Data: anterior a 1921
18		CASA ROCHA	Rua Pinheiro Machado, 1235 Data: anterior a 1925
19		PRÉDIO COMERCIAL	Av Venâncio Aires, 1587 Data: anterior a 1922

**ANEXO 8D – TABELA DE PRÉDIOS DE INTERESSE HISTÓRICO CULTURAL**

Nº	FOTO	NOME	ENDEREÇO / DATA
20		CASA VERÍSSIMO DE AZEVEDO	Av. Venâncio Aires, 1551 Data: 1914
21		ANTIGA DELEGACIA	Rua Cel. Pillar, 442 Data: 1826
22		CASA VIECELI	Rua Barão do Rio Branco, 498 Data: 1926
23		CASA WAGNER	Rua Borges do Canto, 675 Data: 1930
24		ESCOLA SANTÍSSIMA TRINDADE	Rua Pinheiro Machado, 122 Data: 1929
25		SOLAR BRANDÃO	Av. General Osório, 702 Data: 1925
26		UNIÃO OPERÁRIA	Av. Presidente Vargas, 1034 Data: 1906
27		QUARTEL AD3	Av. General Osório, 1050 Data: 1922
28		LOJA MAÇÔNICA	Av. Venâncio Aires Data: 1906

**ANEXO 8D – TABELA DE PRÉDIOS DE INTERESSE HISTÓRICO CULTURAL**

Nº	FOTO	NOME	ENDEREÇO / DATA
29		IGREJA METODISTA	Av. General Osório, 725 Data: 1924
30		PRÉDIO COMERCIAL	Rua Cel. Martins esquina Rua Pinheiro Machado Data: 1922
31		ESTAÇÃO FERROVIÁRIA	Rua Pinheiro Machado, s/n Data: 1892
32		ANTIGO COLÉGIO RIO BRANCO	Av. General Osório, 860 Data: 1915
33		CORSAN	Av. Presidente Vargas, 335 Data: 1918
34		ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA - ETA	Av. Saturnino de Brito, s/n Data: 1930
35		CAS VERÍSSIMO DE AZAMBUJA	Rua General Portinho, 1274 Data: anterior a 1934
36		PRÉDIO RESIDENCIAL	Av. Presidente Vargas, 1143 Data: -
37		PRÉDIO RESIDENCIAL	Av. General Osório, 840 Data: -

**ANEXO 8D – TABELA DE PRÉDIOS DE INTERESSE HISTÓRICO CULTURAL**

Nº	FOTO	NOME	ENDEREÇO / DATA
38		PRÉDIO COMERCIAL BOLICHÃO	Av. General Osório, 379 Data: -
39		CEMITÉRIO PÚBLICO	Rua João José de Barros, s/n Data: 1865
40		ESCOLA GABRIEL ÁLVARO DE MIRANDA ANTIGO GINÁSIO CRISTO REDENTOR	Rua Procópio Gomes, 870 Data: 1931
41		PRÉDIO RESIDENCIAL	Rua General Osório, 420 Data: -
42		ANTIGO FÓRUM	Rua Pinheiro Machado, 701 Data: -
43		CLUBE DO COMÉRCIO	Rua Pinheiro Machado, 583 Data: 1934
44		MONTANHA DE OURO	Rua Barão do Rio Branco esquina Rua Bento Gonçalves, 286 Data: -
45		FERRARIA CACHOEIRA	Rua Barão do Rio Branco, 576 Data: -
46		PRÉDIO RESIDENCIAL	Av. General Câmara, 743 Data: -

**ANEXO 8D – TABELA DE PRÉDIOS DE INTERESSE HISTÓRICO CULTURAL**

Nº	FOTO	NOME	ENDEREÇO / DATA
47		<p align="center">CASA MARIA ZENKNER</p>	<p>Rua Mariz e Barros, 193 Data: 1940</p>

**NOTAS:**

Os nomes e datas conferidas aos prédios de interesse histórico cultural aqui destacados são uma referência, os mesmos serão confirmados quando da realização do Inventário do Patrimônio Histórico Cultural.

As fotos do nº 1 ao 33 são de autoria de Antônio Carlos de Souza Telles Ferreira, nº 45 de Tupac Cardoso, nº 46 de Josiane Pillar e as demais de autoria de Bárbara Vieira Nogueira.